

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DA GEOGRAFIA QUE SE ENSINA
À GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA

RAQUEL M^ª FONTES DO AMARAL PEREIRA

Florianópolis, Santa Catarina

julho de 1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DA GEOGRAFIA QUE SE ENSINA

À GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA

- RAQUEL M^a FONTES DO AMARAL PEREIRA -

FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
JULHO / 1988

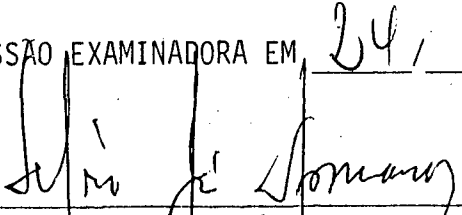

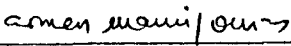
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DA GEOGRAFIA QUE SE ENSINA

À GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO COLEGIADO DO
 CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CENTRO
 DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO COMO EXIGÊNCIA
 PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
 MESTRE EM EDUCAÇÃO.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 24, 08/1988.


 Prof. Dr. Selvirio José Assmann - UFSC - Orientador
 -

 Prof. Dr. Milton A. dos Santos - USP
 -

 Prof. Dr. Armen Mamigonian - UFSC/USP

- RAQUEL M^a FONTES DO AMARAL PEREIRA -

FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
 JULHO/1988

"Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar perigos e abismos deu
Mas foi nele que espelhou o céu".

- Fernando Pessoa -

À memória de meu pai, Carlos Barbosa Fontes,
homem de tantos sonhos que viveu tão pouco ...

À Lúcia e à Sílvia, as minhas meninas, que
carregam os seus e os nossos sonhos iluminados
de sim.

ABSTRACT

The Geography that is taught contains a kind of discourse characterized by an apparent neutrality in which the difficulty to formulate satisfactorily the relationship between society and nature stands out.

By attempting to handle both the natural environment as well as society, Geography is different from the other sciences and in spite of the possibilities of being able to cope with reality because it deals with its two component fields, it withdraws from reality because of its incapacity to consider space as a social construction. Nevertheless, the fragmentary and dualist form of educational Geography can be partially explained through the relationships between this discipline and the expansion of formal education which are much more profound than can be imagined at first sight, since both modern Geography and the public system of education are offspring of the nineteenth century.

The questioning of the past and the search for the historical roots of the geographical knowledge is essential for the success of any renewing proposal whose construction, in the realm of educational Geography, requires the knowledge of the moment responsible for the genesis of modern Geography. Thus, the present study, by approaching the problem of the relationship man-nature in the midst of traditional Geography, tries to understand and locate the reasons for this duality, performing a brief historical regression that demonstrates its existence much beyond the limites of Geography itself.

It is in Germany, in the nineteenth century, that modern Geography flourishes and that this science is introduced as an obligatory educational discipline in the composition of the curriculum in the three levels of school education. Specific historical reasons, of a material and ideological kind, explain its birth. Humboldt and Ritter are the first to formulate modern Geography and their theoretical proposals, articulating regional Geography and general Geography, allow the systematization of geographical knowledge and its existence as an autonomous area of knowledge according to moderns patterns.

R E S U M O

A geografia que se ensina encerra um discurso caracterizado por uma aparente neutralidade em que se destaca a dificuldade de articular de forma satisfatória a relação entre sociedade e natureza.

Pretendendo tratar tanto do meio natural quanto da sociedade, a geografia diferencia-se das demais ciências e apesar das possibilidades de dar conta da realidade por tratar das duas esferas que a compõem, dela se distancia por sua incapacidade de considerar o espaço como uma construção social. No entanto, a forma fragmentária e dualista da geografia escolar pode ser explicada, em parte, pelas relações entre esta disciplina e a expansão da escolaridade que são muito mais profundas do que se possa imaginar à primeira vista, pois tanto a geografia moderna como o sistema público de ensino são frutos do século XIX.

A interrogação do passado e a busca das raízes históricas do conhecimento geográfico são indispensáveis ao sucesso de qualquer proposta renovadora cuja construção, no âmbito da geografia escolar, torna necessário conhecer o momento responsável pela gênese da geografia moderna. Por isso, o presente estudo, ao abordar a problemática da relação homem-natureza no seio da geografia tradicional, procura compreender e situar as razões desta dualidade, fazendo um breve recuo histórico que demonstra sua presença muito além dos limites da própria geografia.

É na Alemanha, no século XIX, que floresce a geografia moderna e que se dá a introdução dessa ciência como disciplina escolar obrigatória na composição curricular dos três níveis de ensino. Razões históricas específicas, de ordem material e ideológica, explicam o seu nascimento. Humboldt e Ritter são os primeiros formuladores da geografia moderna e suas propostas teóricas, articulando geografia regional e geografia geral, propiciam a sistematização do conhecimento geográfico e sua existência como um campo de conhecimento autônomo, de acordo com os padrões modernos.

S U M Á R I O

1 - APRESENTAÇÃO	1
2 - A GEOGRAFIA NA ESCOLA	6
2.1 - A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE E O ENSINO DA GEOGRAFIA	6
2.2 - A GEOGRAFIA ALEMÃ COMO MODELO	22
3 - A QUESTÃO DA DUALIDADE SOCIEDADE/NATUREZA NA GEOGRAFIA	34
3.1 - A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO	34
3.2 - AS RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA	42
3.3 - AS DIFERENTES COSMOLOGIAS DA CULTURA OCIDENTAL	52
3.4 - A POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA NO MARXISMO	60
4 - A GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA: A PROPOSTA DE TOTALIDADE	65
4.1 - PRESSUPOSTOS GERAIS PARA O APARECIMENTO DA GEOGRAFIA MODERNA	66
4.2 - A ALEMANHA COMO BERÇO DA GEOGRAFIA MODERNA ..	76
4.3 - HUMBOLDT E RITTER COMO FUNDADORES DA GEOGRAFIA MODERNA	91
4.4 - A GEOGRAFIA COMO UNIÃO ENTRE O HISTÓRICO E O GEOGRÁFICO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA	113

"Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção 'desinteressada' da cultura dita geral ... Pois, qual pode ser de fato a utilidade dessas sobras heterôclitas das lições que foi necessário aprender no colégio?(...) Tudo isso serve para quê?

...

"A despeito das aparências cuidadosamente mantidas de que os problemas da geografia são dizem respeito aos geógrafos, eles interessam, em última análise, a todos os cidadãos. Pois, esse discurso pedagógico que é a geografia dos professores, que parece tanto mais maçante quanto mais as mass media desvendam seu espetáculo do mundo, dissimula, aos olhos de todos, o terrível instrumento de poderio que é a geografia para aqueles que detêm o poder."

1. APRESENTAÇÃO

A proposta do trabalho que aqui se inicia nasceu da tentativa de entender a formação do ideário geográfico escolar e a visão de mundo que lhe serve de base e sustentação, para poder reconhecer, com maior clareza, porque este modelo de geografia ainda permanece nas escolas de 1º e 2º graus e nos manuais didáticos. Dito de outra forma, o presente trabalho encerra a busca da razão de ser de um discurso aparentemente esvaziado de sua conotação política ou geopolítica, que caracteriza a geografia que se ensina. Sua origem foi ditada pela observação das práticas que caracterizam o ensino desta disciplina durante muitos anos de trabalho docente, e, pela intenção de encontrar propostas renovadoras para o seu ensino, consciente de que o abandono das formulações da geografia tradicional não pode se dar sem a dissecação e a compreensão de seus fundamentos históricos, compromissos e finalidades ideológicas. Se, à primeira vista, a maneira de trabalhar os conteúdos geográficos nas escolas apresenta-se como um mero reflexo da acomodação por parte do corpo docente ou de qualquer outra dificuldade ligada exclusivamente ao pouco envolvimento desses profissionais, logo sua razão revela-se resultante do caráter ideológico que desde o início marca a geografia oficial, que se manifesta muito mais "uma ideologia do que uma filosofia e isso não se deu apenas na Alemanha mas um pouco pelo mundo inteiro".¹

A crença na escola formal e na possibilidade de socializar através dela um saber geográfico mais voltado aos interesses populares, motivou a busca da verdade social e política sobre este ramo do conhecimento capaz de indicar uma

¹ SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1980, p.13.

nova prática pedagógica. Para tanto, se faz necessária a construção de uma geografia distante – ou, no mínimo consciente – dos dogmas que marcaram sua origem, presentes ainda na formação da maioria dos professores e, por isso mesmo, característicos de sua rotina profissional cotidiana. Antes de mais nada, é preciso salientar a idéia de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações entre si e com a natureza, afirmação esta que, apesar de já ter sido exaustivamente repetida e até mesmo se transformado em chavão no discurso acadêmico, está muito longe de constituir uma realidade na forma de trabalhar o conteúdo da geografia escolar.

Os livros didáticos e os programas desta disciplina são pródigos em exemplos de uma situação em que natureza e sociedade são trabalhadas como duas instâncias isoladas, em que o homem é apenas mais um dado do espaço natural. E o fato de os mesmos não considerarem a construção do espaço geográfico como resultante da ação social do homem sobre a natureza, não favorece a percepção deste espaço como possuindo por uns e não por outros, como uma instância articulada a um poder constituído que o organiza de acordo com suas conveniências.

Apesar de vários autores já terem encaminhado discussões sobre o assunto, entender as razões desta dicotomia natureza/sociedade constitui um dos objetivos deste trabalho, pois um número significativo de geógrafos usualmente aponta como explicação para o caráter fragmentário e dualista da geografia o fato dela ter se constituído sob a égide do positivismo – explicação esta que parece bastante pertinente, mas que não pode ser tomada como a única.

Passando brevemente por uma análise da situação em que se encontra o ensino da geografia, especialmente no que diz respeito à forma como se apresenta o conteúdo desta disciplina, tanto nas aulas como nos livros didáticos, o pre

sente estudo começa procurando as relações entre a expansão da escolaridade e a introdução da geografia nos currículos dos três níveis de ensino, na Alemanha, associando-as sempre a um movimento histórico mais amplo. Posto de outra forma, a primeira parte do trabalho procura responder a questão do porquê da introdução e da permanência da geografia nos currículos escolares.

A pesquisa prossegue propondo-se traçar, em linhas gerais, o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e analisando as rupturas epistemológicas e as diferentes cosmologias que marcam a história da cultura ocidental. Este breve recuo histórico permitirá vislumbrar a origem das dicotomias que assinalam o pensamento moderno já na Antigüidade Clássica e distinguir rupturas responsáveis por visões cosmológicas distintas que culminam, no século XIX, com a introdução das ciências humanas como um campo de estudo independente. E a geografia é o local em que se pode perceber a presença tanto das ciências da natureza, como das ciências do homem. Porém, se a busca das determinações responsáveis por esse constante dualismo no interior da geografia faz com que se chegue às propostas gregas, a possibilidade de integração entre natureza e sociedade parece estar sugerida no materialismo histórico.

No terceiro e último capítulo procura-se compreender a especificidade histórica da Alemanha no século XIX, para que se possa entender a lenta mas firme construção da geografia como ciência moderna. Há na história deste país particularidades que tornam a geografia um conhecimento útil, capaz de facilitar um projeto político que leva à unificação territorial e à consolidação do modo de produção capitalista. A geografia floresce num momento e num território em que se valoriza a questão do espaço e mantém-se graças à sua introdução nas escolas. É, principalmente, na Alemanha, na escola e na relação entre correntes filosóficas e as propostas da geografia tradicional que se encontram subsídios para elaborar uma explicação para as dicotomias que assinalam o con-

teúdo ensinado como geografia. As idéias geográficas não foram geradas num mundo à parte, indiferente às concepções mais amplas — ao contrário, elas refletem pressupostos e teorias dominantes no século XIX. Nos postulados de Humboldt e Ritter, fundadores da geografia moderna, além da evidente interligação com a filosofia corrente em sua época, desponta uma proposta de totalidade que viabiliza a articulação entre geografia geral e geografia regional, analisando indistintamente os fenômenos da natureza e os da sociedade. Pensar o meio físico e a sociedade como coisas distintas parece não ser uma questão puramente epistemológica, mas também histórica, pois na origem da geografia moderna os dois pioneiros alemães apontam para uma proposta integradora, que parece ter sido abandonada com a afirmação da geografia escolar.

Procura-se mostrar que a geografia é resultante da produção humana — de homens definidos, os geógrafos. Ela constitui um corpo teórico que foi sendo construído por personagens imersos no social, em condições históricas determinadas, distante, portanto, da imagem dominante no senso comum de que ela, como toda ciência, se coloca como algo que paira acima dos homens, de forma neutra e desinteressada.

O estudo que se apresenta coloca-se como resultado de um processo individual de apropriação do conhecimento já produzido que visa buscar na teoria o entendimento para a forma como a geografia é trabalhada no cotidiano escolar. Trata-se de uma dissertação em educação e, como tal, toma a escola como ponto de partida e situa o conteúdo da geografia como o desencadeador de uma série de preocupações vividas ao longo de vários anos no magistério desta disciplina e na formação de professores de geografia. Por se tratar de uma dissertação em educação, tem-se consciência de que forma e conteúdo não podem ser desvinculados ao se encarar o ensino de uma disciplina, mas a definição do tema e a impossibilidade de abarcar as múltiplas relações que o mesmo suscita obrigaram sua restrição a um desses aspectos — o conteúdo que se ensina em detrimento da metodologia.

A bibliografia pesquisada privilegia obras referentes à história do pensamento geográfico. Contudo, está presente a consciência de que este trabalho não representa uma visão geral (sintética) de toda a discussão hoje existente no âmbito da geografia, mesmo porque lida com problemas cuja solução, além de problemática, ultrapassa de longe o âmbito de um debate interno da geografia. A rica e considerável bibliografia existente é delimitada em função da proximidade com o tema abordado e até em função de sua disponibilidade.

Definido mais como um estudo de História da Ciência e, especificamente, como história do pensamento geográfico, o presente trabalho em alguns momentos apoia-se em questões e análises próprias da epistemologia, da filosofia da ciência e da sociologia do conhecimento. Porém, a sustentação de algumas interpretações levantadas no desenvolvimento do mesmo, apesar de pouco ambiciosas, são particularmente dificultadas pela formação de geógrafo que impede, muitas vezes, um trânsito seguro no campo da filosofia.

Espera-se que o caminho percorrido ao longo da pesquisa fique suficientemente esclarecido com a delimitação dos capítulos que compõem este trabalho. As questões em aberto são contempladas com notas de rodapé que indicam várias possibilidades de aprofundamento dos temas abordados. Cada capítulo encerra em si as considerações necessárias aos questionamentos que levanta, sendo por isso mesmo, de uma certa forma, auto-suficientes.

Além de responder as questões formuladas, espera-se que a leitura do presente estudo contribua para a reelaboração de outras, apontando linhas que poderão suscitar trabalhos futuros. O esforço feito quer ser uma contribuição efetiva para a compreensão da geografia escolar e, ao mesmo tempo, para uma renovação desta geografia.

2. A GEOGRAFIA NA ESCOLA

2.1

A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE E O ENSINO DA GEOGRAFIA

A presença constante da geografia entre as disciplinas que compõem as diferentes propostas curriculares da escola de 1º e 2º graus oferece indícios de que as relações entre essa disciplina e o sistema escolar são mais profundas do que se possa imaginar à primeira vista. É que tanto a geografia moderna (também denominada científica ou tradicional) como o sistema público de ensino são frutos do século XIX. Até essa época, as escolas, além de passarem um saber extremamente elitista, estavam praticamente atreladas às instituições religiosas. Durante muitos séculos, saber ler, escrever e contar constitui privilégio das classes dominantes porque têm poder e o desejam conservar. O ideal iluminista, assentado na crença do poder da razão humana, é que passa a defender a ampliação da formação cultural para todos como forma capaz de transformar o homem e, por meio dele, a sociedade. É através deste ideal que todos os homens são considerados iguais porque todos são racionais. Não há mais a igualdade fundada no fato de que todos são filhos de Deus e, dentro deste contexto, a própria natureza é tomada como um espaço em que o homem deve fazer-se racional, impondo-se sobre ela pelo trabalho. O saber científico inclui a idéia do controle sobre o objeto que é a natureza. Por isso, Kant, quando responde à pergunta "o que é o iluminismo", pôde dizer que a maioria se alcança pela capacidade do homem de se tornar autônomo, senhor de si pela razão. A antiga sociedade, formada por senhores e servos, deve ser substituída por uma sociedade mais justa, mais igualitária. Os privilégios que a nobreza e o clero usufruem, vistos como uma construção social e não mais como direitos divinos, precisam ser derrubados. Os direitos

agora passam a ser fundamentados antropocentricamente, não mais em Deus, e inicia-se uma caminhada rumo ao estabelecimento dos direitos de todos os homens, expresso na "Declaração universal dos direitos humanos" (1948). Neste sentido, a escola pública passa a ser defendida como um meio capaz de difundir os conhecimentos necessários à formação de todos os cidadãos.¹ Esse é o contexto que faz com que a Escola a partir do século passado apareça nas constituições como "direito de todos e dever do Estado", embora já esteja presente em alguns autores anteriores.²

É sobre esta base de igualdade que a classe emergente — a burguesia — vai estruturar os sistemas de ensino e defender a escolarização para todos, pois através dela os servos podem ser convertidos em cidadãos e participar do pro

¹ É somente nos tempos modernos — apesar de já ter sido praticada na Antiguidade Clássica pelos gregos e romanos, porém defendida apenas para os senhores e não para os escravos — que a educação tornou-se pública, no sentido de ser encarada como encargo do Estado. Isto ocorre primeiramente nos países atingidos pela Reforma Protestante onde se desenvolve a educação pública religiosa. Ao passar para os fiéis a responsabilidade de sua fé e colocar a fonte dessa fé nas "Sagradas Escrituras", o protestantismo difunde, ao mesmo tempo, a necessidade de que todos os homens tenham condições de ler a Bíblia para salvar a sua alma. Diante desta nova situação, Lutero exorta as autoridades para que sejam criadas escolas em todas as cidades e lugarejos para instruir toda a juventude de ambos os sexos através das lições de letras, ciências, moral e religião. Isto já em 1525.

² Percebe-se que na Renascença o direito à instrução ainda é fundado na vontade de Deus (Campanella, Lutero e Comenius) e aos poucos, exclue-se esta fundamentação para colocá-la exclusivamente na igualdade racional de todos os homens. Comenius, na sua Didática Geral (1628), ao defender uma instrução escolar para todos, nobres e povo, ricos e pobres, afirma que a primeira razão para isto reside no fato de o homem nascer "para o mesmo fim principal, para ser homem ou seja criatura racional, senhora das outras criaturas, imagem verdadeira do seu criador" (in Carbotti, Vincenzo org. . Jean-Jacques Rousseau e il problema pedagógico nel pensiero moderno. Messina-Firenze, G. D'Anna, 1976, p. 131). Já em Condorcet, no século XVIII, a instrução será justificada como um meio para que o homem possa prover às próprias necessidades, garanta o bem-estar, conheça e exercite os próprios direitos e cumpra os próprios deveres. Ele vai além, defendendo a instrução para que se estabeleça entre os cidadãos uma igualdade de fato, tornando real a igualdade política reconhecida pela lei. Cf. *ibid.*, p.182.

cesso político, consolidando a nova ordem.³

É na França que, em 1782, em pleno processo de implementação da Revolução Francesa, com a aprovação do plano de Condorcet, começa a organização da instrução pública. A educação colocada sob a responsabilidade dos poderes públicos se constitui no "*instrumento que possibilitará a cada indivíduo, membro da sociedade, o provimento dos meios de sua sustentação em condições justas de sobrevivência*".⁴ Nesta época, a educação, além de publicizada, é proclamada universal, gratuita, laica e obrigatória. Tais princípios correspondem às aspirações fundamentais da própria burguesia do século XVIII, sintetizadas nos princípios de liberdade e igualdade. Sendo os homens proclamados livres e iguais, a instrução deve, conseqüentemente se estender a todos, deve ser universal.⁵ Para que esta proposta se cumpra, é necessário que a educação seja gratuita, pois através da gratuidade absoluta, a instrução pode ser mais extensa, mais igual.⁶ Já a supe

³ Com a Revolução Francesa, a burguesia enquanto classe em ascensão deseja de instaurar um novo modelo de instrução, se apropria da idéia de educação pública já veiculada pela Reforma, redefinindo-a e convertendo-a em instrumento capaz de difundir sua visão de mundo. Mas, se a realização da vocação individual na Reforma Protestante tem o significado de contribuir com Deus em sua obra de construção do mundo, para o pensamento liberal burguês a vocação é a realização do individual para a construção do progresso geral.

⁴ RODRIGUES, Neidson. Por uma escola nova: o transitório e o permanente na educação. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985, p.52.

⁵ Esta questão do ideal liberal de educação com base na escolarização pública, universal, laica e gratuita, é analisada por Luiz Antônio Cunha, em Educação e Desenvolvimento Social no Brasil (7^a ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980), no capítulo 1.

⁶ É significativo citar o trecho de Marx de 1875 que, criticando o programa de educação do partido operário alemão, assinala a ambigüidade da gratuidade do ensino: "Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita?" A primeira já existe inclusive na Alemanha; a segunda na Suíça e nos Estados Unidos, no que se refere às escolas públicas. O fato de que em alguns Estados deste último sejam 'gratuitos' também os centros de ensino superior, significa tão somente, na realidade, que ali as classes altas pagam suas despesas de educação às custas do fundo dos impostos gerais". MARX, Karl. "Crítica ao Programa de Gotha" in Karl Marx/Friedrich Engels. Obras Escolhidas. Volume 2. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d., p.223.

ração das estruturas feudais exige a laicidade na educação em razão da neutralidade religiosa indispensável ao triunfo da razão. Um pouco mais tarde, com o plano Lepetelier (1793), se inclui a obrigatoriedade de escolarização apresentada como um direito da criança que nem mesmo os pais poderão impedir.⁷

A publicização da educação é, pois, uma das formas encontradas pela burguesia enquanto classe em ascensão para conquistar a hegemonia, combatendo os privilégios do clero e dos senhores feudais. Diferentemente da nobreza, que se legitimara por suas raízes pretensamente biológicas criadas por Deus (o sangue "azul", por exemplo), a burguesia deseja implantar uma nova forma de legitimidade reforçada pelo mérito escolar (o estudo, o diploma). Assim, quando "a burguesia se torna classe dominante, ela vai, em meados do século passado, estruturar sistemas nacionais de ensino e vai advogar a escolarização para todos. Escolarizar todos os homens era condição de converter servos em cidadãos, era condição de que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é óbvio"...⁸

A transformação de súditos em cidadãos, fundamental para a ruptura do modo de produção feudal e a implantação do modo de produção capitalista, só pôde ser alcançada através da educação. A escola surge, então, como um instrumento capaz de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade, retirando os homens do estado de ignorância em que se encontram e, ao mesmo tempo, inserindo-os na concepção burguesa que emerge na sociedade. Interessada em mudan-

⁷ Note-se aqui que, colocada inicialmente como um direito do cidadão, a escolaridade aos poucos vai se impondo como um dever. Isto demonstra a gradativa afirmação da centralidade do Estado, além de outros aspectos em cuja análise o presente trabalho não pretende se aprofundar.

⁸ SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez/Autores associados, 1983, p.44 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº 5).

ças, a burguesia que inicialmente defende a igualdade e a liberdade como essenciais ao homem, ao se consolidar no poder, desloca os seus interesses de transformação para a perpetuação da sociedade. É neste contexto que a expansão do sistema de ensino passa a servir para assegurar a hegemonia burguesa reproduzindo as relações de classe existentes e garantindo, ao mesmo tempo, a expansão do capitalismo.⁹

Apresentada como forma de redenção social, cabe à instrução equalizar os indivíduos, extirpando da sociedade um "mal" que as leis igualitárias defendidas pela Revolução Francesa são incapazes de eliminar. Porém, "o Estado que instrui, que atribui à instrução função equalizadora, é o mesmo Estado que não sô institui como legítima e protege a propriedade burguesa. Nesse sentido, a tarefa redentora atribuída à educação já está fadada ao fracasso pela sua própria origem e nas bases".¹⁰

Entretanto, é importante lembrar que, se toda sociedade cria instituições que permitam sua afirmação, isto é, cria instituições capazes de reproduzir a sociedade que as gerou, a escola não foge à regra. Mas, se por um lado, é correto afirmar que a escola serve como instrumento de reprodução, por outro, como ela não está isolada do contexto social, pode desenvolver em seu interior lutas e contradições. Assim como a burguesia vê na formação cultural um instrumento capaz de unir toda a sociedade e de articular todos os interesses em torno dos seus próprios, imprimindo "direção" à

⁹ A relação escola, sociedade e ideologia tem motivado uma gama enorme de estudos na área da educação, entre os quais recordem-se os trabalhos de BOURDIEU & PASSERON. A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975; ALTHUS-SER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Ed. Presença, 1975; FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART/São Paulo Livraria Editora Ltda., 1978; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de et alii. Cuidado, escola!... São Paulo, Brasiliense, 1980.

¹⁰ LOPES, Eliane Marta Teixeira. "O ensino público e suas origens" in ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação, S.Paulo, ano 1, nº 5, 1982, p.6.

sociedade, as classes populares podem servir-se dela como forma de resistência aos interesses de elitização impostos por essa burguesia e como meio para a construção de uma nova ordem social.¹¹

A escola e a escolarização se firmam ao longo do século XIX, no mesmo momento em que se dá a consolidação do Estado nacional e do capitalismo, sob a hegemonia da burguesia.¹² Detentora do poder político, ela percebe que sua dominação pode ser mantida não apenas através do poder repressivo, mas também da disseminação de seus valores de classe apresentados como universais. A rede de escolas que então se implanta no interior dos diferentes territórios europeus assume um caráter nacional, pois para a constituição do Estado-nação torna-se indispensável a utilização de instituições que possibilitem a imposição da nacionalidade.¹³ Esta situação permite perceber com facilidade o papel da escola e das próprias disciplinas que compõem o seu currículo, na disseminação de uma ideologia comprometida com o nacionalismo patriótico. A Geografia¹⁴, a História e a Língua Nacional, in-

¹¹ Neste sentido, é útil todo o debate inspirado em Gramsci sobre a importância da escola para que haja uma "reforma moral e intelectual", para a construção de uma nova hegemonia na sociedade e também sobre o papel dos professores como possíveis "intelectuais orgânicos" da classe subalterna.

¹² Na Alemanha, como se verá mais detalhadamente no capítulo III, não é a burguesia, como ocorre por exemplo na França, quem conduz este processo. No território alemão é a aristocracia rural que desempenha o papel da burguesia.

¹³ Apesar dos sentimentos de nacionalidade, a "nação" não constitui algo espontâneo, mas é algo construído que, para se impor, precisa do auxílio de instituições que possam induzir uma determinada unidade nacional como, por exemplo, o Estado, a instrução pública e o serviço militar.

¹⁴ Imposta a todos nos fins do século XIX - a começar pela Alemanha - a geografia escolar teve seu modelo reproduzido até hoje. Seu objetivo principal reside na inculcação de uma ideologia nacionalista e patriótica veiculada através da idéia de que a forma Estado-nação ou país (termo mais geográfico porque mais relacionado ao território) é natural e eterna. A imagem da Pátria é enaltecida e seu futuro relacionado ao do seu povo, como se não se tratasse de uma construção histórica, mas de um conjunto espacial construído pela própria natureza. Isto explica porque o estudo geográfico de qualquer país inicia pelos aspectos relativos ao seu território: localização, extensão, limites, quadro natural, etc...

troduzidas nos currículos escolares, tornam-se instrumentos poderosos nas mãos de uma classe preocupada com a sua hegemonia e com o movimento do capital que deseja consolidar o Estado nacional a partir da delimitação geográfica de suas fronteiras, demarcadas pela tradição e língua comuns. Para construir a nacionalidade, uma identidade nacional, faz-se necessário anular as diferenças como diferenças e forjar uma unidade ideal. A divisão social precisa ser ocultada para que se crie uma comunhão entre os que nascem num mesmo lugar, falam a mesma língua e respeitam as mesmas tradições. A língua encarna a possibilidade de uma unidade cultural, unidade intrinsecamente ligada a um tempo (História) e a um espaço (Geografia). A geografia é incluída nos currículos por razões geopolíticas¹⁵ enquanto não só marca a naturalidade do homem no espaço, mas também sustenta que o homem só é humano porque incluído num espaço politizado, nacional. A geografia analisa o físico, mas o estudo do físico em si mesmo não tem sentido. Ele só o terá se for considerado como dominado pelo homem e ligado à idéia de um espaço em que se exerce uma determinada cidadania. Talvez se possa observar que, enquanto a geografia é o estudo de um espaço ocupado pelo cidadão, as "ciências" (física, matemática, biologia) apontam mais em direção a uma realidade física universal, supra-nacional. Não poderia ser esta uma sugestão de um caminho para se analisar a constituição dos currículos nas escolas modernas? É mais ou menos nesta direção a análise de Brabant¹⁶ quando declara

15 José Willian Vesentini, em trabalho publicado nos Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, São Paulo, julho/84, livro 2, volume 2, p.11-20, sob o título de "A construção de Brasília e o discurso geopolítico nacional", esclarece que "a geopolítica, nascida nos Estados especificamente capitalistas, os Estados-nações no seu momento de consolidação com a hegemonia do capital industrial, é um discurso (que sempre encerra propostas de ação) que parte do prisma de um Estado nacional - uma determinada Weltanschauung, para usarmos uma expressão de Hans W. Weigert - e encara o espaço como meio de se reforçar e garantir o poder político coercitivo".

16 BRABANT, Jean-Michel in "Crise de la géographie, crise de l'école", Hérodote nº 2, Paris, Maspero, 2º trimestre 1976, p.94-102. Trad. por Raquel Fontes do Amaral Pereira, publicada em Geosul nº 2 - ano 1, Florianópolis, Editora da UFSC, julho de 1986, p.103-111.

que "a geografia é antes de tudo a disciplina que permite pela descrição conhecer os lugares onde os acontecimentos se passaram. Esta situação subordinada da geografia à história foi reforçada pela preocupação patriótica. O objetivo não é o de raciocinar sobre um espaço, mas de fazer dele um inventário, para delimitar o espaço nacional e situar o cidadão neste quadro. (...) o discurso nacional reforçou o peso dos elementos físicos, pois ele utilizou sempre com predileção a gama das causalidades deterministas a partir dos dados naturais. (...) Esta predileção da geografia escolar pela geografia física encontra também suas raízes na geografia dos militares. O militar conduz seu raciocínio estratégico a partir dos dados topográficos".

As interligações entre a escola e a geografia situam-se no contexto do século passado, em que diferentes interesses políticos, econômicos e sociais estão em jogo. Ao mesmo tempo, estas vinculações indicam caminhos que todo professor de geografia preocupado com o sentido do ensino desta disciplina terá que percorrer, se desejar encontrar explicações para o discurso geográfico atual.¹⁷ Quem já se deteve sobre um programa desta disciplina escolar, quem já ministrou ou assistiu aulas de geografia, quem já parou para ana

¹⁷ A formação discursiva da geografia que vem se manifestando desde o século XIX não pode ser analisada dissociada do sistema de ensino. Geógrafos do porte de Paul Vidal de La Blache e de Aroldo de Azevedo, por exemplo, tiveram um papel destacado nos rumos da geografia acadêmica e também como autores de livros didáticos para o ensino de nível básico e médio, passando uma visão de geografia que se tornou hegemônica por muito tempo. Aroldo de Azevedo, cuja obra foi objeto de dissertação de mestrado de Wilson dos Santos, defendida em Rio Claro em 1984, publicou, entre 1934-1974, trinta livros didáticos de geografia, lançados no mercado brasileiro pela Companhia Editora Nacional/São Paulo, em sucessivas edições até 1980. Desta coleção 23 livros destinavam-se ao antigo curso ginásial, 5 ao curso colegial, 1 para o curso primário e 1 para o programa de admissão ao ginásio. Essas obras, que monopolizaram o mercado nacional por um espaço de 30 anos que vai de 1936 a 1975, alcançaram no mesmo período um total de 12 milhões de exemplares vendidos. Os livros didáticos de Aroldo de Azevedo tiveram a preferência absoluta do magistério brasileiro de geografia e sua adoção na maioria das escolas fez com que fossem responsáveis pela formação de várias gerações de brasileiros.

lisar os conteúdos veiculados por seus manuais, não pode deixar de observar com um certo desconforto o quanto esta ciência, que se diz preocupada com o concreto¹⁸, cai numa "pseudo-concreticidade", usando a expressão no sentido dado por Kosik. A ênfase dada aos elementos físicos, carregando no aspecto meramente descritivo, acaba por determinar a hegemonia da abstração. Seguindo por este caminho, a geografia ignora os inúmeros problemas sociais do mundo circundante e privilegia situações gerais e abstratas que pouco dizem de si mesmas. Os conteúdos ensinados revestem-se de uma aparente neutralidade e a própria sociedade "fiscalizada" passa a ser vista como uma comunidade em que a harmonia e a solidariedade, baseadas nos conflitos, nas diferenças sociais (recorde-se Augusto Comte), gradual e auto-corretivamente serão aperfeiçoadas pela ação do Estado ou pelas leis do próprio mercado, sem contudo colocar-se a questão da extinção das diferenças. A ordem burguesa é o único meio de garantir o progresso.¹⁹

Este saber transmitido pela geografia tradicional elimina o raciocínio e a compreensão e leva à mera listagem de conteúdos dispostos numa ordem enciclopédica linear que, mais uma vez, evidencia uma precedência do natural sobre o social, para que o social seja visto como natural.²⁰ Assim,

¹⁸ Mas, o concreto aqui é confundido com o empírico, com o meramente observável. Na verdade, a apreensão do fenômeno concreto em suas múltiplas determinações só pode se dar pela mediação do abstrato. Para se chegar ao concreto é preciso ultrapassar o empírico, no sentido de não poder haver uma objetividade no conhecimento sem uma subjetividade.

¹⁹ Esta forma de encarar a sociedade evidencia indiscutivelmente o caráter positivista que marca a geografia. As contradições da sociedade são encaradas como meras "patologias" sociais.

²⁰ Tanto os livros didáticos como os programas de geografia, via de regra, apresentam uma sequência de conteúdos que se iniciam com a localização do território, prosseguem com o estudo do relevo, da hidrografia, do clima e da vegetação para, finalmente, chegarem à população que, quase sempre, é expressa apenas em termos numéricos.

conteúdos provenientes das ciências naturais e das ciências sociais se justapõem obedecendo a uma seqüência bastante rígida que prioriza os elementos da natureza. Sem discutir ou aprofundar as formas de apropriação desta natureza, o ensino da geografia torna-se a-crítico e a-histórico. Tal redução parece ainda mais estranha quando se considera que são justamente os geógrafos que proclamam a geografia como uma ciência "síntese" que tem sua razão de ser apoiada na interação entre fatos físicos e humanos.

Esta forma de trabalhar a geografia, além de enfadonha, não corresponde à organização humana do espaço, por que não considera que todo arranjo espacial contém em si relações sociais. O espaço geográfico é um espaço produzido onde a "primeira natureza" (espaço físico), transformada pelo homem para a obtenção dos bens necessários à sua subsistência, constitui a base material da sociedade e condição concreta da existência social dos homens. Embora a "primeira natureza" por si só não constitua o espaço geográfico, não há espaço geográfico sem ela, pois os elementos naturais são incorporados ao arranjo espacial através do trabalho social. Este, por sua vez, determina a "segunda natureza" (conceito reelaborado por Marx para definir o espaço produzido através do trabalho), que resulta das relações dos homens entre si no ato de produzir. Assim, torna-se evidente o vínculo entre a formação espacial e o processo de produção que a gerou, vínculo este que faz com que a formação espacial se confunda com a própria formação econômico-social responsável pela sua aparência. A geografia, porém, parece ter se interessado sempre mais "pela forma das coisas do que pela sua formação". Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História".²¹

²¹ SANTOS, Milton. "Sociedade e espaço: formação social como teoria e método" in Espaço e sociedade: ensaios. 2^a ed. Petrópolis, Vozes, 1982, p.9.

A consagração do modo dualista de encarar o homem e a natureza, tão marcante tanto nas aulas como nos manuais de geografia, decorre da minimização das relações sociais²² ou também da separação entre relações sociais e relações homem/natureza. Esta perspectiva dificulta o entendimento da construção do espaço geográfico como fruto das contradições ao longo do processo histórico. A separação entre os aspectos naturais e sociais e a tendência de apresentar o espaço físico como algo imutável dificultam a percepção do funcionamento unitário desses dois aspectos responsáveis pela formação do espaço geográfico. Os elementos naturais são destacados a tal ponto que acabam assumindo proporções quantitativas que não correspondem ao lugar qualitativo ocupado por eles na conformação do espaço. Com esta fragmentação generaliza-se a idéia de que não é preciso compreender a relação entre a natureza e o homem, e, muito menos, dos homens entre si, mas simplesmente memorizar um saber sobre a natureza física. O temário geográfico, caracterizado como um discurso sobre os diferentes lugares, ocupa-se fundamentalmente com uma nomenclatura vazia que se esconde por detrás de uma pretensa cientificidade.²³ A ênfase na descrição dos diferentes territórios e paisagens da superfície terrestre, res-

22 Apenas muito recentemente alguns livros didáticos de geografia têm expressado uma tentativa de análise do espaço construída a partir de uma visão de totalidade. Entre eles registramos os de José Willian Vesentini (Brasil - Sociedade e Espaço: Geografia do Brasil. 3^a ed. São Paulo, Editora Ática, 1986) e de Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil. 3^a ed. São Paulo, Editora Ática, 1986) e de Diamantino Alves Correia Pereira e outros (Geografia: ciência do espaço. São Paulo, Atual, 1987). Este último propõe o estudo da organização do espaço geográfico como resultante da combinação dos diferentes modos de produzir, consumir e pensar que cada sociedade estrutura para sobreviver. Abandona, assim, a fórmula tradicional de apresentar o espaço analisando primeiramente o quadro natural para, por fim, chegar aos aspectos humanos.

23 Isto enquanto só é aceito como verdadeiro o que é científico. E a preocupação com a cientificidade não deixa de ser um dos aspectos de uma mentalidade positivista que defende, por um lado, que só o que é científico é que é verdadeiro e, por outro, o científico é visto como um conhecimento neutro, por isso acima de qualquer interesse seja pessoal, nacional ou político.

ponsável pela afirmação da idéia de que são formados prioritariamente por elementos naturais, revela que a geografia, ao ser instituída na segunda metade do século XIX, exerce um papel político-social dissimulado pelo discurso científico que se reproduz até hoje. Delimitando o Estado nacional pelo seu território, ou seja, pelo seu quadro natural, a geografia inverte o real, pois substitui a sociedade (sujeito) pela natureza (objeto). Articulado desta forma, o discurso geográfico despolitiza porque retira a capacidade de reflexão e de fazer história de que somente o sujeito é capaz, além de que a ênfase nos lugares (sejam eles internos ou externos ao Estado-nação), evita o questionamento da própria expansão do Estado capitalista. E esta, evidentemente, é uma inversão que interessa ao Estado que não é uma instituição neutra, mas representativa de uma classe ou, como quer Gramsci, de uma luta de classes, pois o Estado não só seria fruto da vitória de uma classe sobre a outra, mas representante também da continuidade dessa luta. Vê-se, então, que "a geografia (e não apenas ela), tendo substituído o sujeito pelo objeto, e primado pelo conhecimento (...), comprometeu-se a fundo com a ideologia do nacionalismo patriótico, de que o seu conteúdo programático e o seu livro didático ainda estão prenhos".²⁴ Vê-se, assim, que apesar das profundas alterações históricas de terminadas pelas relações políticas, econômicas e sociais ao longo destes dois últimos séculos, consagrou-se um determinado modelo de geografia escolar que vem sendo reproduzido desde as suas origens até os dias atuais. Essa geografia, denominada tradicional, se estabeleceu marcada por traços que demonstram sobretudo a fragmentação da realidade e o privilegiamento do natural em detrimento do humano.²⁵

²⁴ VLACH, Vânia R. F. "A propósito da ideologia do nacionalismo patriótico do discurso geográfico". Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, livro 2, volume 1, São Paulo, julho/84, p.19-20.

²⁵ Apenas a título de ilustração é interessante listar as unidades que compõem o livro de MOREIRA, Igor A. O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil. 22^a ed. São Paulo, Ática, 1985. A obra, destinada ao ensino da geografia no 2º grau, apresenta a seguinte divisão do conteúdo: Introdução: a ciência geográfica; Unidade I: O espaço natural; Unidade II: A população no espaço; Unidade III: O espaço agrário; Unidade IV: O espaço industrial e urbano; Unidade V: O espaço brasileiro.

É por esta razão que, entre as múltiplas dificuldades enfrentadas pelo professor de geografia, o problema fundamental e que se coloca como prioritário, transcendendo todos os demais, constitui-se exatamente na forma fracionada e parcial como é encarado o conteúdo desta disciplina por aqueles que a ensinam. Apresentada como uma disciplina que trata da produção do espaço não como algo resultante da mediação do trabalho humano dentro de relações determinadas, mas como algo produzido apenas por forças naturais²⁶, a geografia fatalmente considera o aluno como um ser neutro, sem vida, sem cultura, sem história, sem espaço. Ao ocultar o fato de que o espaço é dominado, ao mesmo tempo veicula a idéia de que a natureza é inesgotável o que, como se sabe, é questionado sobretudo pela recente tomada de consciência ecológica. Como o próprio espaço não é concebido como algo em que o homem está inserido, o aluno também não pode se ver no espaço geográfico que estuda e, conseqüentemente, é desprezado como ser histórico. Agindo dessa forma - negando o espaço histórico do homem - a geografia que se ensina "*marginaliza o próprio aluno como sujeito do processo de conhecimento e transforma-o em objeto deste processo*".²⁷ A desvalorização da experiência do aluno em relação ao espaço, na verdade, representa o afastamento de algo capaz de subverter o trabalho da geografia e da escola. O fazer pedagógico no interior da disciplina assume uma característica de desprezo às relações entre o técni-

²⁶ Os livros didáticos de geografia, como se pode ver, parecem ter uma parcela de responsabilidade bastante significativa na problemática situação em que se encontra o ensino desta disciplina. Entre os campeões de vendagem no Brasil, conforme reportagem da Revista Veja 756, de 02 de março de 1983, situam-se os manuais de Elian Alabi Lucci, que primam pela descrição localizada e parcial do objeto da geografia: o espaço. Transmitida desta forma, aliás, a geografia se aproxima mais de uma forma de ocultação dos elementos que compõem o espaço do que de uma ciência. Aliás, o caráter ideológico dos textos didáticos tem sido assunto bastante considerado em estudos pedagógicos: Entre estes convém destacar, por exemplo, o de Maria de Lourdes Nosella (As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979), que em alguns capítulos analisa temas diretamente relacionados à geografia.

²⁷ RESENDE, Márcia Spyer. A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo, Edições Loyola, 1986, p.20 (Coleção Educação Popular nº 5).

co e o político que se concretiza no ato de ensinar é cujos efeitos se fazem sentir na própria prática educativa exercida em sala de aula. Omitindo o papel central exercido pelo trabalho social na construção do espaço geográfico, a geografia ensinada se nega "a reconhecer também a exploração do trabalho (uns possuem a terra, outros vendem o seu trabalho para quem a possui; estes produzem os bens, mas são aqueles podem fruí-los) como mecanismo estrutural, na sociedade capitalista de produção e reprodução deste espaço".²⁸ Esta geografia que derrama sobre o aluno um amontoado de informações atomizadas sobre o mundo físico e que apresenta o homem como apenas mais um elemento componente deste mundo, traduz uma verdade sobre o espaço geográfico que ignora a intervenção humana sobre ele. Sua desvalorização não se dá somente pela via institucional, decorrente de medidas tais como a diminuição da carga didática semanal ou a implantação dos Estudos Sociais, fundindo os conteúdos de História e Geografia. A própria insuficiência cognitiva da geografia dominante nas escolas se encarrega de reduzir sua importância, em função do seu comprometimento prioritário com a simples observação e catalogação de informações. Para aprender uma disciplina baseada em dados tão estanques e sem sentido que se chocam inclusive com a própria percepção concreta que o aluno possui

²⁸ Idem, ibidem, p.26.

acerca do espaço, basta ter boa memória.²⁹

O escamoteamento da dimensão histórica da geografia e da dimensão geográfica da história, como também do caráter temporal e espacial do aluno, se revela então como uma opção política que favorece as classes dominantes, apesar deste propósito nem sempre ser consciente, tanto para a classe dominante quanto para o educador.³⁰ Agir de modo contrário no ensino da geografia significa ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço, resgatando a lógica de sua produção social através das relações concretas de trabalho. Para ensinar uma geografia que não isole sociedade e nature-

²⁹ A veracidade destas afirmações também aqui pode ser comprovada através de livros didáticos de geografia. A título de exemplo, porém, pode-se citar o livro Geografia: Geografia geral, astronômica, física, humana e econômica: 5ª série, 1º grau, São Paulo, Saraiva, 1983 de Elian Alabi Lucci, examinado detalhadamente por Márcia Spyer Resende em seu trabalho já referido. No capítulo 15 - A população brasileira - o autor justifica a concentração populacional na faixa litorânea brasileira da seguinte forma: "Muitos fatores de ordem geográfica e social colaboraram para que as primeiras vilas e cidades do Brasil fossem fundadas na faixa litorânea. Dentre esses fatores se destacam: a maior proximidade do litoral com a Europa; a presença dos índios selvagens no interior; os obstáculos que as serras constituíam para a penetração no interior (...). A concentração populacional na faixa litorânea é a segunda característica que a população brasileira apresenta. Um dos fatores responsáveis por isso é a migração interna que geralmente ocorre do interior, pouco povoado, para o litoral, com trechos superpovoados. A população concentrando-se cada vez mais no litoral enfrenta sérios problemas, como a falta de moradias, escolas, empregos, etc. A ausência de uma infraestrutura urbana para receber os grandes contingentes populacionais nas cidades litorâneas causa problemas". Nota-se como em momento algum o autor se refere às relações sociais, insinuando sempre causas físicas na determinação da localização da população brasileira. O fenômeno da migração interna não é atribuído à lógica da produção social que constrói o espaço, conforme sua ótica. Ele não corresponde apenas a um deslocamento no território, mas é fruto de várias outras determinações que são desconsideradas.

³⁰ Para evitar uma leitura mecanicista das relações entre classes sociais, é bom ressaltar que não há uma simples má-fé na classe burguesa e, doutro modo, no educador e boa-fé na classe proletária. A idéia de "luta de classes" inclui o fato de que a resistência da classe proletária e do aluno serve não só para a libertação destes como para, pelo menos, intranquilizar a classe dominante.

za, que não fragmente o saber sobre o espaço reduzindo sua dimensão de totalidade, o professor de geografia precisa conhecer a origem deste conteúdo.

Por esta razão é que o presente trabalho pretende centrar sua atenção no conteúdo que a geografia ensina e não na forma como ele é trabalhado. Na relação entre esses dois pólos – conteúdo/forma – o conteúdo é dominante, apesar de manter uma autonomia apenas relativa porque a própria forma pode provocar o refreamento do conteúdo, transformando-o em algo estático, acabado, eterno. A questão pedagógica escolar ou, mais especificamente, o processo ensino-aprendizagem envolve questões que dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo, mas considerar o "conteúdo sem questioná-lo em função de uma forma determinada e sem questionar essa relação forma/conteúdo em função dos fins conscientizados, não se chega a compreender como a dimensão política já vai se efetivando na própria produção do fazer pedagógico".³¹ Apesar da impossibilidade de desvincular estes dois aspectos – forma e conteúdo –, o que se pretende aqui, no entanto, é tratar deliberadamente da questão do conteúdo, no caso a geografia que se ensina, e mais especificamente a questão da dicotomia natureza/sociedade que caracteriza a geografia que se ensina. Por isso, não há neste momento uma preocupação direta com o rol de conteúdos específicos trabalhados pela geografia, nem com a metodologia empregada por essa disciplina escolar. Na verdade, o problema da dualidade colocado de forma tão marcante na geografia ensinada, representa um dos maiores obstáculos à prática docente do professor interessado em desenvolver uma proposta pedagógica que, abarcando dia

³¹ OLIVEIRA, Betty A. e DUARTE, Newton. Socialização do saber escolar. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo nº 18. São Paulo, Cortez/Autores associados, 1985, p.34.

leticamente as duas ordens cognitivas, propicie o conhecimento da totalidade social.³²

O ponto de partida para a investigação que ora se inicia foi, como se pode constatar, sugerido pela constância da dicotomia sociedade/natureza no discurso geográfico tradicional e pelo entendimento de que esta presença talvez pudesse ser esclarecida desde que fossem levantadas as suas origens.³³ Sua explicação talvez possa ser encontrada no momento em que a geografia se institui como ciência ou ao ser introduzida como disciplina obrigatória nos currículos escolares. Como o aspecto que mais interessa no momento é o do ensino, o trabalho centraliza sua atenção na gênese da geografia moderna e na sua introdução como disciplina obrigatória na composição curricular das escolas de 1º e 2º graus.

2.2

A GEOGRAFIA ALEMÃ COMO MODELO

Para se compreender os problemas fundamentais do ensino da geografia é indispensável lembrar que ela já existia bem antes de aparecer no século passado, em sua forma escolar e universitária. Desde que os homens começaram a construir ma-

32 A concepção de totalidade não pode ser confundida com o entendimento de que se pretende falar de todas as coisas. O todo é mais que a soma de todas as partes e entender a totalidade como mero resultado da soma significa produzir uma visão caótica do mundo. Preocupar-se com a totalidade em geografia quer dizer entender o espaço geográfico como algo produzido pela sociedade. Pensar a totalidade é pensar no conjunto das relações essenciais que determinam o fenômeno estudado.

33 É neste sentido que Marx declara que a chave para o entendimento do presente reside na compreensão do passado, mas ao mesmo tempo, só é possível compreender o passado a partir do presente. É este o contexto em que ele distingue o método de investigação do método de exposição. O método de investigação parte do presente, na medida em que o homem se situa historicamente. E quando se apresenta as razões por que o presente é tal como é, começa-se a exposição pelo passado.

pas e a descrever o espaço geográfico, esta modalidade de saber esteve ligada aos príncipes, chefes de guerra, conselheiros de Estado, homens de negócios, viajantes e todas aquelas para quem os empreendimentos ultrapassam os limites de um quadro espacial restrito e familiar. As primeiras colocações no sentido de uma geografia sistematizada como um saber específico vão ocorrer na Alemanha, no século XIX. Descrevendo a Terra, sua população e suas atividades econômicas, a geografia se institucionaliza, nas universidades e nas escolas em geral de diferentes países europeus, ao longo do século passado. A Alemanha, país que ainda não consumou a unificação do seu território sob a forma de Estado moderno, é que se torna a pioneira na introdução da geografia como disciplina integrante do currículo escolar e universitário. Ela é ensinada pela primeira vez por Kant, na Universidade de Königsberg de 1756 a 1796³⁴, mas é a partir de Alexander von Humboldt e de Karl Ritter que se vai ter uma geografia institucionalizada dentro das universidades. O movimento responsável pela eclosão da geografia provoca também a origem de outras disciplinas específicas. Isto porque até o século XVIII, a ciência ainda não se fragmentara e o conhecimento tinha uma dimensão de totalidade social através da qual pensadores-cientistas vivem e desenvolvem reflexões importantes em qualquer plano, sem dicotomizar o conhecimento. Tal fato se dá porque até esta época vigora uma concepção globalizada dos problemas — não porque estes sejam menos complexos, mas porque a realidade é concebida ainda de forma integrada. A divisão do trabalho científico na sociedade ocidental acompa

34 Essa afirmação é de SODRÉ, Nelson Werneck in Introdução à geografia: geografia e ideologia. 3ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982, p.27. Porém, para QUAINI, Massimo in Marxismo e geografia (Trad. Liliansa Lagana Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979) p.27 "é o próprio Kant que lembra no prefácio à Antropologia pragmática ter lecionado na Universidade de Königsberg, além do ensino da filosofia pura, 'durante cerca de trinta anos, dois tipos de cursos a respeito do conhecimento do mundo, isto é, antropologia no semestre de inverno e geografia física no semestre de verão, os quais, como cursos populares, eram assistidos também por pessoas de outros grupos".

nha a divisão do trabalho social, pois o processo de desenvolvimento da sociedade acarreta a divisão extrema do trabalho e esta fragmentação exige ao mesmo tempo uma divisão também no plano teórico. Neste contexto, o ensino da geografia, ao ser introduzido nas escolas, já surge comprometido não apenas com a formação do Estado nacional, mas também com o capitalismo nascente, já que, para obter a almejada unidade interna alemã, é preciso ocultar a divisão social do trabalho inerente ao próprio capitalismo que precisa ser consolidado. Assim sendo, a construção da geografia moderna vincula-se a duas determinações fundamentais: a formação do Estado nacional alemão e a expansão do sistema escolar.

Assim, se antes a geografia era destinada aos estados-maiores militares ou aos interesses financeiros, desde o final do século XIX, e inicialmente por razões patrióticas, faz-se necessário ensinar noções de geografia aos futuros cidadãos. Essa geografia, tornando-se um saber universitário, não possui mais uma função estratégica. Seu papel é ideológico e, por esta razão, se converte num discurso sem conotações políticas expressas. Os primeiros professores universitários se empenham na construção de uma ciência e, por este motivo, excluem as referências ligadas aos fenômenos políticos, travestindo o conteúdo geográfico de uma aparente neutralidade. Agindo assim, eles conseguem impor a visão de que os problemas de Estado nada têm de geográfico e, até mesmo, que não constituem objeto de análise da geografia. Ocultando o alcance político do saber geográfico, no entanto, retiram sua razão de ser, transformando-o numa visão naturalista e mecanicista da realidade. Os conhecimentos geográficos constituídos como um saber estratégico a serviço do poder passam a se apresentar como algo neutro, dissimulado por uma "cortina de fumaça" que oculta a importância de se pensar o espaço para nele agir de forma mais eficiente. O fundamental na geografia é o fato dela se constituir como "instrumento de poder ligado a práticas estatais e militares. A geopolítica, dessa forma não é uma caricatura e nem uma pseudogeografia ;

ela seria na realidade o âmago da geografia, a sua verdade mais profunda e recôndita".³⁵

Não deixa de ser interessante observar, então, que existem na verdade dois tipos de geografia. O primeiro – chamado por Lacoste de "*fundamental*" – praticado pelos estados-maiores, pelas grandes empresas capitalistas e pelos aparelhos do Estado. O segundo – mais recente – é praticado tanto por pesquisadores universitários como por professores. Ele se manifesta através de teses, monografias, aulas e livros didáticos. Pode-se juntar a este grupo a geografia turística dos meios de comunicação de massa e enciclopédias. O discurso da geografia "*fundamental*" está ligado aos conhecimentos relativos à prática de empreendimentos políticos e militares (de reis, príncipes, diplomatas, chefes militares), enquanto a geografia dos professores produz e reproduz um saber aparentemente sem utilidade, mas que no fundo combina-se com motivações políticas muito evidentes. Esta concepção acadêmica provoca a redução de um saber cuja razão de ser é a ação, transformando-o em um discurso desinteressado, sem conflitos, "*científico*" porque exorcizado do seu alcance político.

A geografia dos professores tomou corpo intimamente relacionada ao esforço de escolarização desenvolvido pela Alemanha durante o século XIX e, ligado a este desenvolvimento da geografia no ensino primário e secundário, cresce também a produção editorial de caráter geográfico e cartográfico.

Já em 1763, Frederico II foi responsável por uma audaciosa inovação no absolutismo prussiano, com a instituição do ensino primário obrigatório para toda a população mas

³⁵ VESENTINI, José Willian. Prefácio à Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Papirus, 1988, p.7.

culina. Em 1839 uma nova lei proibia empregar crianças menores de nove anos que não tivessem freqüentado a escola no mínimo por três anos. Estas medidas, evidentemente, provocaram a expansão do corpo docente e o número de professores aumentou de 28.000 em 1843 para 72.000 em 1891. Em 1860, a obrigatoriedade de escolarização já era um fato generalizado por toda a Prússia. O processo, que havia começado timidamente no final do século XVIII, um século mais tarde se convertia numa realidade em que todas as crianças entre os seis e os quinze anos na Prússia eram obrigadas a freqüentar a escola. A veracidade dessas afirmações pode ser comprovada estatisticamente através da redução do analfabetismo entre a população adulta. Em 1870 a percentagem de analfabetos com mais de dez anos na Prússia era de 10% entre os homens e de 15% entre as mulheres, com índices às vezes inferiores a 5% em certas regiões.³⁶

O sistema escolar, organizado através de uma hierarquia de instituições docentes, se estendia do ensino maternal ao ensino médio, aplicando modelos pedagógicos inovadores inspirados em Rousseau e Pestalozzi. O expansionismo napoleônico provoca uma exaltação nacionalista que desperta no governo e entre os intelectuais uma valorização da educação e a formação da juventude alemã, ao mesmo tempo física e intelectual, passa a seguir o modelo dos ginásios gregos em que se dava grande atenção aos exercícios ao ar livre como elemento de formação moral. Também são seguidos os métodos ativos de Pestalozzi e para tanto vários pedagogos, entre os quais Ritter, são enviados a Yverdon.

Em todo esse esforço de expansão da escolaridade, a geografia tem a vantagem de integrar os programas e sua presença mostra-se fundamental pois, "*junto com la len-*

³⁶ Dados apresentados por CAPEL, Horacio S. in Filosofía y ciencia en la geografia contemporánea. Barcelona, Barcanova, 1983, p.89 (Temas Universitarios).

gua, la historia, y la filosofía, era una de las materias que contribuían a afirmar el sentimiento de unidad alemana por encima de la división política existente. La aplicación de los métodos pestalozzianos permitía convertir fácilmente la Heimatkunde en geografía, y hacer de ella una enseñanza activa y en contacto con la naturaleza. En todo este desarrollo pedagógico puede sospecharse la gran influencia que pudo llegar a tener la obra de Ritter y la difusión de sus ideas pestalozzianas a través de los altos círculos político-militares berlineses a los que estaba ligado".³⁷

A geografia se faz presente em todos os níveis e centros de ensino. Para ingressar nos centros de ensino médio, por exemplo, eram realizados exames em que juntamente com a zoologia, mineralogia, botânica, latim, matemática e química, incluem-se noções de geografia física e política. Nos exames finais deste mesmo nível de ensino a geografia também aparece, ao lado do latim, alemão, francês, inglês, física, química, matemática e religião, centrando suas questões em torno dos cinco continentes, da geografia da Alemanha e do Estado específico (Prússia, por exemplo), sem descuidar da geografia comercial e das relações internacionais. Isto sem contar com a participação da geografia nos currículos dos centros de estudos de educação especial, como a Escola Industrial de Berlim ou a Escola Superior de Moças.³⁸

³⁷ CAPEL, Horacio S. Op. cit., p.90-91.

³⁸ Horacio Capel, no livro citado, ocupa-se em dois capítulos de questões referentes à expansão da escolaridade e da gradativa introdução da geografia nos currículos escolares, tanto na Alemanha como na França (na Inglaterra e na Rússia também). Assim é que, por exemplo, ele lembra que nos nove anos letivos que compunham as escolas alemãs de nível médio e superior, a geografia aparece em seis com uma ou duas horas semanais, abordando conteúdos relativos a noções de cosmografia geral dos cinco continentes, estudo especial de geografia da Alemanha e, principalmente, de geografia de cada Estado. Nota-se a semelhança entre essa programação e a que ainda hoje vigora nas escolas secundárias brasileiras.

Toda esta expansão vai exigir a formação de professores para atuar no nível primário e no secundário. A geografia universitária se desenvolve, então, em função das necessidades das escolas e das instituições de ensino médio. Não é pois, como se pode pensar, a partir das universidades que a geografia alcança a rede escolar de ensino elementar e secundário, mas, ao contrário, seu desenvolvimento nestes níveis precedeu o desenvolvimento da geografia no ensino superior. E não só isto. A demanda criada com a expansão do ensino da geografia provoca a ampliação e a diversificação das publicações de cunho geográfico.

A expansão da universidade alemã praticamente se inicia com a fundação da Universidade de Berlim por Wilhelm von Humboldt, em 1809. Ela estabelece um novo modelo para as instituições de ensino superior alemão, valorizando a ciência pura, integrando ciências e humanidades e atribuindo papel central à filosofia. A partir de 1830 esta situação começa a se transformar com uma forte reação ao domínio filosófico e o desenvolvimento das ciências naturais e do método experimental. A própria estrutura interna da universidade alemã oferece condições para esta modificação que se realiza em função das novas necessidades de investigação científica, determinadas por nova fase do desenvolvimento da Alemanha. A superioridade do sistema alemão se revela através da exigência de qualidade e da relativa liberdade acadêmica. Tal situação permite o avanço da ciência, originando novas especialidades e cátedras que fazem surgir novas disciplinas. Este movimento acompanha o próprio desenvolvimento econômico da Alemanha e se converte em modelo educacional de nível superior para todos os países europeus, desbancando a França.

Já a expansão da geografia universitária alemã começa em 1860, estimulada pela necessidade de professores para o ensino primário e secundário e, a partir de 1870, as cátedras desta matéria se estendem por todas as universida-

des alemãs.³⁹ Em 1820 a cátedra de geografia é instituída na Universidade de Berlim, sendo Ritter seu primeiro professor.

O último terço do século XIX é o período decisivo para a geografia, pois é quando esta ciência se consolida alcançando status acadêmico, após um longo período de preparação que vinha se desenvolvendo praticamente desde o século XVI. Além de sua instituição como disciplina obrigatória nos programas de ensino primário e secundário durante o século XIX e da conseqüente necessidade de formar professores para atender a demanda escolar, a geografia encontra eco numa Alemanha agora unificada que deseja expandir e alcançar seus objetivos imperialistas. A conquista de novos territórios supõe um conhecimento prévio dos mesmos que pode ser conseguido facilmente através desta disciplina. Concluída a fase exploratória, a consolidação da geografia prossegue através de estudos dos territórios coloniais que exigem conhecimentos cada vez mais especializados.⁴⁰ Isto explica a importância

³⁹ No ensino superior alemão até 1870 havia, além da cátedra de geografia da Universidade de Berlim, apenas outras duas: a da Universidade de Breslau, ocupada por Karl Neumann e a de Göttingen onde Johan Wappaeus ensinava geografia e estatística. A partir de 1871, elas vão proliferando e já em 1870, praticamente todas as universidades alemãs contavam com ensino especializado em geografia. Apesar da cátedra de geografia na Universidade Paris ser anterior (1809), o desenvolvimento da geografia moderna na França é bem mais lento, pois a demanda de professores de geografia para a escola primária e secundária cresce apenas no último terço do século XIX, com as reformas de ensino posteriores à guerra franco-prussiana.

⁴⁰ A criação da cátedra de Geografia Colonial evidencia isto. Milton Santos em seu livro Por uma geografia nova (São Paulo, Hucitec, 1980) se refere à utilização da geografia como instrumento de conquista colonial, destacando a relação existente entre a expansão da geografia e a da colonização. Ele lembra ainda que a cátedra francesa de geografia foi criada em 1809, em Paris, sendo ocupada por La Blache em 1899. Quanto à Geografia Colonial, foi a segunda cátedra criada em 1892 e ocupada inicialmente por M. Dubois. Manoel Correia de Andrade, em obra já citada, também se refere à instituição da Geografia Colonial, chamando a atenção para o fato de que com a independência das colônias francesas o nome da disciplina é mudado para Geografia Tropical.

das Sociedades Geográficas⁴¹ por toda a Europa e a receptividade encontrada pela geografia junto aos poderes públicos.

A partir de 1880, a comunidade científica dos geógrafos alemães desloca seu centro das sociedades geográficas para os departamentos universitários. O controle do desenvolvimento científico da geografia passa a ser exercido pelos geógrafos das universidades que por sua vez mantêm publicações destinadas aos diferentes níveis escolares, produzindo material especialmente dedicado à difusão de conhecimentos geográficos na escola primária e secundária. A formação dos professores também passa a ser objeto de trabalhos científicos, que reconhecem a importância de assegurar o ensino da geografia na escola de nível elementar e médio como condição para o desenvolvimento da ciência geográfica.

Ciência aceita com restrições pelos naturalistas e por cientistas sociais, disciplina caracterizada como auxiliar da história e sofrendo mais tarde investidas inclusive dos sociólogos, a geografia acaba resistindo mais por razões pedagógicas e ideológicas do que por razões meramente científicas. Sua institucionalização nos centros de ensino superior se faz basicamente em função da necessidade de formar professores para o ensino primário e secundário⁴² e do

⁴¹ As Sociedades Geográficas, extremamente ligadas à expansão colonial, desempenharam importante papel no desenvolvimento da geografia. Vinculadas ao governo e a uma burguesia empreendedora reúnem informações capazes de dirigir a política de repartição do mundo e concentrar o necessário para a conquista e exploração de diferentes regiões. Em 1821 foi criada a Sociedade Geográfica de Paris, em 1828 a de Berlim e em 1830, a de Londres. Ritter foi presidente da Sociedade Geográfica de Berlim, difundindo também através dela suas idéias.

⁴² Já em 1857, as normas do Ministério da Instrução Pública na França estabeleciam que o ensino elementar de geografia devia basear-se na observação do meio familiar à criança e defendem o uso do método intuitivo que segue do particular para o geral, da aldeia ao departamento e à França. Note-se como este é o caminho que ainda hoje é seguido pela programação de geografia nas escolas elementares brasileiras: o bairro, a cidade, o estado e, finalmente, o Brasil. Na França, a necessidade de formação de professores também faz com que em 1861 o ensino da geografia seja introduzido na Escola Normal Superior.

ambiente político favorável a ela por parte do poder.

Em 1870, quando a Alemanha derrota a França, a vitória é atribuída por muitos ao ensino ministrado nas escolas alemãs que é de qualidade muito superior ao que recebem os franceses. Torna-se voz corrente que a guerra havia sido ganha pelo mestre-escola alemão. Na França, essa derrota provoca uma crise profunda que encerra o IIº Império (1852-1870) e desperta um movimento de reforma em que as mudanças nos sistemas de ensino passam a ser uma aspiração geral. A superioridade científica e técnica da Alemanha é atribuída à superioridade das instituições docentes e entre as medidas adotadas pela França destacam-se as que organizam, a partir de leis promulgadas em 1870, o ensino gratuito, obrigatório e laico. As reformas⁴³ tendem a imitar o modelo alemão de ensino superior defendendo maior autonomia para as universidades, criando novas disciplinas e aumentando o número de vagas de professores universitários. E como não podia deixar de ser, a geografia francesa é edificada sobre uma base formada pelos trabalhos de geógrafos alemães. Especialmente os de Friedrich Ratzel, apesar da intensa crítica que sofrem devido ao seu germanismo, serão assimilados a ponto de fornecer os

⁴³ Nessas reformas posteriores a 1870 a geografia é bastante beneficiada. Seus protagonistas são Émile Levasseur, historiador dedicado à história econômica e social e Auguste Himly, catedrático de geografia da Sorbonne. É interessante registrar aqui ainda uma norma, baixada pelo ministério francês da Instrução Pública em 1872, que obrigava a realização de excursões geográficas ou "passeios topográficos".

elementos necessários à formulação da teoria possibilista.⁴⁴

Percebe-se agora claramente como as preocupações teóricas que levam ao desenvolvimento da geografia articulam-se com motivações de natureza política. Seu comprometimento ideológico denunciado por Yves Lacoste confirma-se: a geografia desde Heródoto nasce e se desenvolve a serviço dos Estados, do imperialismo dos Estados e a esta antiga função acrescenta-se uma mais recente e própria da geografia universitária, cujo principal papel ideológico consiste em afastar toda reflexão política sobre o espaço e mascarar as escolhas de política territorial dos grupos dominantes. O pensamento geográfico, que até então fora o de homens diretamente associados ao aparelho de Estado e ao exército, ocupados com uma prática política e militar, se desdobra no século XIX e passa a fazer parte dos programas dos colégios e escolas primárias, atingindo todos os futuros cidadãos. Esta geografia culmina no nível superior com aqueles que têm por encargo a formação dos docentes. Assim, o discurso geográfico, especialmente em sua forma escolar, passa a agir como um instrumento de mistificação. Os conhecimentos veiculados por essa geografia cumprem uma função que consiste em *"impedir o desenvolvimento de uma reflexão política a propósito do espaço, e de ocultar a estratégia praticada no nível do espaço por aque*

44 A escola geográfica francesa nasce, portanto, como instrumento capaz de auxiliar na recuperação da imagem de grande potência que a França perdera ao sair derrotada da guerra com a Alemanha. A geografia francesa, que até então mantivera-se apenas como uma disciplina auxiliar do ensino da história, fortemente marcada ainda pelo caráter informativo e descritivo, será alçada ao nível de ciência através das formulações de Paul Vidal de La Blache. Da cátedra de geografia que ele assume na Sorbonne transmite um discurso geográfico que será assimilado por geógrafos de todo o mundo. É quando se instala entre os geógrafos um forte debate entre possibilismo X determinismo (uma nova dicotomia no seio da geografia). Milton Santos in Por uma geografia nova (São Paulo, Hucitec, 1980), alerta para a falsidade desta polêmica lembrando que "a noção de determinismo não suprime a idéia de possibilidade e, ao contrário, a reforça. Quando Vidal de La Blache escreve que 'não existem necessidades, mas em toda parte existem possibilidades' trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar". Cf. *ibidem* p.26.

les que exercent o poder".⁴⁵ E por esta razão, o ensino da geografia passa a apresentar a formação histórica de uma nação como sendo "*natural*", destacando o estudo da "*terra*" e não da "*sociedade*".

Quando hoje se percebe o sentido do ensino da geografia, pergunta-se se não seria desejável eliminá-lo do currículo escolar. Há porém outra alternativa – e este trabalho se situa nesta perspectiva –, que é a de rever radicalmente a constituição histórica da geografia e seu sentido e, neste contexto, o conteúdo que é ensinado através dela nas escolas. E, quando se faz isto, parece não só ser possível, como até necessário, mantê-la nos currículos para que se desenvolvesse uma consciência de que o homem faz a história, mas a faz em circunstâncias determinadas. Numa geografia reconstruída desta maneira, pode-se fazer com que as pessoas se percebam num jogo dialético entre necessidade e liberdade, entre as relações do homem com a natureza e as relações dos homens entre si.

⁴⁵ LACOSTE, Yves. Op. cit., p.237.

3. A QUESTÃO DA DUALIDADE

SOCIEDADE/NATUREZA NA GEOGRAFIA

3.1

A EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Geografia: ciência da Terra. Etimologicamente, descrição da Terra. Sob esta expressão tão remota e aparentemente tão simples, apresenta-se um ramo do conhecimento científico marcado por enormes polêmicas. Sua origem remonta à Antiguidade Clássica. A geografia nasce entre os gregos que são os primeiros a registrar de forma sistemática os conhecimentos ligados a esse ramo do saber. São eles, aliás, que começam a rotular as informações relativas à superfície da Terra de Geografia. Estrabão parece ter sido o primeiro a utilizar o termo. Para alguns autores, Eratóstenes (275-195 a.C.), diretor da biblioteca de Alexandria, foi o primeiro autor de obra intitulada Geografia, muito embora a obra de Estrabão (200 anos mais tarde) seja mais consistente. E Heródoto é apontado por vários autores, não só como o pai da historiografia, mas também da geografia.¹ Entretanto, o saber geográfico é ainda anterior aos gregos, pois pode ser detectado até mesmo nas sociedades mais primitivas onde os deslocamentos e as migrações bastante remotas levam ao conhecimento

¹ Cf. JAEGER, Werner na Paidéia: a formação do homem grego (p.137), Anaximandro, figura mais expressiva dos físicos milesianos, foi o criador do primeiro mapa da Terra e da geografia. O mundo de Anaximandro é constituído de acordo com rigorosas proporções matemáticas. O mundo é uma esfera completa em cujo centro se situa a Terra. O caminho do sol, da lua e das estrelas é circular, sendo que o círculo do sol é o mais exterior e mede 27 vezes o diâmetro da terra. Conservando a mesma tendência matemática na elaboração do mapa da Terra, Heródoto segue e em parte contradiz esta orientação que ele atribui aos jônios coletivamente. Esta imagem que ele toma de Hecateu de Mileto, tem sua origem em Anaximandro.

mais amplo da superfície terrestre e à tendência ao registro ou à transmissão desse conhecimento. Mesmo sem dominar a escrita, os povos primitivos transmitem oralmente, ou através de desenhos em rochas e cavernas, uma concepção de vida e de cultura rica em idéias geográficas. A gradativa ampliação do espaço, ao mesmo tempo em que aumenta o interesse por suas características naturais, vai aguçando a curiosidade por questões ligadas às relações entre a natureza e a sociedade. O homem passa a observar já não só as montanhas, os rios e seus regimes, as estações do ano e a distribuição das chuvas, mas volta sua atenção também para os sistemas agrícolas, as técnicas de uso do solo, as relações campo-cidade, as relações entre as diferentes classes sociais, entre o Poder e o povo, etc... Ao mesmo tempo em que alguns descrevem, agora não mais apenas oralmente, mas também por escrito, as regiões conhecidas, outros preocupam-se com as idéias mais ligadas à forma e à dimensão da Terra.

Não obstante o acentuado desenvolvimento da cartografia nos séculos XV e XVI em função das grandes descobertas, até o século XVIII os trabalhos de cunho geográfico seguem dispersos, sem qualquer padronização. A variedade dos temas e a descontinuidade das formulações é tal que se torna impossível falar em geografia como uma ciência, como um saber autônomo. Para Nelson Werneck Sodré, no século XVIII encerra-se o "*longo período inicial, preliminar, preparatório da Geografia, sua pré-história*".² É então que se inicia o caminho da geografia em busca do status científico que será finalmente alcançado na Alemanha, no século XIX. Portanto, é só muito recentemente que a geografia encontra os elementos necessários para o seu nascimento como ciência. Seu discurso atual pode ser visto como a expressão deste longo trajeto e, especialmente, como o resultado dos interesses em jogo na época em que este saber se institucionaliza.

² SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia: geografia e ideologia. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982, p.23.

A evolução das estruturas econômico-sociais provoca o desenvolvimento da superestrutura cultural e com isto a maneira de explicar as relações entre a sociedade e a natureza é afetada, alterando também o conceito e a idéia que se faz de geografia. Assim, se na pré-história, na Antigüidade e na Idade Média, a geografia era utilizada especialmente para desenhar roteiros percorridos, para indicar recursos, para analisar os astros, para identificar relações meteorológicas confundindo-se com a cartografia e a astronomia, na Idade Moderna³ verifica-se a busca de explicações mais profundas para as relações entre a Terra e os astros, entre as condições naturais e as sociedades. Já na Idade Contemporânea⁴, ao se tornar um ramo autônomo do conhecimento, a geografia aparece muito ligada a explicações de fenômenos físicos e bastante comprometida com interesses políticos. Percebe-se aí uma evolução que passa da pura preocupação com a descrição à procura de explicações para os fenômenos observados e causas da sua distribuição. Em fins do século XIX, início do século XX, com a publicação de inúmeras obras produzidas por geógrafos e com a institucionalização da geografia acadêmica, há uma evolução na definição dessa ciência que Emmanuel de Martonne sintetiza muito bem ao apresentá-la como um saber que busca a *"distribuição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa distribuição e as relações locais desses fenômenos"*.⁵ Não se trata mais de apenas descrever, mas principalmente de explicar a

³ Na Idade Moderna se estabelece um novo paradigma da relação entre homem e natureza: alega a dominação através do saber e do fazer. A economia é entendida como possibilidade de transformar a natureza e colocá-la a serviço do homem.

⁴ Nesse período, o movimento ecológico em suas diversas tendências, questiona de forma bastante radical a relação que o homem estabelece com a natureza porque este tipo de relação poderia redundar num desastre. Questiona-se, assim, não só a relação homem/natureza no modo de produção material, mas também na produção do conhecimento e, neste caso também, o próprio estatuto de ciência. Isto porque a ciência moderna se fundamenta no fato do homem ser o sujeito e a natureza o objeto. O movimento ecológico traz consigo o estabelecimento de uma ética calcada não mais no domínio da natureza, mas numa certa fraternidade.

⁵ MARTONNE, Emmanuel de. Panorama da Geografia. Vol. I. Lisboa, Editora Cosmos, 1953, p.20.

distribuição dos fenômenos. Nesta definição percebe-se também nitidamente a concepção de "ciência síntese" – que trabalha com os elementos das demais ciências – pretensão esta que marcou profundamente o desenvolvimento da geografia moderna. Passando da descrição à explicação ela adquire o caráter de ciência e ao trabalhar com fenômenos físicos, biológicos e humanos justifica sua ambição de ser ciência síntese.⁶

Finalmente, hoje a geografia se define, de um modo geral, como o ramo do saber científico que se dedica ao estudo das relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, da forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, com o objetivo de explorar e dispor dos recursos naturais.

Esta rápida exposição mostra que as definições e os objetos das ciências não são permanentes nem rígidos, mas que sofrem transformações em consequência das mudanças que ocorrem na sociedade.⁷ Com a geografia não foi diferente, e ao longo de sua história foram articuladas inúmeras definições para o objeto de preocupação desta ciência. Assim é que Antônio Carlos Robert de Moraes, em seu livro Geografia-pe-

⁶ O que vai dar o caráter de ciência à geografia é o fato de tentar esta belecer a relação entre causa e efeito através da explicação, abandonando a mera descrição. Ao explicar, ela alcança o status de ciência, mas a problemática está no fato de que a ciência no sentido moderno explica apenas uma parte, representa um corte. Assim, a ciência feita no sentido clássico estaria impossibilitada de abordar a totalidade – daí a dificuldade da geografia ao pretender ser uma ciência que abarcasse os fenômenos físicos, biológicos e humanos. Quando a ciência tem a ousadia de se pronunciar sobre a totalidade, torna-se metafísica, ideologia.

⁷ Nos tempos modernos há uma coincidência entre o desenvolvimento da categoria do tempo (historicidade humana, filosofia da natureza) e a categoria do espaço. Ao mesmo tempo, percebe-se que a temporalidade das coisas e dos homens é mais trabalhada que a sua espacialidade. Por exemplo, a temporalidade aparece mais desenvolvida em trabalhos dos filósofos modernos, a partir do século XVIII – é o caso da filosofia da história em autores como Montesquieu, Kant, Vico, Hegel em que a temporalidade é mais questionada. Isto talvez possa ser atribuído a uma dicotomia entre homem/natureza, pois aceita-se muito mais facilmente que o homem tenha uma temporalidade e não que a sua natureza corpórea seja o âmbito em que se dá a historicidade.

quena história crítica, apresenta um breve painel das definições da geografia, detendo-se apenas nos "grandes modelos 'puros' de definição" e abarcando "somente as perspectivas da Geografia Tradicional"⁸, por ser nessa que a problemática do objeto se manifesta mais claramente. Nesta listagem das diferentes definições, no entanto, chama a atenção o fato de que no fundo todas as propostas comungam da mesma dificuldade em articular os dois ramos do saber — natural e humano — no interior de uma ciência que se proclama interessada nas relações entre sociedade e natureza. Se a geografia atravessa hoje uma crise é também porque ao longo destes últimos 150 anos não foi capaz de levar adiante as propostas de seus pioneiros, que pretendiam a integração dos conhecimentos relativos ao homem e à natureza dentro de uma mesma ciência. Para Almagiá, um estudioso da história da geografia citado e criticado por M. Quaini, "o motor fundamental da evolução da geografia nos séculos modernos é constituído por uma espécie de dialética unidade-divisão".⁹ Partindo de uma concepção monista da geografia, individualiza de forma anti-histórica e subjetiva as fases boas e más. Nas primeiras prevaleceriam as tendências unitárias; nas segundas dominariam as divisões e especializações. Essa heterogeneidade de enfoque coloca em risco a identidade da ciência geográfica e faz com que vários autores reafirmem ora a sua característica dual, ora a existência de mais de uma geografia. A situação é bastante complexa pois "estudando as relações entre a sociedade e a natureza, ela tem áreas em comum com os dois grandes grupos científicos, e se o espaço é produzido e reproduzido pela sociedade, a Geografia tem grande aproximação com as mais diversas ciências sociais; se analisa a intervenção dessa so-

⁸ MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. S. Paulo, Hucitec, 1981, p.19.

⁹ QUAINI, Massimo. A construção da geografia humana. Trad. Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.24.—Nesta obra, ao citar Almagiá, Quaini chama a atenção para a validade de sua Storia della geografia, em 4 volumes, que, embora ultrapassada, constitui fonte de consulta ainda bastante útil.

cidade na natureza, tem naturalmente a necessidade de manter contatos, de trocar conhecimentos e experiências com muitas ciências ditas naturais".¹⁰ De um lado existe a fisionomia natural da Terra e seus esquemas de transformação que precisam ser compreendidos e explicados, considerando-se que entre os agentes modeladores, entre os elementos da paisagem, encontram-se os homens. De outro lado, estão as sociedades humanas que devem ser compreendidas e explicadas, levando-se em conta que entre as condições da sua estrutura e evolução encontram-se o relevo, a hidrografia, a localização, o clima, etc... e que, portanto, é necessário apontar as interdependências entre o meio físico-biológico e os grupos humanos. A dificuldade está em encaminhar estas duas ordens de pesquisa unitariamente, o que só esporadicamente a geografia tem conseguido.

Entretanto, o dualismo que se revela no interior da geografia não é exclusivo dela. Na verdade ele coincide com o dualismo filosófico que reflete uma forma de ver e conceber o mundo que está na raiz da história ocidental. Quando o humano passa a ser objeto da ciência, na mesma época em que a geografia se institucionaliza, o domínio natural (físico) e o humano (do espírito) passam a ser encarados definitivamente como dois polos isolados e até mesmo opostos. Na oposição entre estes dois ramos do conhecimento ou dois aspectos do real, situa-se um dos problemas cruciais da geografia, que pode ser detectado ao longo de toda a sua história. Filha do século XIX, a geografia é moldada à sua imagem e semelhança, no bojo de um movimento global de fragmentação do conhecimento que dá origem à uma série de ciências específicas e também à distinção entre ciências naturais e ciências humanas. A divisão intelectual do trabalho científico tem sua origem no processo de divisão do trabalho em geral, fenômeno típico

¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. S.Paulo, Ed. Atlas S.A., 1987. p.15.

da sociedade capitalista, já que esta ao dividir o trabalho parcelou-o de tal forma que tornou necessária, ao mesmo tempo, a divisão também no plano teórico. A geografia, assim como a economia – esta um pouco antes, no século XVIII –, a sociologia, a psicologia são alguns exemplos dessa fragmentação, pois de acordo com Foucault "a partir do século XIX o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes".¹¹

Por esta razão, para se entender a geografia de hoje é necessário um retorno ao passado – uma das exigências da geografia no momento presente é, sem dúvida, a historicização, pois a história transformou-se em método de análise e em forma de compreensão válida para numerosos ramos do conhecimento. É Marx quem ensina na Ideologia Alemã que conhece apenas uma ciência, a ciência da história. Pretender definir qualquer ciência por princípios tomados a priori, demarcar limites rígidos ao seu campo de investigação é uma tarefa sempre arriscada, pois quanto mais avança o saber humano, mais nítidos se tornam os elos que relacionam entre si as diversas ciências, como se fossem ramos nascidos de um tronco comum. A história da geografia evidencia mais um exemplo. Qualquer definição apriorística, que não contemple a natural evolução das coisas, está arriscada a perder-se por sua falta de fundamento. Por isso, tomar conhecimento das fases sucessivas do desenvolvimento da ciência geográfica, das dificuldades e transformações por que passou e que a conduziram ao alto grau de organização que ela apresenta hoje é, ao que tudo indica, o método mais seguro e mais prudente para reconhecer o seu princípio íntimo, para revelar o que ela foi, o que é e o que deve ser.

Primeiramente é preciso reconhecer que a visão de mundo moderna e, com ela, a de ciência, não pode ser en-

¹¹ FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma T. Muchail. 4ª ed. S. Paulo, Martins Fontes, 1987. p:363.

tendida apenas como um aprimoramento da visão de mundo antiga. Abandonando a pretensão de considerar o conhecimento atual como o ponto alto e o resumo ideal das culturas antigas, é possível perceber que não há uma mera continuidade no avanço do conhecimento humano, mas que, por vezes, ele se dá através de mudanças radicais, verdadeiras revoluções¹² sobre o modelo anterior. A imagem de um conhecimento adquirido gradativamente, num crescente em busca da "verdade", não corresponde à realidade onde uma história de lutas, rupturas, idas e vindas fizeram com que o saber humano atingisse o nível em que se encontra atualmente. Sob a aparente evolução natural do conhecimento abriram-se, por vezes, brechas que representaram golpes definitivos na estrutura do corpo de conhecimentos anterior. Assim, por exemplo, Copérnico ao publicar, em 1543, o seu De revolutionibus orbium coelestium produziu, a partir da leitura dos antigos, as bases de uma revolução por tirar a Terra do seu "lugar natural". Sua obra, no entanto, pode ser considerada simultaneamente revolucionária e conservadora. A nova astronomia exposta por Nicolau Copérnico desloca a Terra do centro do universo e explica o movimento dos planetas por uma hipótese heliocêntrica, ao mesmo tempo em que conserva o princípio da circularidade dos movimentos e da perfeição das esferas. O significado filosófico desta nova teoria é profundo. Vulgarmente se diz que o seu efeito foi diminuir a importância da Terra e mostrar ao homem sua pequenez frente ao universo. Esta é uma idéia bastante superficial - "filosoficamente tola e historicamente falsa"¹³ - pois nenhum problema filosófico, quer diga respeito ao homem ou ao universo, ou mesmo à relação entre eles, é afetado pela quantidade do espaço que ocupa. Ao mesmo tempo, a pequenez da Terra frente ao universo já era conhecida por todo europeu culto um século antes de Copérnico - aí es-

¹² A palavra revolução aqui não deve ser entendida com o mesmo sentido que lhe é atribuído como movimento social, visto que na área do conhecimento ela se faz mais lentamente, sem o caráter brusco típico dos movimentos da sociedade.

¹³ COLLINGWOOD, R. G. Ciência e filosofia. Trad. Frederico Montenegro. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1976. Biblioteca das Ciências Sociais. p.156.

tã o porquê do "*historicamente falso*". O verdadeiro significado da obra deste astrônomo polonês vai além e consiste não tanto em deslocar o centro do universo da Terra para o Sol, mas em implicitamente negar que o mundo tivesse um centro. O fundamental é que "*tal como diz seu editor póstumo poderia considerar-se seu centro qualquer ponto; e a fim de se estudar as órbitas planetárias era conveniente considerar-se como centro do universo o sol*".¹⁴ É importante considerar ainda que, ao tirar a Terra do centro do universo, na verdade Copérnico está tirando a Igreja do centro do mundo, já que até então ela fora o centro do planeta Terra em torno do qual girava todo o universo. Com ele se inicia lentamente a derrubada da explicação teológica. A verdade não estaria mais apenas nas Sagradas Escrituras. Galileu, por sua vez, ao se defender dos ataques da Igreja, também colocava que a Bíblia não era um livro científico. Cabia agora ler o livro da natureza que está, segundo ele, escrito em linguagem matemática. Essa intervenção faz com que não só se deixe de tomar a Bíblia como um livro de ciência, mas também contribui para a distinção entre teologia e filosofia, e para uma relação nova entre teologia, filosofia e ciência.

3.2

AS RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

Grandes nomes em história e filosofia da ciência, como os de G. Bachelard, F.S. Kuhn e M. Foucault, ao tratarem da construção do saber, acusaram a existência de rupturas epistemológicas no desenvolvimento da ciência. De acordo com essa forma de interpretar o conhecimento humano, dominante na historiografia moderna, parte-se

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.157.

da tese de que o saber é construído¹⁵ e não dado naturalmente, o que tornaria inútil qualquer busca de uma linha regular na evolução da ciência. Isto significa dizer que a visão de mundo moderna e, com ela, a de ciência, não corresponde a um simples aprimoramento da visão anterior. Portanto, cada época trabalha com o saber de acordo com suas particularidades históricas. Assim, como conhecimento a geografia pode ser considerada universal, já que emerge do próprio despertar da consciência humana, comum a toda a humanidade, através do contato do homem com a natureza. Como saber, no entanto, ela difere segundo as mentalidades e circunstâncias de diferentes épocas às quais se prendem concepções próprias do mundo e do espírito.

M. Foucault registra duas grandes descontinuidades na epistême¹⁶ da cultura ocidental: uma que assinala o início da idade clássica, em meados do século XVIII, quando se dá a primeira ruptura (Copérnico é dos que já bem antes contribui para que isso ocorra); outra que no começo do sécu

¹⁵ Esta idéia de que o saber é uma construção já está presente em autores do século XVIII, como, por exemplo, Kant. Para ele "a razão só compreende o que ela mesma produz segundo o seu projeto, (que) ela teria que ir à frente com os princípios do seu juízo segundo leis constantes e obrigar a natureza a responder às suas perguntas, mas sem se deixar conduzir por ela como se estivesse presa a um laço". (Prefácio à 2ª edição da Crítica da Razão Pura. Trad. portuguesa. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.11). Vê-se, então, que a relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento não é, como diz Kant, uma relação do tipo professor (natureza) X aluno (sujeito/homem), mas do tipo juiz (sujeito que pergunta/homem) X testemunha (natureza). Embora esteja presente em Kant, e em outros autores, a idéia do saber como produção humana, o que prevalece é o entendimento de que a verdade científica consiste numa adequação do sujeito ao objeto.

¹⁶ A palavra epistême é aqui utilizada no sentido que Foucault lhe dá, ou seja, como um paradigma ou "regime de verdade" que caracteriza uma determinada época e, neste sentido, ela englobaria também a doxa. Para Platão, o senso comum (a doxa) fica excluído da epistême que seria formada apenas pelo científico, pelo saber racional, pelo saber superior. A epistême em Platão é constituída apenas pelo saber racional.

lo XIX marca o limiar da modernidade¹⁷ e que corresponde à epistême contemporânea. Notam-se aí dois momentos de ruptura – ou duas revoluções – um que se efetiva no século XVIII e, o outro, no século XIX, ambos provocando fissuras irreparáveis nos esquemas de pensamento do sistema anterior. A cada fratura torna-se vitoriosa a formulação de um novo modelo de mundo gestado lentamente no interior do velho sistema de cosmo que aos poucos se esfacela. O nascimento da geografia se dá "*precisamente tras la última ruptura epistemológica y en el marco de la epistême contemporânea*"¹⁸, apesar de ser na ruptura anterior – entre a epistême clássica e a moderna que surgem as primeiras ciências humanas. É novamente Foucault quem afirma que "*antes do fim do século XVIII o homem não existia [...] é uma criatura muito recente que a demiúrgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos: mas ele envelheceu tão depressa que facilmente se imaginou que ele esperara na sombra, durante milênios, o momento da iluminação em que seria enfim conhecido [...]. Sem dúvida, as ciências naturais trataram do homem como de uma espécie ou de um gênero: a discussão sobre o problema das raças no século XVIII, o testemunha. [...] Mas não havia consciência epistemológica do homem como tal. A epistême clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem. [...] nenhuma época, porém, concedeu tanto à natureza humana, deu-lhe estatuto mais estável, mais definitivo" ... pois o "próprio conceito de natureza humana e a maneira como ele funcionava excluía que houvesse uma ciência clássica do homem".¹⁹ Esta longa citação permi-*

¹⁷ O conceito de modernidade em Foucault não concide com o que normalmente é aceito como modernidade. Para ele a modernidade coincide com o surgimento das ciências humanas que transformam o homem em objeto. A filosofia, por exemplo, considera a modernidade a partir de Descartes porque ele estabelece um novo princípio para o saber, que consiste em colocar o homem como fundamento do saber e do fazer. Já para a história, a modernidade se inicia com aquilo que muitos chamam de Renascença.

¹⁸ CAPEL, Horacio S. Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea. Barcelona, Editorial Barcanova, 1981. p.248.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. Op. cit., pp.324-325.

te concluir que até o século XVIII as ciências humanas não existiam simplesmente porque na epistême clássica o homem se vê como integrante da natureza – ele se reconhece nela, ainda segundo Foucault, "por imagem ou por reflexo". Até então, "natureza" e "natureza humana" são vistas em íntima união. Para os pensadores antigos (gregos, por exemplo), o espírito pertencia ao corpo; espírito e corpo são uma substância só que vive num estado de união perfeita. No pensamento desta época, o axioma fundamental é a imanência do espírito em relação ao corpo.

Somente quando a epistême clássica se esfacela é que o homem aparece em sua posição ambígua de objeto para um grupo de ciências e de sujeito cognoscente para outras, provocando uma redistribuição do saber e uma mudança fundamental no desenvolvimento da ciência. A partir daí, o espírito e o corpo passam a ser vistos como substâncias separadas em que cada qual atua independentemente da outra, de acordo com leis próprias. O homem se apresenta na cultura ocidental, e isto vem sendo engendrado já desde o século XVI, como aquele que ao mesmo tempo pensa e é, porém como duas instâncias (substâncias?) separadas. Nessa passagem para a epistême moderna transforma-se substancialmente o espaço do saber. A teoria da verdade como adequação característica de todas as ordens possíveis no pensamento clássico passa a ser substituída pela história como definidora de uma empiricidade baseada na ordem natural das coisas e pela introdução de uma consciência epistemológica do homem. Deste momento em diante, passa a vigorar uma nova positividade referente às relações entre natureza e natureza humana. A penetração da história e do homem no campo do saber introduzem um suporte positivo dos conhecimentos novos, representado pela ordem temporal (e não espacial) e pela ordem humana, assim como pelas ligações desta última com a ordem natural.

Este movimento que tornou "posible la aparición de las ciencias humanas (sociología, psicología, historia...); y también, podría añadirse, la incorporación del hombre

como objeto actuante en la superficie terrestre"²⁰ é, consequentemente, o responsável pela institucionalização da geografia humana.

Para Massino Quaini, a geografia humana moderna nasce no século XVIII com a difusão do iluminismo "e os novos 'geógrafos' não são somente os naturalistas ou os cartógrafos, topógrafos, mas, também e principalmente, os 'philosophes', os próprios iluministas".²¹ Sob o rótulo de ciência do homem – que então aglutinava etnologia, sociologia, economia e geografia – o século XVIII, especificamente para esta última, vai muito além da simples coleta de fatos e observações. Em muitos autores percebe-se nesta fase uma curiosidade em relação às questões como, por exemplo, gêneros de vida, distribuição da população, ação recíproca do homem e do ambiente – sem preocupação ainda com uma construção lógica coerente – que mais tarde se tornariam objeto de estudo da geografia humana. No entanto, Claval (apud Quaini) ressalta o fato de que, mesmo com o nascimento da nova epistême, em fins do século XVIII na geografia continua a prevalecer a velha lógica científica da idade clássica, pois para a sociedade da época a velha geografia descritiva era suficiente. Para que o nascimento da geografia humana moderna ocorresse de fato, faltava o impulso decisivo que seria dado pelo evolucionismo, pois a análise geográfica tornava-se particularmente importante com o lugar de destaque atribuído ao ambiente nos mecanismos de evolução das espécies.

No caso da geografia, percebe-se como as origens epistemológicas responsáveis por sua configuração moderna complicam a dupla vinculação existente entre os domínios do saber natural e do saber humano e social. O decisivo afloramento epistemológico da historicidade e do homem e a conse-

²⁰ CAPEL, Horacio S. Op. cit., p.250.

²¹ QUAINI, Massimo. A construção da geografia humana. Trad. Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983. Coleção Geografia e Sociedade. Vol. 3, p.30.

quente aceitação da possibilidade de situar num mesmo horizonte os fenômenos da natureza e os da natureza humana, introduzem dificuldades conceituais e metodológicas que até hoje não foram resolvidas satisfatoriamente.

Na verdade, estas profundas modificações que se operam na evolução do pensamento ocidental correspondem ao movimento ideológico responsável pelo processo de transição do feudalismo para o capitalismo que, no plano filosófico e científico, traduzem as transformações operadas ao nível econômico e político. A evolução das estruturas econômico-sociais correspondem as alterações na superestrutura cultural e na forma de interpretar o processo de relações entre a sociedade e a natureza.

A separação entre ciências naturais e ciências humanas, tão característica da cultura moderna, já está presente no pensamento de Kant, ele próprio professor de geografia e de antropologia. O criticismo kantiano é responsável pela distinção "*entre el mundo natural, objeto de la razón teórica, y el mundo moral, dominio de actuación de la razón práctica*".²² Kant distingue dois grupos de ciências: as ciências a priori (especulativas) apoiadas na razão, entre as quais situa a matemática e parcialmente a física e as ciências a posteriori (empíricas) que são feitas a partir do entendimento e têm origem na experiência. Entre estas últimas é que ele inclui a história e a geografia. Em consequência, admite que ambas são ciências descritivas sendo que a primeira – a geografia²³ – se caracteriza por ser corológica, e a segunda – a história –, cronológica. Tanto a geografia como a história têm sua origem no processo de localização dos fenômenos; enquanto a geografia trata da localização no espaço, a história o faz no tempo. Pelos seus cursos, pode-se con

²² MENDOZA, Josefina Gómez et alii. El pensamiento geografico... Madrid, Alianza Editorial, s.d. p.29.

²³ Na verdade, em seus escritos de geografia física Kant divide a geografia em geografia matemática, geografia política e geografia física. Para ele, porém, mesmo a própria geografia física só tem sentido enquanto útil para que o homem possa se conhecer melhor.

cluir que Kant aceita também a divisão entre geografia humana e geografia física, entre antropologia e geografia, entre história e natureza, enfim entre o reino da liberdade e o reino da necessidade. Essa distinção avança até o século XIX, quando a aplicação do modelo conceitual e metodológico das ciências físicas e naturais é estendido também ao estudo do domínio dos fenômenos humanos, abrindo uma perspectiva inédita em que, aparentemente, alcançava-se a construção de um conhecimento geográfico integrador. Porém, a perspectiva evolucionista que conseguira articular, em termos conceituais e metodológicos, um projeto coerente e até mesmo fecundo²⁴ de cientificismo positivo apresenta, nos últimos anos do século XIX, sinais de insuficiência e brechas explicativas que acabam por determinar a sua substituição por um novo modelo. O crescente desprezo pela sistematização positiva evolucionista provoca uma notável modificação no pensamento geográfico, na passagem do século XIX para o século XX. A crise da mentalidade positivista e da racionalidade típica do evolucionismo provoca uma ruptura no projeto cognitivo da cientificidade geográfica, dando lugar ao aparecimento da geografia clássica que se configura como um conjunto de opções em que, por um lado, se defrontam as tendências de caráter regional ou corológico com as tendências de caráter geral ou sistemático e, por outro, a diversificação das escolas nacionais.

A historiografia das chamadas ciências humanas e sociais situa o aparecimento e o desenvolvimento das mesmas no contexto do projeto científico que se torna vitorioso no século XVIII, introduzindo, como já foi visto, o homem como objeto e sujeito do conhecimento. Esse movimento que acaba por provocar a cisão da epistême ocidental em dois blocos

²⁴ A influência do darwinismo, no campo da geografia, ao contrário do que muitos pensam, não se limitou apenas às formulações de Ratzel e seus seguidores. Ela pode ser detectada em linhas do pensamento geográfico bastante diversificadas entre os autores que optaram claramente por uma dedicação especializada à geografia física, como, por exemplo, nos estudos de W. Davis sobre as formas de relevo.

distintos – ciências humanas e sociais e, ciências naturais – não parece, entretanto, suficiente para explicar a origem da dicotomia sociedade-natureza no interior da geografia moderna. Por isso, a delimitação dessa dualidade interna parece ter origem em pontos ainda mais recuados da história da ciência. Neste sentido, talvez seja correto aceitar que a questão da dicotomia aflora, já na antiguidade clássica, no plano filosófico antes mesmo de se colocar para a ciência moderna. Os gregos, responsáveis pela primeira aproximação científica na história da cultura ocidental, articulam um discurso filosófico que toma a ciência como sua subsidiária, ou seja, é no seio da atividade filosófica que surge o conhecimento científico. Enquanto à ciência caberia observar os fenômenos sensíveis, descrevendo-os, classificando-os e explicando-os, à filosofia caberia integrá-los num universo de preocupações mais amplas. Filosofia e ciência, portanto, são entendidas pelos gregos como ciências (epistême). A dicotomia se instala a partir do momento em que os sofistas começam a teorizar a inutilidade da investigação naturalista formulada pelos "físicos" da Jônia e da Magna-Grécia, dessacralizando as supremas noções do Ser e da Natureza. Contra o materialismo e o ateísmo latente nas idéias destes, é reclamada, por Platão, a primazia da alma em relação às "realidades primeiras" materiais, como o fogo ou o ar. "A polêmica platônica tendia a separar os dois planos da realidade que apareciam sobrepostos e confundidos nas manifestações *peri physeos*".²⁵ Com a crise que se estabelece em Atenas a partir do século V, as especulações dos "físicos" sobre os elementos, sobre a origem e a ordem do cosmo entram em conflito em virtude das lutas pelo domínio da polis e do desenvolvimento do pensamento político que daí decorre. Há, especialmente na atitude platônica, uma inquestionável rejeição à experiência sensível que provoca a perda daquela unidade de pura especulação e curiosidade técnico-empírica que estava presente nos "físicos".

²⁵ CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1975. Biblioteca de textos universitários. p.35.

Desde então, tem início a divisão entre artesãos e filósofos, entre a mão e a mente que vai marcar todo o desenvolvimento da filosofia clássica. É ainda CASINI quem conclui que foi este movimento no pensamento grego que empurrou "a interpretação da natureza para o beco sem saída da especulação metafísica e promoveu a edificação de uma 'ciência primeira' que, durante muitos séculos, foi considerada mais elevada e mais nobre que a experimentação e a técnica. Daqui a cisão entre o mundo das 'idéias' e o mundo das 'coisas', entre metafísica e física".²⁶ Daí porque o nexó entre sociedade e natureza, ao que tudo indica, não teria se rompido apenas com a revolução científica setecentista ou com a ruptura da episteme clássica, como entende Foucault. A dicotomia estaria presente nas primeiras formulações gregas que, apesar das crises, regressões e revoluções, chegaram até os dias de hoje através de conexões sutis e permanentes que marcaram toda a evolução do pensamento ocidental:

Para Emmanuel de Martonne, a geografia, em seu sentido mais lato, é um dos ramos de saber mais antigos. Ela "surge nos primeiros escritores gregos, desde que o pensamento desperta e que o círculo da experiência se alarga para além do horizonte da aldeia e da cidade".²⁷ E continua: "o primeiro geógrafo verdadeiramente consciente é Heródoto, isto, é, o primeiro historiador que alarga o campo das crônicas locais e que o estudo duma grande guerra põe em presença de países tão longínquos como diferentes. Conhecem-se as suas viagens ao Egito, à Trácia e até ao Helesponto, à Fenícia e até à Babilônia. Ele representa a tendência descritiva da geografia, aquilo a que chamamos de geografia regional."

Simultaneamente, e até um pouco antes, revela-se, nas cidades jônicas onde o pensamento grego despertara,

²⁶ Idem, ibidem, p.36.

²⁷ MARTONNE, Emmanuel de. Op. cit., p.2

uma outra face da geografia, aquela que encara a Terra no seu conjunto, e por isso tem o nome de geografia geral. Os filósofos naturalistas jônicos, dos quais Tales de Mileto é o nome mais conhecido, principiaram no século VI a.C. a preocupar-se com os problemas da física terrestre: forma, dimensão, posição da Terra no espaço. Tales, herdeiro dos conhecimentos dos Egípcios e Babilônios, defendia a rotundidade da Terra, o que a nossa Idade-Média iria pôr em dúvida.

Assim, desde o início, surgem os dois pontos de vista essenciais da geografia considerada como ciência da Terra: geografia geral e geografia regional coexistem durante toda a antigüidade, parecendo disputar-se a atenção dos sábios. [...] Observa-se que a geografia regional e descritiva é muito mais humana, mais atenta à etnografia, às migrações dos povos, aos costumes e às instituições, ao passo que a geografia geral é mais física, mais exata, ou, pelo menos, mais exigente de precisão matemática. [...] Durante muito tempo o dualismo manter-se-á. [...] ... o destino da geografia geral matemática está vinculado aos progressos da astronomia; foi por considerações astronômicas que os jônios demonstraram a rotundidade da Terra e que Eratóstenes conseguiu medir as suas dimensões. Por seu turno, com Heródoto, a geografia regional ou descritiva nasce como consequência das necessidades da história".²⁸

²⁸ Idem, ibidem, pp.2-4. Para R. MOREIRA, em seu livro O que é a geografia? (S.Paulo, Brasiliense, 1981, pp.15 e 16), as duas vertentes da geografia grega teriam origens diferentes. De um lado, nasce uma geografia "colada às lutas democráticas"; de outro, uma geografia ligada "aos interesses dos mercadores que submetem os gregos a uma tlassocracia". A geografia que irá se desenvolver, na interpretação deste autor, vai ser a que servirá ao Estado, enquanto que "a geografia concebida como práxis democrática e transformadora ficará sufocada". P. CASINI (in Filosofias da Natureza pp.35-36), ao comentar a separação dos dois planos da realidade no pensamento grego, atribui esta cisão ao choque entre as especulações dos "físicos" e as lutas pelo domínio da pólis (com o conseqüente desenvolvimento do pensamento político) que provocaram um "conflito entre as crenças tradicionais da religião olímpica" e "combinaram-se com os interesses de casta, tendo sido discutidas ou utilizadas com base em opções ideológicas". No entanto, ele alerta também para o excesso que seria "modernizar tudo isto em termos de luta de classes".

Se no pensamento clássico grego convivem uma geografia regional descritiva que se aproxima da história e uma geografia matemática próxima da astronomia e da geometria, tudo leva a crer que o germen da dicotomia sociedade-natureza se encontra na própria filosofia grega, pois é com ela que se dá a passagem da cultura primitiva permeada de mitos e de heróis, deuses e semideuses, em direção à cultura racionalista que parece ser fruto das novas relações sociais advindas do surgimento das primeiras cidades.

3.3

AS DIFERENTES COSMOLOGIAS DA CULTURA OCIDENTAL

De acordo com COLLINGWOOD, a grosso modo, apesar do risco de redução e simplificação que todo esquema mais geral representa, é possível distinguir ao longo de todo o pensamento ocidental três movimentos cosmológicos distintos, marcados cada qual por uma visão de natureza diferente. O primeiro corresponde justamente à visão grega de natureza e se baseia *"no princípio de que o mundo da natureza está saturado ou penetrado pela mente, pelo entendimento"*.²⁹ Para os gregos, a presença da mente na natureza representava a garantia da ordem ou da regularidade no mundo natural, que era visto como um conjunto de corpos em movimento. O segundo movimento cosmológico coincide com o que COLLINGWOOD chama de visão renascentista de natureza, na falta de uma expressão melhor, e corresponde à concepção dominante nos séculos XVI e XVII. Tal como os gregos, os pensadores desse período viam a ordenação do mundo natural como uma manifestação da inteligência, só que não mais da inteligência da própria natureza, mas inteligência de algo situado além da natureza – o criador e senhor da natureza. Finalmente, o terceiro movimento cosmológico, que corresponde à moderna visão de natureza, que começa a tomar forma em fins do século XVIII e vem se consolidando até os dias de hoje.

²⁹ COLLINGWOOD, R.G. Op. cit., p.11.

É interessante observar que cada uma das três cosmologias baseia-se numa analogia. A concepção grega via a natureza como um organismo inteligente, baseada numa comparação entre o mundo da natureza e o mundo do ser humano individual que projeta na natureza certas características detectadas em si mesmo enquanto indivíduo. O mundo da natureza é explicado como um macrocosmo análogo ao microcosmo do corpo, pois pela ação da sua consciência o indivíduo vê-se como um corpo (cujas partes estão em constante movimento rítmico, sendo estes movimentos ajustados uns aos outros de forma a garantir a vitalidade do todo) e descobre-se como mente que dirige a atividade desse corpo de acordo com seus próprios desejos. A presença da mente assegurava a ordem e a regularidade existente no mundo natural e, ao mesmo tempo, possibilitava uma ciência da natureza. O cosmos era visto como um conjunto de corpos em movimento, movimento esse que era atribuído à vitalidade ou alma. "[...] o mundo da natureza era não só vivo como inteligente; não só um vasto animal dotado de 'alma' ou de vida própria, mas também animal racional com 'mente' própria".³⁰

O ponto de partida dos pensadores naturalistas dos séculos VI e V foi o problema da origem, a physis, que deu o seu nome para o movimento espiritual e para a forma de especulação que o originou. O problema da origem e da essência das coisas que os gregos questionavam, apresentava-se como algo fundamentalmente novo, pois desloca-se de um comportamento mítico, religioso, para uma postura mais puramente intelectual. Portanto, "a filosofia grega começou com os problemas da natureza e não com os relativos ao homem"³¹, se bem que o conceito grego de physis em seu significado original nada tem a ver com a moderna concepção da física. O seu interesse fundamental era, na realidade, com o que hoje se denomina metafísica. Foi com este movimento que nasceu a ciên

³⁰ Idem, ibidem, p.11.

³¹ JAEGER, Werner. Op. cit., p.132

cia racional da natureza que, a princípio, estava envolta em especulação metafísica e só gradualmente se libertou dela.

A visão renascentista de natureza começou a se formar como antitética à visão grega. Baseava-se em dois pontos centrais: a negação de que o mundo da natureza, o mundo estudado pela ciência física fosse um organismo e a afirmação de que era desprovido de inteligência e de vida. O mundo da natureza, na concepção renascentista, era não apenas incapaz de ordenar seus movimentos como até mesmo incapaz de se movimentar. *"Os movimentos que manifesta e que os físicos investigam são-lhe impostos pelo exterior e a regularidade desses movimentos é devida a 'leis da natureza' igualmente impostas pelo exterior"*.³² Em vez de um organismo, o mundo natural passa a ser encarado como uma máquina formada por partes conjugadas, impelidas e destinadas a um fim definido por um espírito inteligente que lhe é exterior – assim como a máquina, o cosmo é manobrado por alguém de fora dele. *"Os pensadores da Renascença, tal como os gregos, viam na ordenação do mundo natural uma manifestação da inteligência; porém para os gregos essa inteligência era a inteligência da própria natureza, ao passo que para os pensadores renascentistas era a inteligência de algo para além da natureza: o criador divino e senhor da natureza"*.³³

Convém ressaltar, porém, que estes dois movimentos cosmológicos foram seguidos por períodos em que o foco de interesse deslocou-se da natureza para a mente. Na Grécia, apesar da impossibilidade de homogeneização da sua produção filosófica e da multiplicidade de interpretações acerca da natureza, este deslocamento se dá com Sócrates que inverte a ordem de prioridades, centrando sua reflexão na ética e na lógica, o que provoca a transferência da teoria da natu

³² COLLINGWOOD, R.G. Op. cit., p.11.

³³ Idem, ibidem, p.14.

reza para um plano secundário. Porém, a teoria do espírito de Sócrates e seus sucessores foi condicionada pelos resultados já alcançados anteriormente pela investigação da natureza. Na verdade, a concepção racional de natureza vinha amadurecendo progressivamente desde os jônios que se preocuparam em descobrir um princípio primeiro. A cosmologia pré-socrática em geral – e não apenas dos jônios –, apesar das várias nuances, está fundamentada na extrema materialização da imagem do mundo. Essa excessiva materialização da realidade acaba gerando um impasse na filosofia grega que os sofistas tentam solucionar através da lógica. O próprio desprezo de Sócrates pela filosofia da natureza de seus predecessores³⁴, por um lado aproxima-o dos sofistas e por outro, dá origem à atitude platônica de recusa das causas puramente físicas e do estabelecimento da prioridade da alma em relação ao corpo. Para Platão, a pretensão de definir a essência dos fenômenos a partir dos sentidos e da opinião é inadequada, visto que a atenção deve concentrar-se no sujeito conhecedor, nas suas estruturas mentais. A universalidade e a necessidade não derivam dos sentidos, nascem unicamente do pensamento. Daí se origina *"a distinção entre o mundo e a 'opinião'; a ciência entendida como sistema de puros conceitos; o processo dialético ou ascendente do conhecimento; finalmente, a divisão entre o mundo sensível e o inteligível, fons et origo de todo o idealismo ocidental"*.³⁵ Esta teoria representa a retomada do pensamento grego através de um caminho distinto: o do intelecto, ao invés da matéria, com refle

³⁴ Registros desta posição assumida por Sócrates são apontados por Platão, ao revelar que no fim da juventude este tinha entrado em conflito com as teorias dos "físicos" e orientara-se para a moral (Parmênides). Em Fédon, em que de novo Sócrates aparece como protagonista de um diálogo, ao percorrer seu itinerário espiritual revela que seu entusiasmo inicial por aquilo que chama ironicamente de "altíssima ciência" dos físicos desaparece quando percebe que suas explicações e definições dos fenômenos naturais não passam de uma névoa de palavras.

³⁵ CASINI, Paolo. Op. cit., p.38.

xos em toda a história do pensamento ocidental.³⁶ A teoria do espírito torna-se dominante enquanto a teoria da natureza é deslocada para uma posição secundária.

Os gregos, entretanto, estavam convencidos que o espírito pertencia ao corpo e vivia com ele em íntima união. Já no pensamento renascentista, esta situação é apresentada de forma contrária, pois, especialmente com Descartes, se fortalece uma nova postura que apresenta o espírito e o corpo como substâncias distintas que atuam independentemente uma da outra, através de leis próprias. Este segundo movimento cosmológico, que se torna mais evidente nos séculos XVI e XVII, caracteriza-se por uma intensa polêmica mantida contra o pensamento medieval impregnado por concepções filosóficas implícitas à religião cristã. A idéia de natureza como um organismo foi sendo substituída gradativamente pela idéia de natureza como uma máquina e a antiga relação contemplativa que se estabelecera entre o homem e a natureza é, aos poucos, destruída, apesar das resistências de ordem teológica e confessional. O progresso tecnológico, juntamente com um desejo expresso nos estudos de cientistas geniais e de vanguarda, incide diretamente sobre o modo de pensar e ver a natureza. O que não se deseja aqui é cair num mecanicismo de pretender explicar o surgimento da ciência moderna apenas a partir do que já existia na prática social, mas também de um projeto que se manifestava mais ou menos conscientemente em algumas pessoas que, sem dúvida, estão à frente de seu tempo. A natureza, da mesma forma que as máquinas e os instrumentos, pode ser "desmontada", submetida a cálculos e provas. A nova sociedade em formação exige o domínio do homem sobre a natureza, a compreensão de suas leis e a utilização de suas forças. A natureza é "dessacralizada" e a ciência, convertida

³⁶ É ainda Casini quem aponta em Aristóteles uma retomada do estudo da matéria numa tentativa de abolir a dicotomia entre o mundo sensível e o mundo ideal, pois para ele o verdadeiro conhecimento tem origem nos indivíduos concretos, singulares; nasce dos sentidos e da observação direta. A filosofia de Platão e a de Aristóteles são retomadas ao longo de toda a história do pensamento ocidental. Assim, por ex., Santo Agostinho é neo-platônico enquanto S. Tomás de Aquino é neo-aristotélico. Já a revolução científica do século XVII representa, genericamente, um retorno às idéias de Platão.

no substituto laico da religião. A revolução científica do século XVII substituiu o apriorismo, o princípio da autoridade e o vazio verbalismo escolástico pela leitura direta do "livro da natureza", pela experimentação, pelo ensaio com as coisas reais baseado em hipóteses de trabalho, pelo registro cuidadoso dos fenômenos e da sua repetição. *"O sentido geral da viragem realizada aproximadamente no decurso de dois séculos - de Copérnico a Newton - poderia ser resumido na descoberta de que a natureza é realmente dominada por leis; que essas leis são racionais, ou seja, que podem ser reconstruídas pela inteligência humana por via matemática e experimental".*³⁷

É evidente que a reflexão renascentista sobre a natureza - tão variada e desigual - não pode ser sintetizada de forma arbitrária e pouco rigorosa, mas o que aqui se pretende é apenas assinalar esquematicamente o processo de sistematização que a idéia de natureza sofreu. Com estas observações sumárias deseja-se demonstrar que durante boa parte da história - até o século XVIII - a reflexão epistemológica e as "filosofias da natureza" acompanharam o desenvolvimento da astronomia, da física, da fisiologia, da química e da mecânica, pois as informações de que os filósofos dispunham eram suficientes para permitir-lhes um diálogo preciso com os homens de ciência. O enorme conhecimento do mundo físico alcançado pelo homem fez com que este (o mundo físico) deixasse de ser um problema filosófico para se tornar objeto de perspectivas epistemológicas altamente especializadas. O homem, ao penetrar profundamente no conhecimento da máquina cósmica e nos cálculos do criador, estabelece uma nova relação entre a mente e a natureza.

O terceiro movimento cosmológico, correspondente à visão moderna de natureza, começa a se delinear em fins do século XVIII e se baseia também, como os anteriores, numa analogia. Desta feita se estabelece um paralelo "entre os processos do mundo natural, objeto de estudo dos cientistas da natureza e as vicissitudes dos problemas humanos, estuda

³⁷ CASINI, Paolo. Op. cit., p.78.

dos por historiadores".³⁸ Se a analogia da Renascença teve sua origem no crescente processo de fabricação das máquinas, a cosmologia moderna surge da intensa difusão dos estudos de cunho histórico e especialmente daqueles que colocavam no centro de sua análise a concepção de processo, mudança ou evolução e a destacavam como categoria fundamental do pensamento histórico. A ciência natural, ao imitar este gênero de história, traduz a idéia de progresso pela idéia de evolução. Apropriada por Darwin, corresponde a uma doutrina em que as espécies vivas são tomadas não como uma cadeia fixa de tipos permanentes, mas como organismos que existem ou deixam de existir condicionados pelo tempo.

O modelo de universo plasmado na analogia com a história apresenta duas características importantes: a mudança já não é mais cíclica como para os gregos, mas progressiva (domínio da idéia de progresso³⁹, de evolução que deriva do princípio de que a história nunca se repete) e o abandono da concepção mecânica de natureza, pois o que está em desenvolvimento não pode ser uma máquina. Pode haver elementos mecânicos na natureza, mas ela própria não pode ser uma máquina por ser essa – a máquina – um produto acabado ou um sistema fechado.

Esta concepção evolucionista que se afirma no entendimento de que a natureza não é algo imutável desde o seu início, mas fruto de uma longa história e produto de um desenvolvimento, constitui uma mudança para o pensamento científico ocidental. A partir deste modelo de natureza, as idéias evolucionistas começam a se generalizar e penetrar em

³⁸ COLLINGWOOD, R.G. Op. cit., p.20.

³⁹ A idéia de progresso hoje, quando se vive a crise da modernidade, já não pode mais ser aceita tão pacificamente. No momento em que se coloca em cheque a inesgotabilidade dos recursos naturais, questiona-se não só a possibilidade de um progresso contínuo, mas também o sentido e a necessidade do progresso.

todos os ramos do conhecimento.⁴⁰ Difunde-se um novo organicismo de base biológica que, se por um lado, provoca o abandono definitivo da concepção estática de mundo e sua substituição por outra dinâmica, por outro lado, acarreta um reducionismo naturalista que se afirma na aplicação de teorias físicas ao campo das ciências humanas.

É então que, como reação a esta postura filosófica, no final do século XIX começa a se manifestar, ao lado do desprezo ao monismo positivista que procura estender sua influência às várias áreas do conhecimento, um movimento que reintroduz o dualismo cartesiano entre natureza e história. Essa corrente considera que as ciências naturais e as ciências humanas são distintas pela especificidade de seus objetos e dos métodos ou instrumentos que empregam. Por esta razão, não se pode aceitar para as ciências humanas a simples transferência de métodos e conceitos naturais. A originalidade das ciências humanas deriva do fato de que o investigador não estuda um objeto exterior a ele, mas uma realidade em que ele mesmo está inserido. Daí porque se torna necessário um questionamento da unicidade de método na ciência.

Com isto, a dicotomia sociedade/natureza parece estar definitivamente instalada, fazendo com que até hoje não esteja definida a validade científica nas ciências humanas. Mas, há que considerar a proposta marxista de integrar natureza e sociedade, fundamentada também no historicismo. Esse "historicismo" esboça, a partir de uma perspectiva teórica, o problema da validade do saber histórico e eleva a história à categoria de método explicativo da realidade.⁴¹

⁴⁰ Considere-se que é mais ou menos neste período (século XVIII) que o saber começa a se fragmentar, dando origem a várias ciências autônomas.

⁴¹ Isto já se inicia com Vico (séc. XVIII), para quem o homem pode conhecer a história na medida em que ele mesmo a fez. Hegel continua nesta mesma tradição, insistindo na dimensão histórica de todo o real. É continuando nesta mesma direção que Marx chegará a dizer que a única ciência é a história.

3.4

A POSSIBILIDADE DE
ARTICULAÇÃO SOCIEDADE/
NATUREZA NO MARXISMO

Em linhas gerais, pode-se distinguir no marxismo uma preocupação com a totalidade e, por isso mesmo, ele expressa um método que viabiliza a união entre ciência e história. A solução para afastar a antinomia natureza/sociedade pode ser alcançada através do materialismo histórico enquanto teoria que considera simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem. O marxismo instaura uma nova relação entre o homem finito e o mundo sensível que evita cair, quer no monismo materialista, quer no monismo espiritualista. Ele coloca-se num plano decididamente humanista e historicista, em que tanto a historicidade da natureza quanto a naturalidade da história são contempladas.

Para Marx, a *"natureza representa a realidade extra-humana, independente dos homens, mas ao mesmo tempo por eles mediada"*.⁴² Ele não toma a natureza como problema filosófico central de suas obras. A natureza o interessa enquanto terreno da história universal, enquanto criação do homem através do seu trabalho, como momento da práxis humana, como produção social. A história, para Marx, pode ser considerada em dois aspectos distintos: na história da natureza e na ciência dos homens. A natureza, no entanto, é vista como anterior ao homem, mas, por outro lado, ela tanto é exterior como faz parte do próprio homem. A história natural é uma história que o homem não fez — como aliás já havia afirmado Vico no século XVIII — e, para a compreensão do que é o homem, deve-se partir da história que ele próprio fez ao se fazer, ou seja, distinguindo-se do natural. Porém, os dois aspectos não podem ser separados pois, como diz Marx, *"enquanto existirem homens, a história da natureza e a história humana se determinarão mutuamente"*.⁴³ O homem se diferencia

⁴² QUAINI, Massimo. Geografia e Marxismo. Trad. Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.44.

⁴³ MARX-ENGELS. A Ideologia Alemã... São Paulo, Editora Moraes. 1984, p.11.

do animal tão logo começa a produzir seus meios de vida para a satisfação de suas necessidades. Este é o primeiro ato histórico que tem como pressuposto o homem com sua constituição física e a natureza com seus materiais. "Toda a historiografia tem que partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da História pela ação dos homens".⁴⁴ Isto significa dizer que a história é um processo de desnaturalização em que o homem ao transformar a natureza se transforma e que independente do modo ou forma como os homens produzem seus meios de vida, existe e existirá sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. É nesse contexto que se situa a afirmação de que é pelo trabalho que o homem produz a sua existência. Nas sociedades mais primitivas (ou pré-capitalistas), onde a terra é objeto e meio universal de trabalho, há uma relação direta, há uma profunda identidade entre o homem e a natureza. O ritmo do trabalho e da vida dos homens repete o ritmo da própria natureza, pois as condições de existência mais primitivas fazem com que a mais-valia esteja intimamente ligada aos elementos naturais como, por exemplo, a fertilidade do solo e as condições climáticas. Nas sociedades mais complexas, o vínculo será rompido e a obtenção da mais-valia não estará tão intimamente relacionada à seletividade das forças naturais. Nas sociedades capitalistas é visível a expropriação dos homens através da apropriação da natureza, mediante o uso da força de trabalho destes homens. O capital separa os homens da natureza e dirige a produção da existência alterando o ritmo do trabalho e o dos homens. O processo do trabalho que implica numa relação homem-meio, ao voltar-se obsessivamente para o lucro, através da produção de mercadorias de baixo custo, estabelece uma relação de predação com a natureza. Opera-se então a passagem da identidade entre homem e natureza para a contradição; da identificação passa-se à degradação ambiental, colocando-se em cheque a antiga postura contemplativa do homem em relação à natureza. Assim, a separação do homem do conjunto dos meios de

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.15.

produção tende a se aprofundar porque ele passa a ver a natureza como propriedade sua e como tal pode dispor dela como o desejar. Se num primeiro momento do processo produtivo, o baixo grau de fertilidade do solo impede o homem de produzir, por exemplo, o trigo, num momento posterior o capital produz o solo e o trigo. E, nesse processo, assiste-se a uma desnaturalização constante, ou seja, as condições naturais vão perdendo seus elementos determinantes, pois o homem passa a criar uma "segunda natureza".

Portanto, no processo de desenvolvimento histórico, independente do modo como os homens produzem seus meios de vida, manifesta-se sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. A cada modo de produção corresponderá uma forma diferente do homem se relacionar com a natureza, podendo agir mais ou menos intensamente sobre ela. Na fase mais desenvolvida do modo de produção capitalista, a natureza é dominada pela burguesia e colocada a serviço do processo produtivo.⁴⁵

O ponto de partida da história dos homens está nas relações sociais mediadas pela natureza. As relações dos homens entre si é que vão definir as relações dos homens com as coisas naturais e, ao mesmo tempo, são definidas por essas últimas – as relações dos homens com a natureza. No modo de produção capitalista, verifica-se uma subversão das relações que estão na base das sociedades anteriores. O trabalhador, ao chegar ao mercado para vender sua força de trabalho, além de revelar a enorme distância que o separa do homem primitivo em que a força de trabalho aparece ainda em forma de instinto, está negando suas relações com a natureza, pois no capitalismo as relações de produção são ditadas, já não apenas pelo domínio do homem sobre a natureza, mas pelo domínio dos homens sobre os próprios homens. Há uma pro-

⁴⁵ A natureza, nesta fase, ao ser dominada, deixa de constituir problema para o capital, mas passa a ser problema para o próprio homem, ameaçando sua existência.

gressiva dissociação do homem em relação à natureza que acaba por se realizar plenamente só na relação entre trabalho assalariado e capital.

Marx, como se vê, não considera apenas a separação do homem em relação à natureza e a história da gradativa ampliação do domínio humano sobre aquela. Ele também distingue as sociedades pré-capitalistas da sociedade capitalista, destacando que nas primeiras há uma relação menos dicotômica entre o humano e o meio natural, enquanto nas segundas, com o domínio do capital, o elemento social produzido historicamente se coloca de forma a afastar o homem da natureza.

Neste sentido, o pensamento de Marx, em seu rigoroso historicismo⁴⁶, cria a possibilidade de reabertura de uma linha de pesquisa capaz de perceber que *"o homem não vive em duas esferas diferentes, não habita por uma parte do seu ser, na história e pela outra na natureza. Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história"*.⁴⁷

O marxismo pode oferecer uma oportunidade efetiva de superação da dicotomia sociedade/natureza no interior da geografia, na medida em que a separação entre o homem e as condições naturais de sua existência passa a ser vista como algo histórico e não meramente natural. Como ser histórico e, portanto social, o homem humaniza a natureza, mas também não deixa de reconhecê-la como totalidade absoluta na qual ele próprio se inclui. Nesse sentido, o conhecimento da

⁴⁶ O historicismo, no sentido que Marx lhe dá, está presente em sua célebre afirmação de que o homem faz a história, mas não o faz como quer, mas sim em circunstâncias determinadas. Para elucidarmos o conceito de historicismo que aqui se usa é necessário salientar que há um historicismo que com a afirmação de historicidade acaba caindo num relativismo absoluto. Levando ao extremo, para ele, se tudo é histórico, feito na liberdade, nada acaba sendo histórico. Este historicismo afirma que o homem não faz a história, mas é a história que faz o homem.

⁴⁷ KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Trad. Célia Neves e Alderico Toribio. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.228.

natureza e o seu domínio são condicionados socialmente, porém a sua existência não é condicionada por nada, nem por ninguém. O conhecimento do universo e das leis naturais que o regem significa sempre conhecimento do próprio homem e conhecimento da sua própria natureza. Assim, como a natureza não é autêntica natureza sem o homem — isto seria apenas mais uma construção humana — da mesma forma o homem não é homem se não estiver compreendido na estrutura da natureza. "O homem existe na totalidade do mundo, mas a esta totalidade pertence também o homem com sua faculdade de reproduzir espiritualmente a totalidade do mundo".⁴⁸

⁴⁸ Idem, ibidem, p.229.

4. A GÊNESE DA GEOGRAFIA MODERNA:

A PROPOSTA DE TOTALIDADE

Como se observou no capítulo anterior, a humanidade faz geografia há muitos séculos e, a faz, até mesmo sem saber. De forma mais rigorosa, no entanto, a geografia nasce na Grécia, onde já no século VI a.C., Anaximandro de Mileto constrói a primeira carta do "mundo". Porém, desde o início este conhecimento apresenta-se dividido entre duas tendências opostas ou complementares. De um lado, os geômetras e os astrônomos; de outro, os viajantes, os curiosos, os historiadores e os políticos que, sensíveis aos aspectos naturais, das produções, dos povos e de seus costumes, refletem sobre as relações entre os diferentes territórios e as várias sociedades humanas. Os périplos, as conquistas, os contatos com o mundo bárbaro vão paulatinamente alargando o horizonte geográfico.

Todavia, a geografia moderna ainda não nascera. A grande revolução para o conhecimento geográfico começa a ser preparada a partir da extraordinária expansão do espaço conhecido, do domínio da configuração da Terra e do desprezo às idéias e crenças a respeito da superfície terrestre que advém com a Idade Moderna. Mas, para que a geografia desponha como um saber autônomo, particular, fazem-se necessárias ainda certas condições que só estarão suficientemente amadurecidas no século XIX.

4.1

**PRESSUPOSTOS GERAIS PARA
O APARECIMENTO DA
GEOGRAFIA MODERNA**

As razões que levam à institucionalização da geografia podem ser encontradas tanto na ação de fatores externos como na evolução da lógica interna do conhecimento científico, ligadas ao processo de avanço e domínio das relações capitalistas de produção. O desenvolvimento das forças produtivas referentes à ascensão desse modo de produção também provoca transformações no pensamento filosófico e científico relativas às profundas modificações que se operam na instância econômica e política. É nesse contexto que se dá a transição do feudalismo para o capitalismo. As condições para a sistematização do conhecimento geográfico são dadas por fatores pertinentes a duas ordens distintas: materiais e ideológicas. Porém, é preciso, antes de mais nada, destacar o quanto é difícil estabelecer não só o que constitui o caráter material e ideológico na análise histórica, mas também a complexidade com que se dão ambos os fatores para se estabelecer uma causalidade histórica capaz de, por exemplo, identificar a primazia de um fator sobre o outro. Tal colocação é feita para que se possa compreender a problematidade do que se pretende afirmar daqui para frente como "*condições materiais*" ou "*condições ideológicas*" para o surgimento da geografia moderna.

No início do século XIX, a teia de pressupostos históricos, quer de ordem material ou de ordem ideológica, necessária à efetivação da geografia como um corpo de conhecimentos sistematizados, tecida num processo lento, marcado por inúmeros condicionantes, já está suficientemente fortalecida.

As condições materiais necessárias à gênese da geografia moderna começam a emergir com a expansão européia, uma vez que o seu pressuposto fundamental consiste no efetivo conhecimento da extensão real da Terra. Tal fato se concretiza através das grandes navegações e descobertas euro-

péias, características de um longo período da história ocidental que até meados do século XVII conseguem incorporar praticamente todas as regiões do planeta ao centro difusor do capitalismo. A constituição de um espaço mundial, corroborada no século XIX, além de elemento decisivo na transição do feudalismo para o capitalismo, atua no processo de reafirmação das relações mercantis de produção. Isto porque, ao se articularem em escala planetária, estendem a influência das sociedades européias a todo o globo terrestre possibilitando, ao mesmo tempo, a expansão dessas novas relações econômicas e o seu fortalecimento em território europeu.

Se os grandes descobrimentos dão origem a uma representação realista do planeta, básica para o surgimento da geografia, o acúmulo de informações sobre os diferentes pontos da Terra, decorrente da incorporação de novas áreas, constitui outra condição material relevante para uma reflexão geográfica sólida. Como a descoberta de novas terras torna possível a expansão extra-européia das relações capitalistas, a apropriação e incorporação desses territórios exige o conhecimento de realidades tão distintas do quadro europeu como diferenciadas entre si. Daí porque, com a exploração colonial, o levantamento de informações vai ser feito de forma criteriosa, dando origem a um enorme acervo de dados. Este acúmulo de informações deriva da necessidade de conhecimento de várias partes do globo para que a expansão capitalista possa se realizar, aumentando seu domínio e fortalecendo suas atividades nos territórios coloniais. O levantamento de informações e sua posterior catalogação vão sendo feitos de forma cada vez mais organizada e sistemática; "basta pensar que das expedições exploradoras do século XVI chega-se às expedições científicas do século XVIII, todas financiadas diretamente pelas coroas européias. Também a fundação das sociedades geográficas e dos escritórios coloniais atestam o interesse fundamental dos Estados com esta coleta de informações. Decorre desse interesse um revigoreamento das descrições, que pela prática vai se aprimorando, fato que é extre-

mamente relevante para a erupção da geografia moderna".¹ Esse acúmulo de informações e o aprimoramento das descrições características da expansão do capitalismo em sua fase mercantil propiciam uma base palpável para os estudos comparativos entre as diversas regiões do globo, gerando indagações que exigem a sistematização da geografia.

Outro elemento que representa uma contribuição de ordem material para o aparecimento da geografia diz respeito ao desenvolvimento das técnicas cartográficas que constituem o instrumento por excelência do geógrafo. Isto ocorre basicamente em virtude da intensificação das relações comerciais que requer o estabelecimento preciso de rotas de navegação, bem como a localização exata das terras e dos portos. A economia global nascente, articulando regiões tão diferenciadas e distantes, necessita de mapas confiáveis que facilitem as trocas e propiciem o conhecimento da extensão real das colônias. O instrumental cartográfico, popularizado através da técnica de impressão recém-descoberta, vai se juntar às descrições dos viajantes naturalistas do século XVII, dando-lhes um cunho eminentemente geográfico. É assim que "dos relatos ocasionais e intuitivos dos exploradores e aventureiros passa-se, com a evolução da própria empresa colonial, às descrições ordenadas e imbuídas do espírito objetivo das ciências modernas nascentes. Pode-se dizer que tal situação, plenamente alcançada no século XVIII, é já o ante-ato imediato do processo de sistematização da geografia".²

Além destas, ou até em razão destas condições

¹ MORAES, Antônio Carlos Robert. Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico... Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da USP, 1983, p.47.

² Idem, *ibidem*, p.48.

materiais³, há mudanças internas no processo de conhecimento e na própria visão de mundo que no século XIX tornam possível o aparecimento da geografia moderna. Através de seus estudos sobre a forma do poder judiciário e as do conhecimento, Foucault mostra que toda forma de saber se articula com a estrutura de mundo que a apoia e lhe dá forma. A modificação no espaço geral do saber que se produz no século XIX liga-se, como já foi ressaltado anteriormente, à introdução da historicidade e do homem no campo do saber ocidental. Este fato dá origem a um novo sistema de positivities em que a ordem temporal e a ordem humana aparecem como suporte dos conhcimentos.

A afirmação do modo capitalista de produção que vinha sendo gestado já desde os séculos XIV e XV, ao exigir a superação política das instituições feudais provoca uma luta ideológica com o sistema de idéias que legitimava estas instituições. A transição entre os dois modos de produção ocorreu num clima de grande efervescência de idéias e de extraordinário alargamento do horizonte do pensamento humano.

Os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX marcam de modo especial um período de transição, conforme assinalou Foucault em sua investigação sobre a arqueologia das ciências humanas, no qual se completa uma enorme modificação na caracterização do espaço geral do saber que, integrado pela presença da história e do homem, configura um novo sistema de positivities. É nesse contexto que se inserem e se tornam possíveis as sucessivas racionalidades do século XIX. Este novo sistema, assim como as várias racionalidades ligadas à emergência da nova ordem industrial e à autoconsciência que está na base da nova sociedade, re-

³ Vale a pena repetir que as condições materiais não provocam mecanicamente a eclosão da geografia moderna. Apesar do desenvolvimento material, para que isto ocorra faz-se necessário um certo arcabouço lôgico-filosófico que nem sempre pode ser apresentado como efeito puro e simples de condições materiais já existentes. Há uma relação dialética entre a base material e a consciência.

fletem a correspondência existente entre as revoluções científicas e as revoluções políticas.

O projeto científico do século XIX e a ordem epistemológica que o introduz, se apoiam em alguns pontos básicos⁴, fruto de pretensões e crenças que em algumas ocasiões rompem e em outras prolongam certos ingredientes já presentes no pensamento ocidental dos séculos anteriores. O primeiro ponto de afirmação desse movimento reside na interpretação racionalista do mundo. Ao contrário da ordem feudal que afirmava uma concepção teocêntrica (universo e homem são criaturas), com o pensamento burguês surge o antropocentrismo (o homem é o centro e a terra é vista como submissa e como algo que deve ser submetido sempre mais pelo homem). É neste contexto que se valoriza a razão humana e algumas formulações nesta direção já integram o pensamento dos filósofos mais progressistas da Renascença. Na própria Idade Média se percebe dentro da teologia um debate entre uma visão contemplativa da natureza e uma visão racional da mesma. A discussão em torno das relações entre fé e razão já insinuam uma tendência, para que se compreenda a supremacia da razão no início da modernidade. A Terra, de lugar habitado pelos deuses, para os gregos e por Deus, para o cristão medieval, passa a ser vista pouco a pouco, ainda na Idade Média, como ligada só ao homem. A nova visão racionalista defende a observação sistemática na busca de constâncias, ritmos e relações entre os fenômenos.

A dinâmica de banalização e dessacralização da natureza permite a intervenção humana na ordem natural e a constituição da ciência moderna. A dominação da natureza se concretiza e se expressa através da valorização positiva do

⁴ Estudos mais profundos sobre o tema, especialmente voltados para o clima que precedeu o surgimento de geografia, foram realizados por vários autores. Entre eles, destacam-se os trabalhos realizados por Antônio Carlos Robert Moraes (em sua tese de mestrado apresentada à USP) e o de Josefina Gómez Mendoza et alii, ambos já citados.

trabalho. A ação do homem sobre a natureza lhe permite sua exploração com grandes vantagens, fazendo-a produzir de acordo com suas metas e com seus interesses. Esta ação sobre a natureza passa a ser necessária para que se possa validar o próprio saber humano. Assim, saber e fazer se unem, e a própria ciência não é senão uma produção humana que é fruto da intervenção do homem na natureza. É isto que significa dizer que a ciência se baseia na observação e na experimentação. O princípio da exploração racional da natureza, ligado ao ideal burguês, gera idéias científicas novas inadequadas ao modelo cosmológico anterior⁵, pois esta numerosa classe pretende aproveitar a natureza de forma mais pragmática possível. Assim, o racionalismo do século XIX constitui uma realização exacerbada do iluminismo dos séculos anteriores, que culmina com o positivismo.⁶

Há ainda que assinalar outra fonte de apoio às novas formulações do século XIX, estreitamente relacionada com a dominação da natureza e que diz respeito ao papel atribuído ao pensamento científico. O poder da Igreja e das crenças tradicionais, posto em cheque, após longos séculos é de-

⁵ Assim como no final da Idade Média e início do Renascimento foram fatores muito diversificados que provocaram a fratura da velha visão de mundo, fazendo emergir um modelo de universo comparável à máquina em que o homem se transforma em observador ou manipulador de seu gigantesco mecanismo, agora o projeto científico do século XIX considera a ciência positiva como modelo universal de todo o conhecimento válido.

⁶ Esta nova visão de ciência — que defende a intervenção na natureza — tem a ver com a nova visão de propriedade que se instala com o capitalismo. É por isso que os economistas defendem que o trabalho é fonte de riqueza. Marx responde a eles chamando a atenção de que só o é "na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário diante da natureza... e a trata como possessão sua". "Crítica ao Programa de Gotha"; p.209 in Karl MARX/Friedrich ENGELS, Obras Escolhidas, vol. 2. Sao Paulo, Ed. Alfa-Omega, s.d. Neste caso, ressalva-se ainda que não se pretende afirmar que exista um ser acima das relações materiais e das relações sociais, algo que se chama capitalismo e que se constituiria, desta forma, no sujeito da história. São os próprios homens concretos em suas relações entre si e com a natureza que originam o que se chama capitalismo.

finitivamente ameaçado pela ciência. As idéias e os princípios religiosos perdem terreno e as bases das novas ciências começam a ser formuladas. Esta confiança depositada na ciência insere-se no movimento de deslegitimação da explicação teológica do mundo, que se fazia necessária para a consolidação de uma nova ordem que se colocava por exigência da ascensão da burguesia ao poder. Opondo-se à ordem feudal, o pensamento burguês valoriza as possibilidades da razão humana, passando das explicações com base na crença da origem divina às explicações racionais do mundo. A maioria das indagações científicas incide sobre os fenômenos naturais, fazendo com que as várias ciências dedicadas ao estudo da natureza vivam, especialmente nos séculos XVII e XVIII, um período de grande efervescência. No entanto, apesar de se desenvolverem estudos sobre fenômenos específicos, o pensamento deste período não isola esses estudos em compartimentos estanques. Pelo contrário, a tônica sintética e integradora domina a produção científica, o que demonstra não haver ainda uma ruptura entre filosofia e ciência. Até o século XVII os grandes filósofos são, em geral, cientistas respeitados. É que a pesquisa empírica ainda não se coloca em oposição à análise filosófica, mas integram-se ambas num discurso unitário. Assim sendo, razão e natureza também não são antagônicas; concebe-se a razão como natureza humana. Se bem que a natureza já não é considerada auto-suficiente sem o homem. É neste sentido que Kant fala em teleologia da natureza: se por um lado a natureza não pode existir sem uma finalidade, por outro esta finalidade da natureza só se realiza com o homem.

Finalmente, o pensamento científico e a ordem cognitiva do século XIX solidificam, através da possibilidade da intervenção racional do homem sobre a natureza e da eficácia científica, uma fé generalizada no progresso. A crença na razão humana é a crença de que um dia o homem poderá resolver todos os seus problemas.

É bom lembrar, entretanto, que a geografia encontrou também, fora do campo das ciências da natureza, outros

pensamentos que impulsionaram o seu aparecimento enquanto ciência moderna. Principalmente no seio da produção filosófica do iluminismo surgem debates que abordam temas que dizem respeito à geografia, especialmente os que tratam das relações entre a sociedade e o meio, questão central no universo das preocupações da geografia moderna. Para Quaini, citando Numa Broc, "o século XVIII fez muito mais do que colecionar fatos e observações (como ocorreu por exemplo com a etnologia). O século XVIII e, em particular, o iluminismo, percebeu os problemas essenciais (gêneros de vida, distribuição da população, ação recíproca do homem e do ambiente), discutiu o princípio do determinismo e preparou a síntese futura".⁷ Sendo assim, é bastante freqüente em obras que tratam da evolução do pensamento geográfico a referência às contribuições de pensadores iluministas. Montesquieu é especialmente apontado, pois em O Espírito das Leis dedica um capítulo ao estudo das relações natureza-sociedade, além de que já em 1719, aos 30 anos, redigira um Projeto de uma história natural da terra antiga e moderna em que solicitava, aos cientistas de todo o mundo, material para a constituição de uma geografia geral, que fosse ao mesmo tempo física e humana. Quanto a Rousseau, há os que entendem estar presente em O Contrato Social "uma geografia normativa", além da expressão sensibilidade na observação das relações entre os gêneros de vida e a densidade da população. Em seus escritos políticos há páginas dedicadas a um projeto de constituição para a ilha de Córsega, em que Rousseau⁸ manifesta sua intenção de estudar de perto tanto o povo como o território e todas as relações necessárias a esta constituição. A propósito desta sua intenção, Rousseau assim se pronuncia: "*J'irai en Corse; six mois passés sur les lieux m'instruiront plus que*

⁷ QUAINI, Massimo. A construção da geografia humana. Trad. Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.33.

⁸ Talvez seja mais acertado encarar Rousseau mais como um crítico do iluminismo, de vez que ao lado da razão ele sublinha o papel do sentimento e a naturalidade do homem.

cent livres".⁹ O iluminismo ou "filosofia das luzes" se caracteriza justamente por uma multiplicidade de pontos de vista heterogêneos, mas há um laço orgânico forte representado pela crença na capacidade da razão humana e na convergência de idéias, que se faz em torno da participação em uma empreitada comum, que é a organização da Enciclopédia francesa. Este rico movimento de idéias, que se expressa através de uma variedade enorme de obras, possui um "espírito" comum: o da liberdade assentada na razão. Para os iluministas não há liberdade alguma acima da razão. Nada escapa ao livre exame da razão humana. Ela aparece como autoridade suprema diante da fé e se coloca como soberana na condução dos destinos do homem que vive em sociedade, emancipando-o dos preconceitos do passado. "A atenção do sábio se volta para este mundo, a transcendência cede lugar à imanência. Um novo objeto de estudos começa a se desenhar no horizonte: o próprio homem. Uma nova 'ciência' começa a se impor: a História. Os homens percebem, através do estudo de seu passado, que a massa de conhecimentos adquiridos pode ser utilizada e posta a serviço do seu próprio bem-estar. Surge, por conseguinte, como um corolário necessário de todas estas descobertas, um novo mito, um novo ideal, uma nova idéia reguladora, ou seja, a idéia de Progresso".¹⁰ Esta mudança de mentalidade que vinha se operando lentamente pode ser melhor apreendida se colocada no horizonte da luta que a nova classe em ascensão, a burguesia, trava com a velha ordem. Os pensadores do iluminismo são, sem dúvida, "ideólogos da nova classe (e), de um

⁹ Estes e outros pensadores políticos do iluminismo são sempre citados por geógrafos preocupados com a epistemologia da geografia. M. Quaini em seu livro A construção da geografia humana, já referido, dedica todo um capítulo (capítulo IV) à análise das relações entre o iluminismo e a geografia, além de preocupar-se, no capítulo V, especialmente com a contribuição de Rousseau à geografia. Isto não sem antes (principalmente no capítulo II) ter-se referido à concepção de Buffon sobre a relação sociedade-natureza.

¹⁰ FORTES, Luiz R. Salinas. O iluminismo e os reis filósofos. 3^a ed. Coleção Tudo é História. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p.20.

modo geral, são eles que se desincumbem, na frente de batalha ideológica, da tarefa de combater as forças do passado contra cujos privilégios seculares se contrapõe diuturnamente o grande comerciante de Amsterdã ou de Marselha na luta pela expansão de suas atividades lucrativas. Como diz Jean-Paul Sartre referindo-se ao período: a emancipação política de uma classe é apresentada, por parte de seus ideólogos, em termos de emancipação do Homem em geral".¹¹ Vê-se através desta longa citação como no filósofo do iluminismo se concentra aquela atitude de crença absoluta na razão que já vinha sendo gestada ao longo dos séculos desde o renascimento. Mas, é preciso que se diga também que, sobretudo o filósofo do século XVIII, não se satisfaz com o debate de idéias no interior do fechado círculo formado por seus pares. Como intelectual engajado que é, sonha em participar dos eventos agindo ativamente na formação da opinião pública.

O afloramento de temas geográficos se dá também nas obras filosóficas de síntese que expressam grandes sistemas filosóficos. "A tematização de vários assuntos, englobados posteriormente no âmbito dessa disciplina, aparece, por exemplo, nas páginas de Kant, de Hegel ou mesmo de Comte; todos formuladores de grandes sistemas. Essas obras, que culminam com proposições éticas e políticas, tentam dar conta de toda a realidade num discurso unitário e interpretativo, não sendo estranhos a este saber enciclopédico alguns problemas nodais do pensamento geográfico".¹² Isto não significa, porém, que se queira equiparar as visões que os três autores têm do próprio mundo moderno burguês.

Enquanto filósofos e cientistas políticos se ocupam das relações entre o homem e o meio, organizado em sociedade sob as mais diversas formas de Estado ou de gover-

¹¹ Idem, ibidem, p.21.

¹² MORAES, Antônio Carlos Robert. Op. cit., p.52-3.

no, convém lembrar que homens práticos como os comerciantes e administradores elaboram relações de recursos disponíveis ou de recursos passíveis de exploração e formam uma contabilidade capaz de facilitar seus lucros. Em função disso, desenvolve-se a estatística e começam a aparecer inclusive elementos de geografia econômica.

Do que foi exposto, depreende-se que o século XIX está preparado para uma grande revolução econômica e cultural capaz de consolidar o domínio da burguesia e do modo de produção capitalista em todos os quadrantes do globo, ao mesmo tempo em que estão postas, tanto ao nível do pensamento como ao nível material, as pré-condições que possibilitarão o afloramento da geografia moderna. Percebe-se, sem maiores dificuldades, que a constituição da geografia está ligada à consolidação e rearticulação do pensamento burguês, pois neste período a prática desta classe, que já se tornara dominante, pretendia a manutenção da ordem social existente. O processo de transição do feudalismo para o capitalismo vai se alastrando por toda a Europa, porém é preciso reconhecer as particularidades que explicam o seu desenvolvimento em cada país. Por que, afinal, estando tão profundamente vinculada à mentalidade predominante no século XIX, a geografia moderna surge na Alemanha?

4.2

A ALEMANHA COMO BERÇO DA GEOGRAFIA MODERNA

As condições necessárias ao surgimento da geografia existem, mas não teriam determinado automaticamente a sua gênese não fosse a existência de um estímulo social mais direto presente na particularidade histórica da Alemanha e de certas características individuais relativas ao pensamento de alguns cientistas alemães. Somente a análise da especificidade do desenvolvimento do capitalismo e das idéias neste país é capaz de "apreender as razões que levaram esta sociedade a va-

lorizar a reflexão sobre o temário geográfico".¹³ É, portanto, em solo alemão que a geografia alcança sua forma de ciência moderna. O "salto qualitativo" se dá entre os alemães no momento em que as questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo encontram-se já plenamente resolvidas na Inglaterra e em curso bastante adiantado na França, enquanto a Alemanha permanece ainda às voltas com o seu processo de unificação interna. "Se para o capitalismo inglês e francês o papel da geografia é o de lhes viabilizar a expansão colonial, para o capitalismo alemão seu papel será o de dar respostas a questões ainda preliminares: a unidade alemã".¹⁴ O caráter tardio da penetração das relações capitalistas no país liga-se ao fato dele ainda não ter se constituído como um Estado nacional. Ao desejo de unificação corresponde uma necessidade de expansão intrínseca ao próprio capitalismo, porque ele só poderá se constituir no interior da Alemanha na medida em que se expandir para fora dela.

As nações começam a surgir com as Monarquias Absolutas da Europa Ocidental, no século XVIII, quando os homens de algumas regiões põem-se a romper gradativamente o isolamento da comunidade local e passam a desenvolver suas vidas num marco geográfico e social mais amplo. Entre as causas deste alargamento estão o comércio, a libertação ou expulsão dos servos das terras em que trabalhavam e sua transformação em homens livres. Formam-se Estados poderosos ou Monarquias Absolutas que, dominando amplos espaços e fazendo, via de regra, com que os poderes locais lhes sejam subordinados ou simplesmente eliminados, substituem a antiga fidelidade individual (do servo para com o senhor feudal) por uma fidelidade coletiva e, de certa forma, abstrata que fortalece o poder e torna o Estado onipresente. Homens de diferentes comunidades e origens são reunidos sob uma mesma bandeira e lutam por

¹³ Idem, ibidem, p.56.

¹⁴ MOREIRA, Ruy. O que é a geografia? Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, p.22.

uma causa aparentemente comum. Surgem os exércitos e em suas fileiras homens indiferentes entre si, começam a sentir-se solidários¹⁵ e, sobretudo, a reconhecer-se como necessários uns aos outros. *"A nação começa a delinear-se no alvorecer das sociedades em que se está gerando o sistema capitalista. Nenhuma sociedade anterior a este sistema tinha conseguido desenvolver entre os homens uma relação social tão unificadora como o capitalismo conseguiu".*¹⁶

A formação dos Estados nacionais europeus percorre caminhos históricos bastante diferenciados. Cada Estado nacional existente hoje no planeta tem sua origem em contextos históricos diferentes, em sociedades específicas e sob a influência de fatores internos e externos próprios. De um modo geral, o Estado nacional surge na Europa Ocidental no

¹⁵ Esta questão da origem das nações e da formação dos exércitos é tratada com maior profundidade por Bertrand de Jouvenel (As origens do Estado Moderno: uma história das idéias políticas do século XIX. Trad. Mamede de Souza Freitas. Sao Paulo, Zahar Editores, 1978). Este autor destaca nas origens do sentimento nacional o laço de fides (que obriga a corresponder ao apelo da pessoa com a qual se mantenha este tipo de ligação, quer se trate de um apelo horizontal, de cima para baixo ou de baixo para cima) e também a representação da nação como pessoa super-humana que passa a constituir objeto do culto. O culto à nação traz consigo uma inovação política fundamental: o povo habituado a ver o princípio da sua unidade corporificado numa só pessoa — o Rei — passa a vê-la como algo que se coloca acima do Rei. Como consequência, tem-se a substituição da figura mitológica do Rei por outro mito: a nação. Outra inovação importante, esta atribuída a Napoleão Bonaparte, é a designação de exército dada às forças armadas tanto em tempos de paz como de guerra. A expressão "forças militares" que designava as tropas de cada nação foi substituída pela palavra exército que até então era empregada apenas em tempos de guerra, referindo-se às forças militares em combate. O exército passa a partir de então a encarnar, de certa forma, a idéia de nação: por um lado reconhece-se a nação em sua expressão militar; por outro, a forma de organização da própria nação reflete a organização militar.

¹⁶ POMER, Leon. O surgimento das nações ... Trad. Mirna Pinsky. 2^a ed. Coleção Discutindo a História. Sao Paulo, Atual/Editora da Unicamp, 1986, p.12. Se bem que se possa concordar com o autor em sua afirmação sobre a unidade da sociedade capitalista, é interessante ressaltar o fato de que o capitalismo não foi o único a consegui-lo. Já o Império Romano havia conseguido unidade semelhante.

século XVIII¹⁷ e na segunda metade deste mesmo século já é uma realidade poderosa.¹⁸ Em alguns casos, os processos que redundam na formação de Estados-nacionais são longos e arrastam-se por séculos; em outros, movimentos políticos ou econômicos revolucionários se encarregam de gerar rapidamente o Estado nacional em sua forma acabada.

É interessante lembrar ainda que a formação dos Estados nacionais pode se fazer por duas vias: uma em que domina a dinâmica própria da sociedade e outra em que predomina o papel do Estado.¹⁹ É assim que, por exemplo, a França e a Inglaterra tornam-se Estados nacionais em função de uma dinâmica interna, enquanto que na Alemanha e na Itália, por exemplo, esta dinâmica é substituída pela iniciativa política do

17 Portugal é o primeiro Estado nacional a se formar em toda a Europa, já no ano de 1139, embora não no sentido moderno. Outros países como a Espanha, por exemplo, possuem ainda hoje no interior de suas fronteiras povos (os bascos, os catalões, no caso da Espanha) que reafirmam sua condição de nação diferenciada, apesar de viverem no interior desse Estado. Quando se tem um império colonial — e Portugal e Espanha o possuíam — mas a metrópole é feudal, os espólios comerciais vão reforçar o feudalismo. Com o reforço do Estado, há um reforço do feudalismo e os impostos são cobrados do campesinato que não ascende à burguesia — eles são refeudalizados. No caso da Inglaterra e da Holanda, a situação é bastante diversa. As riquezas comerciais vão reforçar a burguesia e o capitalismo porque já houve a expropriação camponesa. Quando a Inglaterra estabelece o seu império comercial ela já é burguesa — A Revolução de Cromwell, em 1640 é que é a Revolução Burguesa da Inglaterra.

18 Em sua pequena, mas esclarecedora obra O surgimento das nações ..., Leon Pomer atribui a origem dos Estados nacionais à interação de processos diversos que conjugados entre si fortalecem-se uns aos outros e produzem realidades sociais diversas. Cada sociedade assimilará estes processos históricos, entre os quais cita o renascimento, a reforma protestante, as monarquias absolutas, a política do mercantilismo, o iluminismo..., de forma a gerar o seu Estado-nacional. O autor destaca também a importância das influências externas, uma vez que nem sempre a dinâmica interna das sociedades é capaz de explicar a emergência do novo modelo de Estado.

19 Os Estados nacionais parecem ser muito mais construção do poder absoluto real (de impérios fortes), que tinha por base uma aliança entre os senhores feudais e o capitalismo comercial (comerciantes), do que da burguesia. Pode-se dizer, isto sim, que esta construção serviu à burguesia, pois a presença da classe burguesa no poder é posterior.

Estado – e no caso da Alemanha, do Estado prussiano.²⁰

O processo de formação do Estado nacional alemão, além de apresentar-se atrasado em relação ao quadro europeu ocidental, e em particular à Inglaterra e à França, segue este segundo caminho descrevendo uma trajetória bastante singular. O caráter tardio e as particularidades do processo alemão vão influenciar de maneira significativa a história da Alemanha – ou por outra, são resultantes da sua história – refletindo-se sobre suas relações econômicas, sua organização política e até mesmo sobre as formas de pensamento dominantes. São estes elementos – o caráter tardio do desenvolvimento alemão e a particularidade do processo que levam à Constituição do Estado nacional – que reúnem as condições históricas capazes de explicar o surgimento pioneiro do temário geográfico neste país, onde a busca de soluções práticas era vital para superação da situação de atraso em que se encontrava.

No início do século XIX, a Alemanha ainda não se constituiu como um país, ainda não se constituiu como um Estado-nacional. Ela acha-se dividida em inúmeros feudos (principados, ducados, reinos, terras eclesiásticas, cidades livres, etc.), unidos apenas por alguns traços culturais comuns. A estrutura feudal permanece inalterada: o poder está nas mãos dos proprietários de terras e inexistente qualquer tipo de governo centralizado. A Alemanha não passou sequer pela Monarquia Absoluta que é a forma de governo que assinala a transição entre o feudalismo e a constituição dos Estados modernos. A própria burguesia alemã é ainda muito frágil e vive isolada em seus interesses, sem articulação nacional.

²⁰ Neste segundo caminho que leva à formação dos Estados nacionais registra-se uma tendência mais elitista, uma vez que o processo se realiza a partir de decisões tomadas "pelo alto". É o que se convencionou chamar de "via prussiana", em razão do próprio caminho trilhado pela Alemanha.

Até a Reforma protestante e as guerras camponesas que em outros países europeus mostraram-se capazes de fortalecer o poder central e o Estado, no caso da Alemanha, contribuíram para reforçar a fragmentação e a aristocracia rural²¹, revitalizando as relações sociais feudais (servidão e vassalagem).

Embora permaneçam em mãos de elementos ainda feudais, os latifúndios alemães tornam-se mercantis e, pelas relações de trabalho, acabam por se tornar capitalistas. Se antes eles produziam apenas para o autoconsumo, baseados em trabalho servil, a ampliação do mercado provoca lentamente o desaparecimento das pequenas explorações camponesas no interior do feudo. Em conseqüência, altera-se a estrutura agrária alemã, formando-se grandes propriedades em que as relações servis de trabalho se tornam assalariadas. O capitalismo penetra, então, na Alemanha fundindo-se aos elementos feudais existentes. A produção para o mercado externo se inicia com o trabalho servil (agricultura comercial, latifúndio, servidão), evolui para uma produção em moldes mercantis com base em relações de produção assalariada. Assentado sobre uma nobreza feudal e reforçado por um Estado Absolutista, o capitalismo em solo alemão concilia uma estrutura de poder feudal com relações econômicas capitalistas (trabalho assalariado, produção para o mercado). A produção agrária, em termos de destinação, assume uma finalidade mercantil que insere essa região cada vez mais no mercado mundial, afastando-a da marginalização em que se encontra. Há, em função disto, um prejuízo do comércio entre as unidades alemães, pois a nível local ele não se desenvolve, dificultando o crescimento das cidades e da burguesia. Se, em termos externos, a comercialização provoca a "modernização", em termos de estruturação interna, a aristocracia junker fortalecida manifes-

²¹ É importante destacar que, na Alemanha, estes movimentos podem ter contribuído para que se instalasse uma nova mentalidade, embora a cúpula (pense-se em Lutero) agisse contra a modernização da sociedade. Por outro lado, o pensamento da reforma, sobretudo de Calvino, contribui para que se funde religiosamente um novo espírito, que é o do capitalismo — é esta, como se sabe, a tese de Marx Weber.

ta-se através do Estado que encarna a "vontade coletiva" e se "apresenta como 'demiurgo do progresso', fazendo uso da força para criar as condições sociais para o desenvolvimento capitalista", agindo "como impulsionador de processos que as condições sociais reais ainda não propiciavam".²²

A unificação nacional da Alemanha na época da revolução industrial se realiza, em última análise, sob a égide política da Prússia e da classe agrária dos junkers. Beneficiada com o comércio do trigo após a crise econômica do fim da Idade Média, esta classe vai se fortalecendo lentamente desde o século XVI. A Prússia apresenta-se, na Europa, como o caso típico "de um desenvolvimento desigual e combinado" que originaria o maior Estado capitalista do continente a partir de um dos menores e mais atrasados territórios feudais do Báltico. O Estado prussiano, na verdade, torna-se realização de uma família — os Hohenzollern — e de um exército. Quando em 1618, os dois principados — o Brandemburgo e a Prússia oriental — são unificados através de um casamento entre famílias e aglutinados aos territórios de Clèves e da Marca (na Renânia), nada faz supor que estas três possessões dispersas e frágeis desempenhariam um papel tão importante nos negócios da Alemanha e da própria Europa. É Frederico Guilherme (1640-1688), o Grande Eleitor, quem funda o governo absoluto na Prússia e cria o exército em caráter permanente.²³ No fim do seu reinado, um exército permanente de trinta mil homens estava de pé, comandado por um corpo de oficiais recrutado na classe junker e imbuído de lealdade mar-

²² MORAES, Antônio Carlos Robert. Op. cit., p.75.

²³ Note-se aqui como o processo de militarização prussiana foi precoce. Perry Anderson em Linhagens do Estado Absolutista (Porto, Afrontamento, 1984), destaca a militarização prematura de Estados germânicos. Além da Prússia, também o Estado de Wettin (Saxônia) constitui um exército permanente já no final do século XVII, após a guerra dos Trinta Anos. No entanto, para a maioria dos Estados europeus, a formação dos exércitos enquanto força permanente de proteção a uma determinada nação, é uma construção pós-napoleônica.

cial para com a dinastia Hohenzollern. Mas, o verdadeiro criador do poderio militar prussiano é Frederico Guilherme I, que reina de 1713 a 1740. Apelidado de "Rei-Sargento", ele torna-se o primeiro príncipe europeu a usar permanentemente uniforme.

A Prússia, e mais especificamente o absolutismo dos Hohenzollern, apresenta traços bastante distintos dos demais Estados de ascendência germânica. Desde tempos bastante remotos uma linha divisória básica parece separar ao longo do Reich as zonas oriental e ocidental. A Alemanha ocidental está, a grosso modo, fartamente provida de cidades. Já na alta Idade Média, a Renânia, por exemplo, é "uma das mais florescentes zonas comerciais da Europa, situada nas grandes vias comerciais entre as duas civilizações urbanas, Flandres e Itália, e beneficiando-se da mais longa estrada fluvial natural utilizada no continente".²⁴ A importância destas cidades, embora insuficiente para assegurar-lhes a formação de cidades-Estado como acontece na Itália, por sua força e vitalidade garantiu-lhes a posição de cidades livres do império, onde vigora apenas a suserania nominal do imperador. A Renânia, além de possuir as cidades mais antigas da Alemanha, apresenta indústrias tradicionais de panos, lãs e metais, além do controle de rotas comerciais. Porém, no século XVI o crescimento da economia urbana na Alemanha interrompe-se inesperadamente. Verifica-se antes de tudo uma lenta inversão da relação entre os preços agrícolas e industriais, pois o aumento na procura de alimentos elevava rapidamente o preço dos cereais. Os dois principados seculares mais importantes no oeste são a Renânia e Württemberg, mas nenhum dos dois possui uma nobreza territorial importante, apesar dos inúmeros cavaleiros imperiais e das cidades. A Renânia é um Estado rico e considerável, porém poucas áreas da Alemanha

²⁴ ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto, Ed. Afrontamento, 1984, p.287.

são tão castigadas pelos exércitos durante os conflitos militares europeus. A esta vulnerabilidade estratégica (da Renânia e de Württemberg), somam-se as limitações territoriais. Por isso, as possibilidades de uma unificação germânica futura restringem-se aos três Estados orientais: a Baviera, a Saxônia e o Brandenburgo. Até mesmo no século XVI já é possível vislumbrá-los como os únicos candidatos a chefiar o processo de unificação da Alemanha, excluindo-se a Casa da Áustria. Apenas no oriente, de colonização mais recente e mais atrasado, onde as cidades são menos numerosas e mais frágeis, seria possível o aparecimento de um Estado Absolutista, livre da proliferação urbana e apoiado numa nobreza poderosa.

Entre as razões que reservam ao Brandenburgo (ou à Prússia) a dominação na Alemanha, é preciso considerar que somente as regiões onde há uma classe fundiária economicamente forte e estável parecem ter chance de atingir o comando militar e diplomático. Só elas podem produzir um absolutismo capaz de fazer frente às monarquias européias mais fortes. Por isso, a Alemanha ocidental fica desde o início descartada em função da densidade de sua população urbana. Já a Baviera, apesar de não se localizar na zona oeste, possui cidades, se bem que de menor importância, e chega até mesmo a desenvolver um absolutismo incipiente com a Contra-Reforma, mas sua nobreza era bastante frágil, seu clero privilegiado em demasia e seus camponeses muito livres para que pudesse vir a ser um principado dinâmico. Na Saxônia, por sua vez, a aristocracia é numerosa, porém as cidades são muito fortes e o campesinato servil. Na verdade, em meados do século XVIII estes dois Estados já haviam passado do seu apogeu. Vê-se, então, que só a Prússia parece reunir as condições para se tornar um Estado Absolutista. Nela, *"a classe junker mantinha nas suas cortes uma servidão de ferro e uma vigilante tutela sobre as cidades: o poder senhorial atingiu a sua mais pura expressão nas terras de Hohenzollern, os mais remotos postos avançados do povoamento alemão no leste"*.²⁵ A ascensão da

²⁵ Idem, *ibidem*, p.304.

Prússia é, pois, determinada pela complexa totalidade histórica de todo o Reich, que impede o aparecimento de um absolutismo forte em outros Estados e pela natureza interna de sua própria formação social. Afastando os outros Estados alemães, ela acaba por conduzir à unificação da Alemanha, expulsando para fora das fronteiras germânicas o único concorrente capaz de lhe fazer sombra: a Casa da Áustria. Esta, por sua vez, encontra na Suécia a ameaça estrangeira que impossibilita a unificação Habsburgo dos Estados germânicos. Enfim, a capacidade demonstrada pela Prússia de enfrentar a expansão sueca, de colocar fora de combate todos os seus rivais alemães e de cunhar uma classe com características tão peculiares como os junkers, viabiliza a formação de um Estado Absolutista necessário para a aglutinação das inúmeras unidades germânicas e a construção do Estado nacional alemão.

Até fins do século XVII, inícios do século XVIII, o conjunto de territórios Hohenzollern no leste (Brandemburgo, Prússia oriental e mais tarde a Pomerânia ocidental) é ainda pouco extenso e escassamente povoado, fato este que deixa marcas na aristocracia prussiana. Com o objetivo de atrair imigrantes que colonizassem as regiões despovoadas, desenvolve-se uma política em que o protestantismo prussiano é fundamental, pois refugiados do sul da Alemanha após a guerra dos Trinta Anos, huguenotes após o édito de Nantes e até mesmo holandeses e franceses são acolhidos em seu território. País extremamente modesto até a conquista da Silésia que, além de enriquecê-la do ponto de vista populacional, dotou-a de uma região à leste economicamente avançada e rica em manufaturas urbanas, a Prússia guarda no seu interior características fundamentais que acabam por marcar a aristocracia junker. Antes de tudo, ela se distingue das grandes nobrezas européias por não apresentar em seu meio fortunas de vulto. A unidade agrícola padrão da nobreza prussiana possui, em geral, dimensão média. Não existe um estrato superior formado de grandes senhores donos de imensos latifúndios, muito acima da média das propriedades da pequena nobreza, como

ocorre em outros países da Europa. O único proprietário realmente latifundiário é o próprio monarca. Em consequência, a classe junker apresenta-se menos dividida do que as outras aristocracias, formando um bloco coeso de proprietários médios, com mentalidades semelhantes, sem grandes divergências regionais que exercem funções diretas na organização da produção ou, por vezes, funções públicas. O aristocrata prussiano, residindo em seus domínios longe das poucas cidades é, quase sempre, o próprio administrador de seus domínios. Vê-se, portanto, que os junkers, além de formarem uma classe compacta num país pequeno, possuem tradição de ligação direta à atividade rural. Detendo o comando da sociedade e do próprio Estado, eles não sentem necessidade de se coligarem como ocorre com as demais aristocracias ocidentais. É que não se vêem ameaçados por uma burguesia em ascensão que provocasse tensões internas ou forçasse aos poucos a venda de terras. A aristocracia prussiana, ligada ao seu Estado mais do que qualquer outra, agindo soberana nas cidades, controlando os camponeses e livre de pressões, detém em si um potencial enorme para expandir-se.

A idéia da unidade nacional começa a se solidificar com a expansão napoleônica. Mas, bem antes dela, a Revolução Francesa repercute entre os alemães acirrando as diferenças existentes entre as suas várias unidades. Nas regiões orientais, onde se observa um desenvolvimento caracterizado sobretudo por uma "*modernização conservadora*", os Estados aí localizados, especialmente a Prússia e a Áustria, que constituem monarquias mais sólidas, vêem no movimento francês uma ameaça à ordem social ainda marcada pela sobrevivência do feudalismo. Enquanto isso, nos Estados ocidentais verifica-se uma certa simpatia e até mesmo a assimilação dos ideais revolucionários franceses.²⁶ Nesta região, além da

²⁶ A Revolução Francesa despertou, mais que simpatia, verdadeiro entusiasmo, entre os alemães. Kant acompanha com grande interesse a Revolução Francesa enquanto Hegel, por sua vez, anuncia com enorme satisfação que ela representa um fato radicalmente novo na História da humanidade e entende que ela é a realização concreta do universal. Se Kant nunca deixa de aprovar a Revolução Francesa, Hegel passa a ser seu crítico. No final da sua vida, ele vai identificar na aristocracia prussiana a encarnação do espírito absoluto que antes via em Napoleão.

proximidade física com a França, os Países-Baixos e a Suíça, a atividade mineradora e a incipiente industrialização proporcionam o estabelecimento de profundos laços econômicos, políticos e culturais. Vê-se, portanto, que as unidades que logo comporão o Estado nacional alemão não formam um bloco coeso, nem do ponto de vista das idéias, mas caracterizam-se por divergências e especificidades muito marcantes.

O período napoleônico, ao implementar os objetivos da Revolução Francesa, no que se refere à derrubada dos resquícios do feudalismo, coloca-se como uma época de adequação do aparelho de Estado às novas circunstâncias e de organização da sociedade burguesa recém-chegada ao poder. Criando condições para o estabelecimento e posterior domínio das relações capitalistas, Napoleão vai eliminando as instituições feudais. Neste sentido, confronta-se diretamente com a estrutura política que domina nos Estados germânicos orientais, que são os mais fortes militarmente. Já os Estados localizados na parte ocidental e no sul são bastante receptivos às idéias democráticas francesas. O Estado prussiano ameaçado por Napoleão teve que se submeter a profundas alterações introduzindo planos de igualdade cívica, reforma agrária, autonomia governativa e mobilização nacionalista contra o imperador francês. A modernização do absolutismo prussiano e da classe que o representava, porém, se faz apenas na medida necessária para os revigorar, sem afetar fundamentalmente a sua natureza.

Com a reforma agrária intensifica-se a miséria rural. Os camponeses precisam pagar compensações em terra e em numerário aos seus antigos donos, em troca de sua emancipação jurídica. As terras comunais são eliminadas, alargando os domínios senhoriais e aumentando a massa de trabalhadores sem terra que ficam à disposição dos junkers. O acesso ao estatuto de propriedade da terra é assegurado à burguesia, bem como das profissões à nobreza. Tais reformas fortalecem ainda mais a coroa e permitem à Prússia participar adequadamente da coligação que acaba por derrotar a França napoleônica.

ca e provocam uma verdadeira reviravolta na história do absolutismo prussiano. Recebendo como compensação de guerra parte da Polônia, da Saxônia e principalmente da Renânia - Westfália, no outro extremo da Alemanha, a Prússia vê-se forçada a deslocar sua atenção para o oeste. Os Estados alemães mais progressistas saem derrotados e como a aliança responsável pela queda de Napoleão possui caráter essencialmente aristocrático, a reordenação política da Europa se faz de modo a favorecer as casas imperiais. Confinado pela Áustria e pela Inglaterra aos territórios do centro-leste, o Estado de Hohenzollern, ao receber as terras renanas separadas do seu domínio por Hanover e pelo Hesse, recebe também o encargo de defesa ocidental contra a França. Além da numerosa população, os domínios da Renânia-Westfália apresentam-se como regiões das mais desenvolvidas, onde a classe nobre está representada, ao contrário dos junkers, gestores de seus próprios domínios, por proprietários via de regra ausentes. Há que considerar ainda que as novas províncias possuem prósperas cidades, com tradição de autonomia municipal, comércio e atividades industriais. Isto sem contar com os recursos minerais ainda pouco explorados, que possibilitariam àquela região um desenvolvimento de destaque na Europa. Com a burocracia prussiana fazendo a ponte entre a economia basicamente agrária do leste e a revolução industrial em marcha nas províncias ocidentais, a nova conquista militar da Prússia se transformará no coração do capitalismo alemão, dinamizando toda a economia prussiana.

Acontece que o destino da Alemanha já tinha sido alterado antes do Congresso de Viena. Entre as transformações provocadas pelo expansionismo napoleônico, surge a intenção de construir uma identidade nacional que permita aos alemães fazer frente à ameaça francesa. É que o avanço das tropas napoleônicas, independente do estímulo à industrialização decorrente do bloqueio continental e ao próprio comércio interno, explicita a fragilidade da situação germânica devido à fragmentação do seu território. Mas, sem dúvida, a história da Alemanha define seu rumo com o Congresso de Vie-

na quando, além de receber os novos territórios, ela já ensaia, enfrentando a Áustria, os passos decisivos em direção à conquista efetiva da hegemonia no processo de unificação dos Estados germânicos. Desta vez, porém, é a proposta austríaca que ainda sai vencedora, estabelecendo a união de trinta e nove Estados através da "Confederação Germânica". Apesar de constituir uma cartada decisiva em direção à unificação, os Estados alemães prosseguem em suas trajetórias particulares e a tônica da diversidade mantém-se, tanto em termos políticos como nas relações econômicas. No plano político, especificamente "conviviam dentro da federação desde a vanguarda radical da burguesia que coloca K. Marx como editor da *Gazeta Renana*, até a aristocracia *junker* gestora de uma política absolutista, policial e semifeudal".²⁷ Finalmente, em 1834 a Prússia consegue excluir os austríacos da união aduaneira – a Zollverein – dando mais um passo em direção à unificação e pondo fim às dificuldades de circulação interna, além de tornar-se ela própria hegemônica na condução deste processo.

O movimento de 1848 vai definir mais claramente as vias de efetivação do processo de unificação nacional da Alemanha. Os levantes populares deste ano, na verdade, marcam o término da chamada "fase heróica" da burguesia que até então se apresentava como classe revolucionária. Apesar de sufocadas, as insurreições de 1848 assinalam uma nova realidade em que se torna explícito o desejo do Estado de eternizar a dominação do capital. Também na Prússia estes movimentos populares se manifestam. O terror que as insurreições populares inspiram aproxima os setores burgueses da aristocracia, reforçando a via das "transformações pelo alto" na sociedade alemã. Mas, por outro lado, a onda revolucionária de 1848 também desperta os setores autoritários que se conscientizam da urgência de criarem uma institucionalidade a partir de um mínimo de consenso.

²⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. Op. cit., p.70.

Os momentos finais do processo de unificação alemão são marcados pela presença de Bismarck que, na qualidade de primeiro-ministro da Prússia, executa uma agressiva política de expansão do território, envolvendo o país em guerras rápidas e decisivas com seus vizinhos, enquanto no plano interno reprime as organizações populares, diminui a ação do legislativo e incentiva a economia acelerando a industrialização. A vitória da Prússia na Guerra Austro-Prussiana de 1866, afasta definitivamente a Áustria e sela a unificação que será completada em 1870 com a Guerra Franco-Prussiana. O reino da Prússia transforma-se no império germânico, um Estado sem dúvida nenhuma capitalista.²⁸

Com a unificação, as características prussianas estendem-se pelos demais territórios germânicos, neutralizando as formas políticas existentes e impondo a sua lógica centralizadora. A prussianização de toda a Alemanha se faz notar através da militarização das relações, da submissão da sociedade ao Estado, do controle político exercido pela aristocracia, do culto ao sentimento do dever, da adoração à ordem, da burocracia semifeudal, enfim em uma série de elementos que forjaram a vida prussiana tão marcada por particularidades.

Finalmente em 1871, Guilherme I é coroado imperador e *"em breve a Alemanha imperial seria a primeira potência industrial da Europa. Após muitas vicissitudes, o absolutismo prussiano transmutara-se em outro tipo de Estado. Geográfica e socialmente, social porque geograficamente, fora*

28 Nicos Poulantzas em O Estado, o poder, o socialismo (Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985) chama a atenção para o fato de que a generalização das trocas mercantis não pode ser responsabilizada pela criação da nação moderna. Essa referência, afirma, é empírica e positivista. Para ele, a nação moderna surge como um produto do Estado e "esse Estado não acontece para unificar um mercado 'interno' prévio, mas instaura um mercado nacional unificado ao estabelecer as fronteiras disso que se torna um dentro em relação a um fora" (p.121). Num mesmo momento, portanto, o Estado unifica o interior e estabelece as fronteiras, voltado para o exterior. As fronteiras e o território nacional não são anteriores à unificação; não existe previamente o dentro que é preciso unificar depois.

lentamente arrastado do leste para o oeste".²⁹

4.3

HUMBOLDT E RITTER COMO FUNDADORES DA GEOGRAFIA MODERNA

Entre a particularidade histórica da Alemanha e o surgimento da geografia moderna³⁰ existem laços profundos. O temário desta ciência e os interesses políticos que despontam na prática da sociedade alemã estão intimamente relacionados. A inexistência de um Estado nacional, a extrema diversidade entre as várias unidades germânicas, a ausência de relações mais duradouras entre elas, a falta de um centro organizador do espaço que se converta em ponto de convergência das relações econômicas, as disputas de fronteiras com países não germânicos, a situação de atraso da Alemanha em relação às demais nações européias são aspectos que fazem da discussão geográfica um tema da maior importância para as classes dominantes alemãs. São estas questões que emergem da prática social que irão estimular a sistematização da geografia no seio da sociedade germânica.³¹ Aliás, não só a geografia, mas todo o desenvolvimento intelectual alemão no século XIX será deter-

²⁹ ANDERSON, Perry. Op. cit., p.325.

³⁰ O presente trabalho se coloca a questão da gênese da geografia moderna, mas não enfrenta nem o problema da cientificidade desta geografia, da mesma forma como não pretende decidir sobre a discussão entre geografia como ciência natural ou ciência humana.

³¹ Temas geográficos já haviam sido levantados por intelectuais de outros países, sem que, no entanto, a geografia fosse sistematizada como uma ciência moderna. Na França, por exemplo, apesar do trabalho de vários pensadores que assinalam a importância do aspecto geográfico, o tema que centraliza as atenções é o social. Há um certo menosprezo por parte dos franceses até pelas colônias que mantêm na América do Norte, por exemplo. Os esforços dos intelectuais concentram-se na Revolução Francesa, o que faz emergir classes sociais nitidamente antagônicas. É a sociologia que vai dar resposta a este tipo de questão, apresentando-se como uma reação defensiva ao problema existente na França.

minado pela problemática da unificação do território e do lugar da Alemanha no cenário europeu e mundial. A grande parte dos temas colocados pelo processo de sistematização da geografia constitui dificuldade vivida pela sociedade alemã ainda não unificada. Os alemães do século XIX, assim como os gregos do século IV, estão preocupados com a sua realidade, querem saber quem são para entender o que ocorre e que mudanças seriam capazes de alterar a situação em que se encontram. No caso dos gregos, o problema maior é a decadência das cidades-Estado e de sua sociedade democrática. Para os alemães, trata-se da fragmentação de seu território e da posição inferior ocupada pela Alemanha entre as nações européias. A questão da unificação se coloca então como parte de um projeto político e econômico dos que pretendem a hegemonia no interior da Alemanha, como uma condição para o avanço do capitalismo que vê no nacional a possibilidade de realizar o universal. A geografia, portanto, nasce para responder a duas necessidades básicas: a unificação do território e a conquista de um lugar privilegiado para a Alemanha no conjunto das demais nações. E estas necessidades só poderiam ser resolvidas através da criação do Estado nacional e da expansão territorial — a geopolítica. A questão, como se vê, não é meramente interna, pois surge concomitantemente a vontade de expansão que é constitutiva do capitalismo. Ele só se constituirá no interior da Alemanha se puder se expandir para fora dela. Daí porque o estabelecimento dos limites se faz necessário — é a partir deles que existe o externo, o estrangeiro. A unificação acontece em função do desejo de expansão: Estado nacional e geopolítica são inseparáveis, na Alemanha.

Há uma determinação histórica, há necessidades que explicam o surgimento da geografia. Mas, não se pode esquecer que existe também uma indeterminação que no fundo

coincide com a própria liberdade.³² Para Marx "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado".³³ A própria geografia constitui-se porque há necessidade, mas esta necessidade não é mais que uma possibilidade. Há uma situação histórica propícia que desemboca na constituição da geografia, mas a condição de possibilidade simplesmente não faria com que ela eclodisse. Hoje sabe-se perfeitamente que ela era necessária, mas naquele momento não era possível afirmá-lo no mesmo sentido.³⁴ A geografia apresenta-se como uma possibilidade para aquele momento determinado. Segundo Marx, nenhuma sociedade se coloca "nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois aprofundando a análise ver-se-á, sempre, que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou es-

32 Em termos científicos há sempre a procura de uma causa para qualquer efeito, mas somente a posteriori é que se ousa levantar as condições materiais da sociedade que determinaram o surgimento da geografia. Por mais que se queira encontrar uma explicação total e única na história, nunca se pode reduzi-la de tal forma que se deixe de lado ou as injunções de cunho individual ou as de nível macro.

33 MARX, Karl in "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". Karl Marx / Friedrich Engels. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d., p.203.

34 Cientificamente "conhecê-se o que foi ou o que é, não o que será, que é um 'não existente' e, portanto, incognoscível por definição. Por isso, prever é tão somente um ato prático". "Na realidade, pode-se 'prever' na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar o resultado 'previsto'. A previsão revela-se, portanto, não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva". GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1984, p.162.

tão em vias de resolvê-lo".³⁵ Os alemães o fizeram. Se a questão que se colocava relaciona-se tão somente com a fragmentação do território, a geografia poderia ter surgido em outras regiões da Europa que viviam idêntica situação. A questão do espaço é vital para quem discute poder, pois ao se discutir território está se discutindo poder. Quem pretende espaço está reclamando poder. Parece ser esta a razão que faz a geografia nascer entre os alemães. Para eles, a constituição de um espaço nacional está sendo discutida em função de pretensões maiores, por exigência do próprio desenvolvimento do capitalismo que, para se expandir, necessita antes estabelecer fronteiras nacionais.³⁶ Este processo, em função do desenvolvimento tardio da Alemanha, precisa ser acelerado. Ela vai ter que combinar fases que em outras nações trans

35 MARX, Karl. *Karl Marx: sociologia*. Org. da coletânea Octávio Ianni. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1982, p.83. Marx acentua mais o caráter das condições objetivas na resolução dos problemas. Outro marxista, como por exemplo Gramsci, insiste na condição subjetiva ao se falar em necessidade histórica. "Revela-se, assim, que o conceito de 'necessidade' histórica está estreitamente ligado ao de 'regularidade' e de 'racionalidade'. A 'necessidade', no sentido 'especulativo abstrato' e no sentido 'histórico concreto': existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como as 'crenças populares'. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa 'material', quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham força de induzir à ação 'a todo custo'. Como foi dito, somente por este caminho é possível atingir uma concepção historicista (e não especulativo-abstrata) da 'racionalidade' na história (e, consequentemente, da 'irracionalidade')". GRAMSCI, Antônio. Op. cit., p.122-3. Não parece que as afirmações de Marx e as de Gramsci sejam inconciliáveis. Não é, contudo, esta a sede para se discutir a complexidade da questão epistemológica dentro do marxismo.

36 É preciso, no entanto, considerar que há um certo exagero simplificador ao vincular-se estritamente a unificação territorial ao modo de produção capitalista. Tanto a Inglaterra quanto a França se unificam no período feudal. O agente desta modificação, como já foi colocado no capítulo anterior, é o poder real absoluto que surge tipicamente na fase final do feudalismo ou no período relativo ao mercantilismo. Já a Alemanha, por exemplo, está vivendo o mercantilismo em meados do século XIX.

correram mais lentamente: vai unificar, industrializar e fundir industrialização com capital bancário, tudo isto em um espaço de tempo reduzidíssimo. A Alemanha precisa acavalar etapas; saltar do mercantilismo para o imperialismo. Vê-se, então, que a geografia manifesta-se como reação de uma sociedade atrasada que se coloca em disputa com outras nações. Ela encarna a necessidade da política e por isto é tão bem aceita pelos prussianos. A Alemanha do século XIX tem que pensar com urgência na sua modernização. E a renovação se faz pelo alto, através de uma aristocracia ofensiva — os junkers.

Aqui é importante assinalar que a Alemanha não é o único país a enfrentar, no século XIX, a fragmentação do seu território. A Itália vivia a mesma situação, mas não é entre os italianos que a geografia vai despontar.³⁷ O problema da unificação territorial por si só, portanto, não explica o aparecimento da geografia. Na Alemanha a unificação é pensada como modernização política e econômica, enquanto na Itália a modernização se faz mais pelo entendimento de que se moderniza primeiro a política; a modernização econômica é posterior.³⁸ Para

37 Filósofos italianos como Vico e Maquiavel já tinham se posto questões de cunho geográfico. As idéias políticas — jogo de poder entre as classes sociais — já tinham sido lançadas por Maquiavel no início do século XVI. Ele também havia destacado a necessidade de um exército e insinuado uma unidade territorial. Mas, no século XIX, quando está sendo resolvida a questão da unificação, a Itália não apresenta a eferescência intelectual que vive a Alemanha. Intelectualmente, a Itália atravessa um período pobre, de pouca criatividade, restringindo-se a trabalhar temáticas importadas da França (positivismo) e da Alemanha (um Hegel que ainda assinala a importância da geografia na compreensão da história).

38 É neste sentido que Gramsci vai afirmar "agora que somos um país, de vemos nos tornar um país moderno". A unificação da Itália se realiza sob a forma de monarquia exercida pela Casa de Savóia, com sede em Turim. Este processo, realizado mediante a submissão do sul (atrasado e rural) ao norte (industrializado e rico), é analisado por Antônio Gramsci em A questão meridional, uma série de ensaios e artigos escritos entre 1916 e 1926. A unificação italiana teria se dado mais a nível superestrutural e até hoje permanece a discussão em torno da unificação a nível estrutural: a modernização industrial, o desenvolvimento desigual entre o norte e o sul... Estruturalmente a Itália ainda é um país dividido. O processo de centralização que culmina com a formação do Estado italiano, em 1861, é magistralmente descrito por Tomasi Di Lampedusa no romance "O Leopardo".

os alemães, política e economia são inseparáveis. Eles sentem que a Revolução Burguesa é necessária à modernização do país e, por esta razão, vêm a Revolução Francesa com certa simpatia. Os intelectuais alemães acompanham o movimento social francês com entusiasmo porque percebem que sob inspiração dele seria possível modernizar política e economicamente a Alemanha. Na Itália, a Revolução Francesa é acompanhada de outra forma. A reação é diferente. A Revolução Francesa e a própria França são vistas com certa animosidade. Esta reação contrária se deve à ocupação francesa do norte do país — a Lombardia, que é o centro comercial e industrial do país, é ocupada pelos franceses. A Revolução Francesa age sobre os outros países como um sinal para a possibilidade de realização da transição por várias vias: através da burguesia, do povo ou da aristocracia. Se a aristocracia alemã é forte o suficiente tanto política quanto economicamente, a aristocracia do norte da Itália não tem força política. Por isso, nesse processo de transição, ela vai precisar do auxílio das classes populares (Garibaldi). A aristocracia alemã é bem mais forte, os junkers são militares.³⁹ Como a burguesia alemã é fraca, a aristocracia quer realizar o projeto de se manter no poder e, ao se manter no poder, realizar a transição para o capitalismo desempenhando o papel da burguesia. Não só a unificação, mas a própria transição tende à militarização, pois é o modelo prussiano que se impõe. Há também uma significativa diferença de ritmos entre o capitalismo que

39 Há que considerar também que o povo alemão, apesar da fragmentação territorial, é mais uno do que o italiano, tanto do ponto de vista étnico quanto lingüístico. Há uma raiz mais ou menos idêntica entre os dialetos alemães. Na Itália, os dialetos são muito diversificados, além dos ingredientes de outras línguas: árabe (Sardenha), espanhol (Nápoles e Sardenha), francês (no norte), grego (no sul, na Calábria)... A Itália tem um passado histórico forte, marcado pelo império romano e por dominações. Isto sem contar com a influência do Estado Pontifício sobre o modo de pensar, impedindo que se adote a modernidade. Na Alemanha, ao contrário, foi possível a reforma protestante. Houve desde cedo uma independência entre a Igreja e o Estado. Na Alemanha a compartimentação é muito mais política e econômica do que cultural.

emerge na Alemanha e o capitalismo na Itália. O alemão é bem mais dinâmico que o italiano que evolui lentamente. A Itália apresenta-se como uma colcha de retalhos com suas economias regionais extremamente fragmentadas. A Alemanha vai assim ser mais rápida e participar da 2ª Revolução Industrial, tornando-se a maior potência industrial do continente europeu, façanha que a Itália não consegue realizar.⁴⁰

O pensamento da intelectualidade alemã, porém, em função do desenvolvimento tardio do país vive quase que teoricamente o que em outros países já era realidade política e social completa. Os alemães, desejosos de que a revolução burguesa se faça em seu país, discutem temas que aparentemente não se relacionam com a sua prática social. A filosofia alemã levanta problemas que se colocam num horizonte absolutamente ideal e abstrato. Acompanhando o momento europeu, defronta-se com assuntos que as vanguardas francesa e inglesa discutem, mas que não são os seus — a Alemanha vive outra realidade social. Por um lado, há o quadro econômico, político e social alemão impedido de se transformar devido à sobrevivência dos resquícios do passado feudal; por outro, o conhecimento que os alemães têm do terror que se sucedeu

⁴⁰ A respeito das diferenças entre alemães e italianos convém lembrar um autor como José Ortega Y Gasset que, inspirado pelo pensamento alemão, assinala uma influência do elemento geográfico sobre a mentalidade dos povos. Ele destaca, por exemplo, que os povos mediterrâneos se caracterizam por uma certa exterioridade que não se encontra entre os povos nórdicos. Para ele a alma meridional e a alma alemã são mais diferentes do que se possa imaginar. Tanto uma como a outra parte de experiências iniciais opostas. A alma do alemão quando desperta para a claridade intelectual está sozinha no mundo — o indivíduo está como que encerrado dentro de si mesmo, sem contato com nenhuma outra coisa. Só existe para ele com evidência o seu próprio eu; em torno ele percebe apenas um rumor cósmico. Ao contrário, o meridional desperta desde cedo em uma praça pública, é originalmente um homem do agora e sua impressão primeira tem um caráter social. Antes de perceber o seu eu, e com maior força, se fazem presentes o tu e o ele. Ao começar inversamente — da existência alheia, das coisas, das pessoas — viverá condenado ao barulho e não se encontrará jamais verdadeiramente só. Sócrates ao propor aos gregos "Conhece-te a ti mesmo" está, na verdade, revelando o segredo meridional. Cf. GASSET, José Ortega Y in Kant, Hegel e Dilthey. Madrid, Revista de Occidente, 1972.

à Revolução Francesa, contribui para que o ideal revolucionário permaneça ao nível filosófico. Sendo assim, as formulações iluministas alcançam uma forma meramente retórica entre os intelectuais. Compreende-se assim porque a Revolução Francesa é acompanhada com tanto entusiasmo pelos alemães e, em particular, por seus intelectuais. Eles estão projetando a Alemanha a um nível ideal. No entanto, convém lembrar que o expansionismo napoleônico vai encontrar oposição cerrada em alguns por revelar a fragilidade do Reich, mas também vai despertar admiração pela figura de Napoleão, como por exemplo em Hegel, na medida em que este sacode a Alemanha do torpor em que vive.

Diante da vitória do Congresso de Viena e da repressão aos movimentos populares da primeira metade do século XIX, o pensamento conservador e o projeto autoritário saem fortalecidos, fazendo a incipiente burguesia recuar e aceitar a direção dada pela aristocracia. E a ordem capitalista que vai se instalando rapidamente na vida econômica dispensa o idealismo e o romantismo, exigindo uma nova contrapartida superestrutural.

É por isso que a geografia moderna ao nascer já surge comprometida com uma classe — a aristocracia prussiana, se bem que ainda fortemente marcada pelo iluminismo, pelo romantismo e pelo idealismo que caracterizam a filosofia alemã. Talvez não haja entre o povo europeu um que idealmente se proponha com tanta ênfase uma tarefa universal. Tanto o idealismo como o romantismo são sempre marcados pela idéia de que é ao povo alemão que cabe realizar a civilização da razão, de tal forma que a Alemanha encarne a própria razão.

A geografia vai se configurar como algo novo que vai tomando corpo na sociedade alemã, calcada na terra (nos latifúndios), na indústria, extremamente vinculada à aristocracia rural alemã e às características gerais da cultura alemã. Note-se que é praticamente a mesma matriz — o ilumi-

nismo e a especificidade histórica da Alemanha — que serve de base à geografia e ao marxismo. Porém, o pensamento de Marx vai se apoiar em algo diametralmente oposto — os movimentos proletários do século XIX.⁴¹ Marx tenta levar as idéias de igualdade produzidas pela burguesia às últimas conseqüências. Ele, juntamente com Engels, usando um humor tipicamente alemão, critica os filósofos germânicos servindo-se, entre outros, de temas como este de seu amigo e discípulo Heine: "*A terra é da Rússia e da França; / O mar aos ingleses pertence; / Mas no mundo das nuvens e dos sonhos / Nosso domínio é incontestado*".⁴² Já Humboldt e Ritter, os fundadores da geografia moderna, estão direta e indiretamente ligados à aristocracia. Alexander von Humboldt é um nobre prussiano que foi, inclusive, conselheiro do Rei da Prússia. Karl Ritter é da Saxônia — outro Estado oriental — e foi tutor de filhos de banqueiros. Eles são contemporâneos e pertencem à geração que acompanha a Revolução Francesa. Humboldt nasce em 1779 e Ritter em 1789, vindo a falecer, ambos, em 1859, após ocuparem altos postos na hierarquia alemã. Os dois vivem o clima histórico da unificação alemã e do desenvolvimento capitalista tardio em seu país, mas já sob a instauração dos passos decisivos em direção à formação do Estado nacional alemão.

⁴¹ Talvez seja interessante lembrar que Marx é judeu e renano. Ele nasce em Trier, em 1818 e morre em Londres, em 1883. Humboldt e Ritter são nascidos no século anterior. Ora governada por alemães, ora por franceses, a Renânia é a mais afrancesada das regiões germânicas, além de bastante industrializada. Para Edmund Wilson em Rumo à Estação Finlândia... (trad. de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1986), Marx colocou em lugar do judeu oprimido a figura do proletariado oprimido, pois a motivação básica do papel que ele atribui a este parece advir de sua condição pessoal de judeu. Se, no entanto, como judeu, Marx de certa forma permanecia à margem da sociedade, como homem de gênio, situava-se acima dela.

⁴² Citado por Edmund Wilson em Rumo à Estação Finlândia..., op. cit., p. 149. Heinrich Heine é um dos poetas favoritos de Marx.

Com Humboldt e Ritter nasce a geografia científica ou geografia acadêmica, isto é, uma geografia produzida agora a partir dos centros universitários e, mais tarde, ensinada nas escolas. A geografia que hoje aparece em todos os níveis de escolaridade é a geografia sistematizada a partir das formulações destes dois intelectuais alemães, acrescida das contribuições de Friedrich Ratzel e da "escola francesa" que começam a tomar corpo no final do século XIX.⁴³ Nesta época, a ordem capitalista já instalada, exige formulações que solidifiquem o poder burguês. Não interessam mais as questões presentes no iluminismo porque estavam carregadas de idéias políticas. O ideário iluminista, gerado pela burguesia enquanto classe revolucionária, torna-se perigoso. É preciso detê-lo. Mas, por outro lado, a burguesia para manter a produção precisa da ciência gerando novos avanços. É então que surge o positivismo como primeira manifestação ideológica da burguesia que acredita que o único método é o das ciências naturais. A absolutização deste método é inseparável de uma postura conservadora porque pressupõe que a realidade social é imutável assim como o é a realidade natural e tão regular como o fato natural. Pode ser considerado também como a realização do iluminismo, no sentido de que é a ciência natural que se transforma na única maneira através da qual se pode resolver os problemas sociais. Ele é responsável pela introdução do cientificismo, do naturalismo e do empirismo. E com isto, as idéias geográficas de Humboldt e Ritter, formuladas principalmente na primeira metade do século XIX, vão ser operacionalizadas através do pensamento positivista que se manifesta claramente no trabalho de Friedrich Ratzel e dos geógrafos franceses, entre os quais se destaca

⁴³ Não se pode esquecer que o século XIX vive a expansão e dominação imperialista da Europa. O domínio e a colonização de países extra-europeus dependia de um trabalho de exploração prévia associada normalmente à atividade geográfica. Não há dúvida de que a geografia e as próprias Sociedades Geográficas, que proliferam em vários países europeus, relacionam-se aos objetivos imperialistas. Isto vai explicar o apoio e a receptividade da geografia junto aos poderes públicos.

a figura de Paul Vidal de La Blache. O período decisivo para a geografia, portanto, é o último terço do século XIX quando ela se solidifica como ciência através do status acadêmico. Assenta-se, então, mais em obras de uma geração posterior a Humboldt e Ritter, responsável por idéias que vão predominar no final do século passado e no início do atual, esquecendo-se das formulações dos dois pioneiros responsáveis pela aproximação entre a geografia geral (física) e a geografia regional (mais descritiva e humana).

Por este motivo, talvez seja mais acertado considerar Humboldt e Ritter como representantes da forma de pensar de correntes importantes de sua época do que como precursores da época seguinte. Ambos representam um ponto alto na forma de conceber e enxergar o mundo, característica da primeira metade do século XIX.⁴⁴ Suas idéias, portanto, não são totalmente novas. Em linhas gerais, dentro da história, da filosofia da ciência e da própria geografia⁴⁵ elas já vinham sendo exploradas por vários estudiosos europeus.

⁴⁴ No pensamento dos dois geógrafos alemães estão presentes características do modelo científico típico do final do século XVIII e inícios do século XIX. Humboldt está profundamente impregnado das idéias relativas ao racionalismo francês, da ilustração e do romantismo alemão, se bem que não aceite os delineamentos idealistas relacionados com a chamada "filosofia da natureza". Ritter, ao contrário, por sua vinculação à "filosofia da natureza" pode ser incluído nas coordenadas do idealismo (Ritter é inclusive citado por Hegel, de quem foi contemporâneo na Universidade de Berlim, em notas no capítulo sobre "A conexão da natureza ou os fundamentos geográficos da história universal", das Lições sobre a filosofia da História Universal). Tanto um quanto o outro, entretanto, apoiam seus discursos nas noções de racionalidade, domínio da natureza e ciência que de uma certa forma dificultarão a resolução dos fenômenos humanos com um grau de empirismo e de cientificidade similar ao estudo dos fenômenos naturais.

⁴⁵ Emmanuel de Martonne lembra que, já no século XVII, Varenus apresenta, em sua Geografia Generalis, idéias que, embora ainda predominantemente físicas, estão muito além de tudo o que até então se produzira em geografia e que somente dois séculos mais tarde inspirariam Humboldt. As idéias de Varenus, no século XVIII, são seguidas por Kant em sua Geografia.

4.4

**A GEOGRAFIA COMO UNIÃO
ENTRE O GEOGRÁFICO E O
HISTÓRICO:**

Há no pensamento de Alexander von Humboldt e Karl Ritter uma visão de totalidade que é tipicamente alemã e que será rompi da com o positivismo. Suas obras começam a ser produzidas em uma época em que os traços dicotômicos que vão marcar a geografia posteriormente ainda não se exacerbaram.⁴⁶

A obra de Humboldt e Ritter, embora num certo sentido complementares, representam duas direções bem distintas da ciência geográfica no início do século XIX. Ambos manifestam uma afinidade de pretensões científicas que traduzem sua vinculação ao modelo cognitivo da época em que vivem. Enquanto Humboldt expressa sua intenção de recompor através dos fenômenos o conjunto da natureza, mostrando as grandes leis pelas quais se rege o mundo e faz ver como através do conhecimento destas leis se chega ao elo de causalidade que as une entre si, Ritter assinala seu plano de tratar a geografia geral comparada como um conjunto científico.

O interesse de Humboldt, devido à sua formação

⁴⁶ Augusto Comte (1798-1857), o fundador do positivismo e da sociologia, desenvolve seu pensamento nas obras Curso de Filosofia Positiva (6 volumes, de 1830 a 1842), Discurso preliminar sobre o espírito positivo (1844) e Sistema de política positiva ou tratado de sociologia instituindo a religião da humanidade (4 volumes, de 1851 a 1854). A Erdkunde, ou Geografia Geral e Comparada, obra fundamental de Ritter formada por 21 volumes (um sobre a África e vinte sobre a Ásia), tem seu primeiro volume — sobre a África — publicado em 1817 e o segundo — dedicado à Ásia — em 1818... Quanto a Humboldt, sua obra Cosmos, esboço de uma descrição física do mundo, em 4 volumes, apresentada a partir de 1845, na verdade já tinha seu esboço delineado em 1827 por ocasião do ciclo de 61 conferências proferidas na Universidade de Berlim e, mesmo antes disso, em 1799 — ano em que seu autor embarca para a América — já era anunciada como seu objetivo. As outras obras de Humboldt são anteriores: Viagens às Regiões Equinociais do Novo Continente começa a ser publicada a partir de 1805 e Quadros da Natureza, a primeira sobre geografia, em dois volumes, é de 1803. Observe-se ainda que a obra de Charles Darwin, A origem das espécies, foi publicada pela primeira vez em 1859, ano da morte dos dois geógrafos alemães. A perspectiva darwiniana, responsável por uma racionalidade capaz de interpretar positivamente todos os fenômenos do mundo vivente, exercerá influência na vida intelectual do último terço do século XIX.

naturalista, está prioritariamente voltado para o domínio do conhecimento natural: a composição geológica e mineralógica do terreno, as cadeias de montanhas, os sistemas hidrográficos, a atmosfera e os componentes do clima, a relação entre os diversos tipos de ambiente e a vegetação. Esses temas constituem objeto fundamental de suas numerosas explorações na região Alpina, na América do Sul (Colômbia, Venezuela, ba cia do Orenoco, Equador, Peru) e Central (México e Cuba) e mais tarde na Ásia Central e Setentrional. Porém, é preciso não esquecer que, apesar de naturalista, Humboldt mostra tam bém grande curiosidade pelo homem e pela organização social e política dos territórios que percorre e estuda, achando que há uma grande relação entre estas e as condições naturais. A obra de Humboldt é rica em referências e interpretações originais em diversos campos do saber. Algumas de suas idéias constituem-se em germe de explicações em várias áreas do conhecimento, inclusive em estudos de aspectos mais ligados ao conhecimento sobre o homem. É o caso, por exemplo, de estudos seus sobre população e recursos agrícolas que integram o Ensaio Político sobre o Reino da Nova Espanha, em 6 volumes, utilizado mais tarde por Malthus. Esta obra de Humboldt é apontada por alguns como a primeira verdadeiramente geográfica no sentido moderno. Ela poderia se chamar "Geografia da Nova Espanha", pois Humboldt, como um bom geógrafo regional, utiliza-se da estatística para realizar uma análise ampla sobre a economia e a sociedade das possessões espanholas.

Karl Ritter, como filósofo e historiador, possui uma formação afeta às ciências humanas. Não é, como Humboldt, um grande viajante ou explorador. Devido às suas atividades como preceptor e mais tarde como professor da Escola Geral de Guerra e da Universidade de Berlim, Ritter está

desde cedo ligado às preocupações pedagógicas.⁴⁷ Fundada em 1810, por Wilhelm von Humboldt – irmão de Alexander –, a Universidade de Berlim constitui uma reação nacionalista da aristocracia prussiana à invasão napoleônica, que logo se converte em centro da cultura alemã. A valorização de aspectos espirituais ligados à cultura germânica coloca-se como elemento de resistência e de união fundamentais para a unificação territorial. Exaltando as raízes da personalidade germânica através da ênfase na história passada, faz com que, ao lado dos estudos históricos, a geografia se coloque como indispensável. É então que é criada a cátedra de geografia para a qual Ritter é nomeado professor extraordinário em 1820 e titular em 1825, nela permanecendo por cerca de 40 anos. Para ele, a geografia é essencialmente uma disciplina histórica que tem o seu próprio centro no estudo das relações entre o ambiente natural e o desenvolvimento dos povos. No Erdkunde, por exemplo, apresenta um quadro detalhado da estrutura orográfica e hidrográfica do continente africano e asiático, num esforço para determinar a possibilidade de vida que o meio ambiente oferece aos povos que nele se instalam, a influência que tal relação exerce sobre os acontecimentos históricos e, vice-versa, as modificações provocadas pelo homem no meio ambien

⁴⁷ Espírito profundamente religioso, Ritter quer ser acima de tudo um pedagogo cristão. Toda a sua obra geográfica está escrita do ponto de vista do educador. Já em 1804 publicou o primeiro volume e em 1807, o segundo de sua obra Europa, um quadro geográfico, histórico e estatístico para amigos e docentes de geografia. Suas idéias pedagógicas são influenciadas por Sócrates, de quem estuda a vida com atenção, por Rousseau e por Pestalozzi, com quem esteve em três ocasiões: 1807, 1809 e 1812.

te⁴⁸. Ele entende que a evolução da humanidade está ligada às relações entre os homens e o meio ambiente — daí porque descreve a sociedade. A obra de Ritter deve ser analisada à luz da filosofia idealista alemã do início do século XIX, tendo sido fortemente influenciada pelo romantismo alemão e pelo movimento pan-germanista. Sua postura idealista transparece em sua pretensão de globalidade e totalidade que tem sua origem na filosofia de Schelling. O todo para Ritter é *"una imagem divina, y visión global de la naturaleza, y es a la comprensión de este todo a lo que él como geógrafo intenta contribuir. Ello se realiza estudiando em particular las relaciones entre el hombre y la naturaleza terrestre, así como otras totalidades subordinadas al gran Todo absoluto (...): el cosmos, el globo terráqueo, la superficie terrestre. El Todo geográfico que él estudia se inserta, en último término, en el gran Todo de la naturaleza, estrechamente interdependiente, y organizado según un principio de finalidad"*.⁴⁹

⁴⁸ A concepção geográfica de Ritter, em geral, origina-se da aplicação ao estudo da Terra e de suas partes, do esquema organicista elaborado por Herder e aplicado pelo próprio ao desenvolvimento geológico e biológico. Na introdução da Erdkunde, a terra já é definida como um organismo em contínuo devir, em um processo de desenvolvimento dominado por duas oposições básicas: norte e sul, oriente e ocidente. Já Hegel toma de Ritter a concepção geral da geografia enquanto disciplina histórica que deve ter como objeto a relação homem-natureza. Ele também extrai da Erdkunde grande parte do material de informação sobre a África e a Ásia e uma série de princípios interpretativos que foram úteis à determinação da estrutura física dos continentes e das possibilidades que oferecem ao desenvolvimento histórico da humanidade. Talvez se deva perguntar aqui se de fato Hegel mantém a mesma visão da relação entre geografia e história expressa por Ritter. Não há dúvida de que Ritter influenciou Hegel, pois é a partir da convivência de ambos em Berlim que nas obras de Hegel aparece acentuado que o elemento geográfico é determinante para a análise histórica. Convém lembrar, no entanto, que Hegel, quando apresenta a relação entre geografia e história, fala de continentes e povos que ainda não fazem a história, ou seja, povos que ainda não superaram a dependência em relação à natureza.

⁴⁹ CAPEL, Horácio. Op. cit., p.52. Convém assinalar, aqui, a concepção finalista da história e da geografia que Ritter herdou de Herder. Como cristão e idealista ele concebia um mundo organizado segundo princípios de finalidade e a história como expressão da vontade de Deus.

Se existe uma relativa diferença de enfoque entre o pensamento de Humboldt e o de Ritter, esta se faz acompanhar de uma diferença também no que diz respeito ao método. Humboldt era um grande naturalista e explorador. Seus escritos são resumos de viagens, anotações resultantes de observação direta. Além da estrutura descritiva há uma intenção deliberada de verificar as relações de interdependência entre os fenômenos e as leis que determinam sua distribuição espacial. A um certo privilegiamento do enfoque natural, associa-se a utilização do método comparativo. A geografia, para ele, aparece como uma disciplina sintética que, através da articulação entre os diversos elementos, busca a causalidade existente na natureza. Ritter, ao contrário, opta pelo enfoque histórico e vê o espaço terrestre como o teatro da história, considerando que a maior harmonia entre o homem e a natureza se produz nos momentos de maior desenvolvimento cultural. Ritter é, sobretudo, um geógrafo de gabinete que produz suas obras a partir de leituras de uma vasta literatura geográfica.

Enquanto Ritter aparece desde cedo ligado à docência, Humboldt apresenta-se mais como um extraordinário homem de ciência com vinculações acadêmicas esporádicas. Por isso, talvez, não se registre em sua obra interesse maior em formular princípios normativos para a nova disciplina. Ele conhece inúmeros países com preocupações de geógrafo, de botânico e geólogo e suas investigações produzem frutos preciosos para a ciência, demonstrando ser um viajante que supera os melhores investigadores do seu tempo. Humboldt, por exemplo, chega à América em 1799 e quando volta, em 1804, leva consigo material suficiente para alimentar seus escritos nas duas décadas seguintes. Talvez seu interesse inicial ao planejar a viagem estivesse mais ligado à observação e ao registro de aspectos naturais, mas à medida que a viagem prossegue, inclina-se aos estudos arqueológicos, econômicos e políticos. Antes de deixar o Velho Mundo, passa pela Espanha onde, assombrado com a exuberância natural, analisa a estrutu-

ra complexa e unitária da Península Ibérica que quase a separa do tronco continental europeu. Na viagem ao Novo Mundo, Humboldt encontra algo que seus antecessores mal puderam perceber⁵⁰: uma sociedade matizada, composta por elementos muito diversos, com fortes contrastes e marcada pela fusão de raças. Por suas obras e por sua numerosa correspondência, percebe-se que Humboldt não se preocupa apenas com os aspectos físicos e naturais; ele traça também um quadro preciso da vida política, econômica, social e cultural do Vice-Reinado. Buscando tendências que permitam recompor através da análise dos fenômenos o conjunto da natureza, Humboldt propõe uma seqüência de fases metodológicas ligadas ao conhecimento físico-natural. Ele inicia com a observação, passa à experimentação controlada racionalmente, chega à análise que vai permitir que se alcance o descobrimento de leis gerais.⁵¹

Também na obra de Ritter existe uma manifestação metodológica explícita. Sua proposta é "*antropocêntrica* (o homem é o sujeito da natureza), *regional* (aponta para o estudo das individualidades), *valorizando a relação homem-natureza*".⁵² Em termos de método ele enumera algumas regras fundamentais como a observação. Ele sugere avançar de observação em observação e não partir da hipótese ou da opinião e, quando fala em observação, ele quer se referir aos dados científicos procedentes tanto de constatações diretas quanto de

⁵⁰ O artigo "La unidad del mundo hispánico a través de los hermanos von Humboldt", Luis Díez del Corral, publicado na *Revista de Occidente* nº 38, de 1966, Madrid, apresenta informações preciosas sobre a viagem de Alexander von Humboldt à América.

⁵¹ Humboldt como homem de ciência está profundamente ligado às idéias filosóficas de seu tempo. Seus laços com o romantismo alemão, por exemplo, são estreitíssimos. Goethe acompanha toda a sua trajetória pela América através de um mapa do Vice-reino da Nova Espanha colocada na porta de seu gabinete. A observação da paisagem, para Humboldt, não se restringe ao registro sistemático dos elementos que a compõem, mas envolve inclusive sua apreciação estética.

⁵² MORAES, Antônio Carlos Robert. Op. cit., p.49.

observações relatadas por terceiros. Outra recomendação sua é a de proceder do simples e uniforme para o complexo e variado. Esta orientação ele próprio seguiu ao iniciar a sua Erdkunde pela África, continente maciço e uniforme que, para ele, constituía "a forma mais simples que conhecemos". Como terceira regra recomenda que se "reagrupe fatos análogos", enquanto a quarta consiste em se situar "os fatos em seu contexto histórico". E como quinto passo, destaca a importância de se dar maior relevo ao fenômeno do que à sua extensão territorial.

A Alexander von Humboldt cabe o mérito de ter formulado e aplicado dois princípios que fazem da geografia uma ciência original, muito diferente de um simples amálgama de conteúdos referentes às ciências físicas e biológicas. "Seja qual for o fenômeno que estuda — relevo do solo, temperatura, vida vegetal —, Humboldt não se contenta com encará-lo em si mesmo, com estudá-lo como geólogo, como meteorologista ou botânico; o seu espírito filosófico vai mais longe: volta-se para os outros fenômenos que o meio onde se encontra oferece à sua observação; remonta às causas e desce até as mais longínquas conseqüências, nelas incluídos os fatos políticos e históricos. Ninguém mostrou de modo mais preciso como o homem depende do solo, do clima, da vegetação, como a vegetação é função dos fenômenos físicos, como estes mesmos dependem uns dos outros".⁵³ Mas, além deste princípio — o da causalidade —, Humboldt formula ainda um outro princípio, o da geografia geral segundo o qual nenhum ponto do globo pode ser visto independentemente do conhecimento do seu conjunto. "A aplicação deste princípio é o desmoronamento definitivo da barreira que separa a geografia regional da geografia geral, a aproximação destes dois ramos duma mesma ciência e sua recíproca fecundação".⁵⁴ Ritter, por sua vez, adota em

⁵³ MARTONNE, Emmanuel de. Op. cit., p.13.

⁵⁴ Idem, ibidem, p.13.

seus trabalhos o princípio da analogia, de acordo com o qual o geógrafo deve procurar analogias entre os fatos observados, retirando daí as leis da geografia geral.

Nos enunciados dos princípios gerais está presente a possibilidade de integração entre a geografia física (geral) e a geografia humana (regional) e, neste sentido, foi muito grande a contribuição de Humboldt e de Ritter. A geografia moderna nasce como uma resposta totalizadora, unindo o natural ao social, pois seus fundadores estão preocupados tanto com a natureza como com a sociedade. Apesar das preocupações com o empírico, expressas tanto na proposta de Humboldt como na de Ritter, ambos compartilham seu grande interesse pela totalidade. Apresentando formulações tão distintas e partindo de óticas tão diferentes – um do mundo físico e da geografia geral; o outro do homem e da geografia regional – parecem chegar ao mesmo ponto. Alcançam a totalidade, unindo a geografia geral à regional que vinha dicotomizada desde a Antigüidade Clássica. A partir deles serão novamente separadas pela instalação do positivismo e pela dificuldade de se aplicar o método das ciências físicas ao estudo dos fenômenos humanos – dificuldade esta que já começava a se esboçar no trabalho de ambos. E, a geografia que hoje prevalece nos currículos escolares é esta que se impõe após a morte destes dois pioneiros: a geografia positivista. Neste modelo que se torna hegemônico já no último terço do século XIX – a partir de 1870 –, há uma submissão da geografia humana à geografia física que não está presente nas formulações de Humboldt e Ritter. Estes vêem os dois ramos da geografia como igualmente importantes, praticando a integração entre sociedade/natureza, sem subjugar um elemento ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma certa forma, as conclusões do presente trabalho estão postas no transcurso de todo o texto que compõe o corpo dos diferentes capítulos. Dispersas ao longo da pesquisa, elas podem ser encontradas embutidas quer na apresentação dos temas, quer na forma como foram abordados, determinados tópicos ou ainda encaminhadas sob a forma de notas. A explicitação das conclusões finais, apesar de um tanto repetitiva, é feita no sentido de delinear um resumo das idéias trabalhadas e também como indicativo para futuras pesquisas.

Sem negar o grau de complexidade que envolve a temática, pretendeu-se através deste estudo estabelecer as relações entre a geografia que se ensina e a gênese da geografia moderna, de forma a explicitar a função social desta disciplina. Para compreender o nascimento da geografia moderna não se pode desconsiderar o seu ensino, da mesma forma como não é possível desprezar os fundamentos históricos desta ciência para entender porque ela se tornou uma matéria obrigatória no currículo escolar. É isto que se procurou mostrar na primeira parte, quando parece ficar claro que a própria conservação da geografia como ciência se deve, em grande parte, ao fato dela ter sido introduzida como uma disciplina nas escolas. Sua existência como matéria obrigatória manteve o interesse em torno desta ciência, pois a universidade teve que se preocupar com a pesquisa geográfica para atuar na formação de professores. Contudo, não se pode afirmar que a causa responsável pelo desenvolvimento da geografia moderna se limite à sua introdução nas escolas. Trata-se de um saber antigo e formulações de natureza geográfica estão presentes nas origens da cultura ocidental. Desde os gregos, porém, já se coloca um certo dualismo que marcará futuramente o conhecimento geográfico. Mas isso não significa que não haja elementos específicos que vão surgir na geografia moderna, pois en

quanto "moderna" esta ciência se situa no contexto de uma no va relação que se estabelece entre o homem e a natureza, em que o primeiro se vê como senhor desta última. Porém, somente esta mudança de mentalidade também não explica o surgimento da geografia como ciência. Embora não se possa dizer que ela teria que nascer necessariamente na Alemanha, este país reuniu condições materiais e ideológicas que formaram um clima favorável para o seu aparecimento. É isso que se procurou descrever na terceira parte do trabalho, demonstrando que no nascimento da geografia estão presentes interesses de natureza política, representados, no caso da Alemanha, pela sua necessidade de "modernização", pela sua constituição como nação moderna e pelo seu desejo de alcançar a universalidade. Exemplo disso é encontrado em Hegel que, ao mesmo tempo em que sustenta que o espírito universal acaba se realizando na Alemanha, sublinha a existência de um fundamento geográfico na história universal. É por tudo isto que se pode dizer que a geografia moderna apresenta características geopolíticas.

Num contexto muito geral, conclui-se que a geografia de Humboldt e de Ritter pode ser tomada como um indicativo da possibilidade de relacionar espaço e sociedade que, pelas próprias condições da Alemanha e pela crença de que seu ensino nas escolas seria um elemento importante na construção do Estado-nacional, acaba não evoluindo. O que prevaleceu foi uma geografia que, a exemplo das ciências naturais, aparece como um saber neutro que separa o estudo da natureza das relações entre o homem e a natureza e dos homens entre si. É por essa razão que hoje existe uma efervescência na área de estudos geográficos, e, é nesta linha que se coloca também o presente trabalho. Questionando a geografia que se ensina nas escolas e o próprio fato dela ser ensinada, não só assinala o seu descompromisso com a utilização política do espaço, como indica a necessidade de renovação que deve levar em conta o espaço como uma produção histórica de homens concretos em suas relações sociais e com a natureza.

Espera-se que este estudo contribua para o entendimento das vertentes que originaram a geografia moderna e o ideário geográfico escolar. Embora não se envolva diretamente com professores ou alunos de um determinado nível escolar, acredita-se que as suas conclusões possam ajudar na proposição de alternativas pedagógicas mais conseqüentes para o ensino da geografia.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Trad. port. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. Trad. port. Porto, Afrontamento, 1984 (Biblioteca das Ciências do Homem, 3).
- ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo, Atlas, 1987.
- _____. "O pensamento geográfico e a realidade brasileira". Boletim Paulista de Geografia, n.54. São Paulo, AGB/SP, junho, 1977, pp.5-28.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, J.C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1975.
- BRABANT, Jean - Michel. "Crise de la géographie, crise de l' école". Hérodote, Paris, Maspero, n. 2, 2º trimestre 1976, pp.94-102 ("Crise da geografia, crise da escola". Tradução portuguesa de Raquel M^a Fontes do Amaral Pereira. Geosul, Florianópolis, Editora da UFSC, n.2, julho 1986, pp.103-111).
- CARBOTTI, Vincenzo (org.) Jean - Jacques Rousseau e il problema pedagógico nel pensiero moderno. Messina - Firenze, G. D'Anna, 1976.
- CAPEL, Horacio S. Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea. 2. ed. Barcelona, Barcanova, 1983 (Temas Universitários).
- CASINI, Paolo. As filosofias da natureza. Trad. port. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1979 (Biblioteca de Textos Universitários, 32).

- CHATELET, François (org.) História da filosofia: idéias, doutrinas. Trad. port. 8 vols. Lisboa, Dom Quixote, 1983.
- CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 13).
- COLLINGWOOD, R.G. Ciência e filosofia. Trad. port. 2. ed. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1976 (Biblioteca das Ciências Humanas, 16).
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2 ed. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- CORRAL, Luis Díez. "La unidad del mundo hispanico a través de los hermanos von Humboldt". Revista de Occidente. Madrid, n.38, 1966, pp.274-299.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
- FLORENZANO, Modesto. As revoluções burguesas. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Coleção Tudo é História, 8).
- FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo, EDART, 1978.
- FORTES, Luiz R. Salinas. O iluminismo e os reis filósofos. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, 22).
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. port. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. port. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- GASSET, José Ortega y. Kant, Hegel, Dilthey. 4. ed. Madrid, Revista de Occidente, 1972. (Colección El Arquero).
- GOLDFARB, Ana Maria Alfonso. Da alquimia à química: um estudo da passagem do pensamento mágico-vitalista ao mecanismo. São Paulo, Nova Stella/EDUSP, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Trad. port. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. A concepção dialética da história. Trad. port. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

_____. A questão meridional (seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato) Trad. port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. port. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Reflexões sobre geografia e educação: notas de um debate". In O ensino da geografia em questão e outros temas. Terra Livre nº 2. São Paulo, Marco Zero/AGB, 1987, pp.9-42.

_____. Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro, Rocco/Pesquisadores Associados em Ciências Sociais - SCII, 1984.

HEGEL, Georg W. F. Lecciones sobre la filosofía de la historia universal. Trad. esp. Madrid, Alianza Editorial, 1980.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. Trad. port. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

JOUVENEL, Bertrand de. As origens do Estado Moderno: uma história das idéias políticas do século XIX. Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (Biblioteca de Cultura Histórica).

KANT, Immanuel. Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. Trad. port. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Coleção Elogio da Filosofia).

_____. Crítica da Razão Pura. Prefácio à 2^a ed. Trad. port. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Coleção os Pensadores).

- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. port. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LACOSTE, Yves. "A geografia". In: CHATELET, François (org.) A filosofia das ciências sociais: de 1860 aos nossos dias. Trad. port. Lisboa, Dom Quixote, 1983, pp.197-243.
- LACOSTE, Yves. Geografia:isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad. port. Campinas, Papyrus, 1988.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. O Leopardo. Trad. port. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 2. ed. São Paulo, Loyola, 1986. (Coleção Educar 1).
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. "O ensino público e suas origens". ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação. Ano 1, n.5. São Paulo, 1982, pp.5-7.
- LUCCHI, Elian Alabi. Geografia: geografia geral, astronômica, física, humana e econômica: 5ª série, 1º grau. São Paulo, Saraiva, 1983.
- MARTONNE, Emmanuel de. Panorama da geografia. Trad. port. Vol. I, Lisboa, Editora Cosmos, 1953.
- MARX, Karl. Sociologia. (Org. Octávio Ianni). Trad. port. 3. ed. São Paulo, Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 10).
- _____. O capital. Vol. I e II. São Paulo, Difel, 1984.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Trad. port. 3 vls. São Paulo, Alfa-Omega, s.d.
- MENDOZA, Josefina Gómez et alii. El pensamiento geografico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicais). Madrid, Alianza Editorial, 1982.

- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. São Paulo, Instituto de Geografia/USP, 1980. (Série Teses e Monografias, 37).
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia - pequena história crítica. São Paulo, Hucitec, 1981.
- _____. Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da USP, 1983.
- MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 48).
- MOREIRA, Igor. O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil. 22. ed. São Paulo, Ática, 1985.
- OLIVEIRA, Betty & DUARTE, Newton. Socialização do saber escolar. São Paulo, Cortez, 1985. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 18).
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de et alii. Cuidado, escola! ... São Paulo, Brasiliense, 1980.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. Trad. port. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- NOSELLA, Maria de Lourdes. As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- QUAINI, Massimo. Geografia é marxismo. Trad. port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. A construção da geografia humana. Trad. port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- PEREIRA, Diamantino Alves Correia et alii. Geografia: ciência do espaço. São Paulo, Atual, 1987.

- POMER, Leon. O surgimento das nações: o poder político, a natureza histórica do Estado, os estados nacionais. 2. ed. São Paulo, Atual Editora/Ed. da UNICAMP, 1986. (Coleção Discutindo a História).
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- RECLUS, Elisée. Geografia. (Org. Manuel Correia de Andrade). São Paulo, Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49).
- RESENDE, Márcia Spyer. A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo, Loyola, 1986. (Coleção Educação Popular, 5).
- RIBEIRO, João Jr. O que é positivismo. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, 72).
- RODRIGUES, Neidson. Por uma escola nova: o transitório e o permanente na educação. São Paulo, Cortez, 1985. (Coleção Educação Contemporânea).
- ROSSI, Pietro. Storia universale e geografia in Hegel. Firenze, Sansoni, 1975. (Scuola aperta/Scienze umane).
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. (org.) Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo, Hucitec, 1982.
- SANTOS, Wilson. A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro, 1984.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara e onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez, 1983 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 5).

SAVIANI, Dermeval. "O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira". ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação. Ano 4, n.7. São Paulo, 1984, pp.9-13.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia. Petrópolis, Vozes, 1976.

VESENTINI, José William. A capital da geopolítica. São Paulo, Ática, 1986. (Ensaio 124).

_____. "A construção de Brasília e o discurso geopolítico nacional". In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos: Geografia, sociedade e Estado. Livro 2, vol. 2. São Paulo, AGB, julho/84, pp.11-20.

_____. "Geografia crítica e ensino". Revista Orientação, São Paulo, USP - Instituto de Geografia, n.6, 1985, pp.53-58.

_____. "O livro didático de geografia para o 2º grau: algumas observações críticas". In: Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos, vol. 1. Porto Alegre, AGB, 1982, pp. 199-209.

_____. Brasil - Sociedade e espaço: Geografia do Brasil. 3. ed. São Paulo, Ática, 1986.

_____. Sociedade e espaço: Geografia Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo, Ática, 1986.

_____. "O método e a práxis (Notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia crítica)". In: O ensino da geografia em questão e outros temas. Terra Livre n.2. São Paulo, Editora Marco Zero/AGB, 1987, pp.59-90.

VLACH, Vânia R.F. "A propósito da ideologia do nacionalismo patriótico do discurso geográfico". In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos: Geografia, Sociedade e Estado. Livro 2, vol.1. São Paulo, AGB, julho/87, pp.13-24.

VLACH, Vânia R.F. "Fragmentos para uma discussão: Método e conteúdo no ensino da geografia de 1º e 2º graus". In: O ensino da geografia em questão e outros temas. Terra Livre n.2. São Paulo, Marco Zero/AGB, 1987, pp.43-58.

WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Vôos, 32).

WILSON, Edmund. Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história. Trad. port. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.